



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

André Ulisses de Brito

**NACIONALIZAÇÃO OU SUBSISTEMA? UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA ENTRE OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PT E  
PSDB EM SUAS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA E AOS  
GOVERNOS ESTADUAIS**

Recife

2018

ANDRÉ ULISSES DE BRITO

**NACIONALIZAÇÃO OU SUBSISTEMA? UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA ENTRE OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PT E  
PSDB EM SUAS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA E AOS  
GOVERNOS ESTADUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

**Área de Concentração:** Partidos Políticos

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gabriela da Silva Tarouco

Recife

2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B862n Brito, André Ulisses de.

Nacionalização ou subsistema? : uma análise comparativa entre os programas de governo do PT e PSDB em suas candidaturas à presidência e aos governos estaduais / André Ulisses de Brito. – 2018.

99 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Gabriela da Silva Tarouco.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Recife, 2018.

Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Partidos políticos. 3. Partidos políticos – Plataforma. 4. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 5. Partido da Social Democracia Brasileira. I. Tarouco, Gabriela da Silva (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-120)

ANDRÉ ULISSES DE BRITO

**NACIONALIZAÇÃO OU SUBSISTEMA? UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA ENTRE OS PROGRAMAS DE GOVERNO DO PT E  
PSDB EM SUAS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA E AOS  
GOVERNOS ESTADUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: 29/05/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gabriela da Silva Tarouco (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Adriano Oliveira (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Davi Cordeiro Moreira (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, pelo apoio e suporte financeiro a este projeto.

Gostaria de agradecer especialmente à minha professora e orientadora Dra. Gabriela da Silva Tarouco, sem cujo apoio, disponibilidade, orientação, ideias, contribuições, paciência e correções, este trabalho, definitivamente, não teria sido possível.

Agradeço aos professores doutores Rafael Madeira e Soraia Vieira, que gentilmente aceitaram disponibilizar, juntamente com a professora Gabriela Tarouco, os dados integrais de sua pesquisa sobre os programas de governo do PT e PSDB nas suas candidaturas presidenciais. Sem esses dados, essa pesquisa não existiria. Portanto, registro aqui meu muito obrigado. Agradeço, ademais, aos professores doutores Adriano Oliveira e Priscila Lapa, por terem aceitado participar da qualificação do projeto e assim contribuírem com críticas e ideias.

Gostaria de agradecer ao professor Dr. Dalson Figueiredo, por seus conselhos em um momento crucial do desenvolvimento do projeto de pesquisa, ao professor Dr. Flávio Rezende e ao colega Caio Gomes, que se dispuseram a me auxiliar no manejo do programa NVIVO. Agradeço também aos colegas da minha turma do mestrado, que proporcionaram um bom ambiente de aprendizado e discussão nas aulas, além de todos os professores que ministraram aulas e palestras, bem como ao pessoal da administração e serviços gerais, sempre solícitos e dispostos a ajudar.

Agradeço a meus pais, Fernando José Valdevino de Brito e Rosimar Ulisses Alencar, pois eles são minha base em tudo o que fiz e faço na minha vida, e cujo calor do amor, apesar da distância, nunca deixei de sentir. Agradeço também a minhas irmãs, Fernanda Ulisses de Brito, com quem divido a morada e a vida cotidiana já por muitos anos, e que sempre esteve a postos quando precisei, e Manuela Ulisses de Brito, que além do suporte e carinho que sempre me deu, presenteou nossa família com dois novos pequenos amores, Clarice e João, meus sobrinhos queridos.

Agradeço aos amigos que sempre estiveram por perto e que me ajudaram nos momentos mais difíceis desses dois anos, especialmente, mas não apenas, Fidel Parente, Igor Bandim e Renata Vieira, há muitos anos já presentes na minha vida.

Agradeço, por último, a minha companheira, amiga e namorada Lara Falcão, que esteve ao meu lado e me apoiou em cada dia e em cada etapa desse mestrado.

## RESUMO

Este trabalho se insere no ramo da Ciência Política de estudos sobre Partidos Políticos e sobre nacionalização partidária. Especificamente, trabalhamos com a análise de conteúdo dos programas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas suas candidaturas aos governos estaduais, identificando quais as ênfases programáticas contidas nos documentos. O objetivo do trabalho é testar duas hipóteses em relação a esse tema. A primeira é identificar se as ênfases dos programas indicam uma agenda nacional dos dois partidos, e a segunda é verificar se as ênfases indicam uma agenda estadual. Um ponto relevante deste trabalho é o uso da codificação automatizada, ao invés da manual. Para tanto, foi utilizado o software Nvivo. O trabalho discute ainda a literatura sobre nacionalização partidária e alguns trabalhos sobre os dois partidos selecionados. São brevemente discutidas também a Teoria da Escolha Racional e a Saliency Theory, que dialogam com o objeto e as hipóteses deste trabalho. Posteriormente, são realizados testes estatísticos de diferença de médias, regressões e uma correlação de pearson. Os resultados são apresentados tanto através de análise descritiva como através dos resultados da análise estatística.

Palavras-chave: Partidos. Nacionalização partidária. Programas de governo.

## **ABSTRACT**

This research contributes to political parties studies and the investigation over the nationalization of two major Brazilian parties. We implement content analysis technics to investigate the political platforms of the Workers Party (PT) and Brazilian social democracy party (PSDB). We look for the existence of a national agenda present in the platforms of the Governors nominees of both parties. Two hypotheses are tested: The hypothesis of a national agenda, which consists on the existence of a significant mean difference between parties platforms; Hypothesis of State agendas, consisting on the significant mean difference between the platforms for each state. The strength of our research is the automated codification of platforms. Therefore we use NVIVO. This research also investigates the literature on parties nationalization and the cases of PT and PSDB. We discuss and enroll Rational choice theory and salience theory. After that we use the difference of means, regressions, and Pearson correlation to achieve our results.

Keywords: Parties. Party Nationalization. Platforms.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia de Strom; Fonte: Wolinetz (2002).....	22
Figura 2 - Nacionalização e Nacionalização partidária no Google Ngram .....	24
Figura 3 - Hierarquia da tipologia de nacionalizações. In: Vasselai, 2015. ....	40
Figura 4 - Trechos do programa de Luiz Pitmann.....	64
Figura 5 - Trechos do programa de Tião Bocalom.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eleições presidenciais – 1989-2014 – Resumo dos Resultados em % .....	49
Tabela 2 - Penetração territorial do PT e PSDB .....	54
Tabela 3 - Disputa entre PT e PSDB nos governos estaduais brasileiros – 1990-2010.....	55
Tabela 4 - Resultados das pesquisas de Tarouco (2007) e Tarouco e Madeira (2013) para o PT e o PSDB .....	58
Tabela 5 - Resultados da pesquisa de Madeira, Vieira e Tarouco (2017) .....	60
Tabela 6 - Regressão para testar a variável Faixa de Fronteira .....	73
Tabela 7 - Porcentagens por Partido e Eleição .....	81
Tabela 8 - Resultado do Teste Z para PT e PSDB .....	84
Tabela 9 - Resultado do Teste ANOVA para os Estados .....	88
Tabela 10 - Resultado da Correlação de Pearson entre os Domínios .....	91
Tabela 11 - Teste para competição entre PT e PSDB .....	92

## LISTA DE SIGLAS

CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
DEM	Democratas
PFL	Partido da frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Os Partidos Políticos</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA</b> .....	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Centralização e Regionalismo na história brasileira</b> .....	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>Centralização: o debate atual</b> .....	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>Nacionalização Partidária: conceito</b> .....	<b>36</b>
<b>2.4</b>	<b>Nacionalização da agenda partidária</b> .....	<b>40</b>
<b>2.5</b>	<b>Nacionalização partidária: o caso brasileiro</b> .....	<b>41</b>
<b>2.6</b>	<b>Eleições Estaduais</b> .....	<b>44</b>
<b>2.7</b>	<b>Hipóteses</b> .....	<b>46</b>
<b>3</b>	<b>PT E PSDB</b> .....	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>56</b>
<b>4.1</b>	<b>Descrição dos Dados</b> .....	<b>61</b>
<b>4.2</b>	<b>NVIVO</b> .....	<b>67</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO</b> .....	<b>74</b>
<b>5.1</b>	<b>Agendas Partidárias</b> .....	<b>83</b>
<b>5.2</b>	<b>Agendas Estaduais</b> .....	<b>87</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto visa fazer uma análise comparativa entre os programas de governo do PT e PSDB em suas candidaturas aos governos dos estados da federação, nas eleições de 2010 e 2014, com o objetivo de saber se suas ênfases programáticas indicam nacionalização ou não do sistema partidário. Para isso, pretende-se testar estatisticamente as hipóteses de agenda local e agenda nacional das ênfases programáticas que serão analisadas. Além disso, será possível verificar, descritivamente, a relação entre as ênfases estaduais e as ênfases nas candidaturas presidenciais dos mesmos partidos.

Este trabalho se insere em um ramo tradicional da Ciência Política, que é o estudo sobre partidos políticos bem como sobre os sistemas partidários e suas condicionantes. No nosso caso, trata-se de uma análise ao mesmo tempo abrangente e localizada, ousada e tímida, pois que, por um lado, analisa programas de governo das campanhas aos executivos estaduais em praticamente todos os Estados, mas, por outro lado, o faz somente nas candidaturas de dois partidos - o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. Além disso, arrisca a utilização de novo método de análise, através de software de análise de conteúdo, que permite a codificação de grande quantidade de texto, mas, por outro lado, não tem a afinação qualitativa que o trabalho intelectual humano possui. Assim, esse trabalho agrega tanto aspectos e instrumentos de análise inovadores como fundamentos e bases teóricas clássicas da teoria política.

A análise dos partidos políticos constitui um dos temas mais importantes da Ciência Política. Os Partidos Políticos formam a base de estruturação onde ocorrem as disputas eleitorais, sobretudo em países como o Brasil, onde não é possível um cidadão candidatar-se em uma eleição sem que seja filiado a algum partido político. Ainda que atualmente a possibilidade de candidaturas independentes seja aventada e discutida, no bojo de um período marcado pelo descrédito das instituições partidárias, o Brasil continua sendo um país cujas candidaturas a cargos políticos eletivos estão vinculadas à filiação partidária. É certo, ainda,

que assim continuará ao menos para as eleições gerais de 2018, após adiamento de uma discussão e possível mudança legal quanto a isso no STF, em outubro do ano corrente<sup>1</sup>.

Nesse sentido, pesquisar sobre a competição partidária se faz necessário, como um passo imprescindível para a compreensão do sistema político brasileiro. Há uma pluralidade de estudos que enfatizam hipóteses, análises e métodos diversos na tentativa de compreender a gênese dos partidos, diferenciá-los e localizá-los na dinâmica do jogo político. Nesse sentido, pretendemos abordar duas questões ainda pouco trabalhadas no que tange aos partidos políticos brasileiros, quais sejam, a análise de conteúdo de seus programas de governo e o nível de nacionalização programática dos partidos. Aqui chamamos de nacionalização programática o grau de alinhamento entre o conteúdo dos diversos programas (para os governos estaduais e para o governo federal) que cada partido apresenta em cada eleição.

O trabalho baseia-se em uma clivagem teórica-metodológica que congrega um objeto e um método pouco explorados na ciência política brasileira. Em termos de objeto, a análise do nível de nacionalização dos Partidos Políticos, no nosso caso a nacionalização do discurso programático - e também de dois partidos apenas, considerando que de uma forma ou de outra esses dois emulam a principal disputa eleitoral no Brasil bem como o maior número de eleitores que se sentem representados no que se refere à disputa nacional. Sendo o nível de nacionalização esse quadro-tema do trabalho, o método utilizado é o de análise de conteúdo, no caso através de um software de análise qualitativa, utilizando, como referência teórica, as categorias de análise do Manifesto Research Group e o trabalho de Madeira, Vieira e Tarouco (2017), que, além de base teórica, é usado também como a referência de alimentação do programa de análise e ainda como base de comparação com os resultados que obtivemos. Com efeito, é possível dizer que o trabalho desses três autores serve, ao mesmo tempo, como ponto de partida e ponto de chegada deste trabalho.

No contexto eleitoral brasileiro, os Partidos Políticos são tratados por grande parte dos cientistas políticos como sendo agremiações fracas ideologicamente, e cujo funcionamento é pautado sobretudo no poder de lideranças personalistas, clientelistas, como afirmam Ames (2001) e Mainwaring (2001). O trabalho aqui proposto visa a analisar a nacionalização dos partidos baseando-se justamente naquilo que eles próprios afirmam, que são seus programas de

---

<sup>1</sup> O STF garantiu a constitucionalidade desse debate e da possibilidade de mudar essa regra, mas adiou o debate, de modo que qualquer mudança a ser realizada nesse sentido não respeitaria o prazo legal de antecedência de 1 ano das eleições vindouras. <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41505558>

governo. Assim, propomos que comparar os programas de governo do PT e PSDB nas suas candidaturas ao executivo nacional e nas suas candidaturas aos executivos estaduais, constitui ao menos um indício sobre o grau de nacionalização e coesão programática do sistema partidário brasileiro.

O trabalho segue um percurso que parte, em um primeiro momento, de um quadro-teórico sobre os partidos políticos e sua organização, concentrando-se na centralização ou não. Posteriormente, em um capítulo específico sobre “nacionalização”, será feita uma brevíssima síntese do delineamento histórico do tema, de como a nacionalização partidária se mostra como assunto relevante para os estudos de Partidos Políticos, e como esse aspecto partidário se entrelaça com a própria história do Brasil, conformando-se ao longo de sua história recente; da mesma maneira, será feita uma breve contextualização histórica e atual dos dois partidos que ensejam este estudo, analisando como se constituem e como se aparentam na realidade política brasileira, além de debater parte da literatura sobre eles, procedendo-se, assim, a uma justificativa teórica e metodológica desse recorte partidário selecionado para a análise.

O trabalho também conta com uma revisão da literatura sobre o tema, considerando como tal o debate recente sobre o sistema político, bem como os estudos e abordagens metodológicas sobre a nacionalização partidária. No capítulo sobre metodologia é feito um debate teórico sobre os processos e disputas eleitorais, dentro do qual servem como fundamento para esse trabalho a clivagem entre a Teoria da Escolha Racional, formulada por Anthony Downs (1999), e a Teoria da Saliência, elaborada por Robertson (1976), e que serve, especificamente, para fundamentar a base metodológica deste trabalho. Além disso, há uma breve descrição dos resultados obtidos por Madeira, Vieira e Tarouco (2017), em artigo que serve de base teórica e também metodológica para o trabalho. Posteriormente, é feita uma descrição dos dados e em ponto específico são apresentados os problemas relativos à codificação automática dos programas e a forma como lidamos com eles. Por fim, em capítulo próprio, são apresentados os resultados, tanto através de disposição gráfica e análise descritiva dos dados obtidos com o programa computacional, como os resultados estatísticos dos testes de hipótese.

## 1.1 Os Partidos Políticos

Para Amaral (2013), a estreita ligação apontada pela Ciência Política entre os partidos políticos e o funcionamento da democracia representativa deriva das funções que as agremiações desempenham. É possível, de forma simplificada, indicarmos ao menos três funções essenciais: a) Estruturar a competição eleitoral; b) Agregar interesses; c) Governar e conduzir os trabalhos legislativos.

Segundo Amaral (2013), a relevância dos partidos políticos para a estruturação e mesmo estabilidade da democracia moderna, baseada no instituto da representação, transforma a instituição do partido político em inegável objeto de suma importância a ser estudado pela Ciência Política, e como tal sua estrutura organizativa e seu funcionamento. Assim, o autor dispõe perguntas básicas que a Ciência Política deve fazer sobre essas agremiações: Como as decisões são tomadas no interior dos partidos? Como agem as lideranças partidárias? Quais são as relações entre os partidos e seus membros? Quais são os elementos que provocam transformações no desenho organizacional dos partidos políticos? A essas perguntas, é necessário acrescentarmos aquelas que indagam sobre como os partidos se localizam e se posicionam no espectro político, sobre como os partidos se enxergam ideologicamente, ou sobre que tipo de arranjo programático os partidos preferem enfatizar. É nesse segundo grupo de perguntas que se insere a questão dessa pesquisa, sobre a nacionalização ou não dos programas de governo.

Os Partidos Políticos, segundo Duverger (1976), têm uma origem muito recente, enquanto espaço político organizado e institucionalizado. Para ele, os verdadeiros Partidos Políticos, por assim dizer, datam apenas de meados do século XX. Em suas palavras:

Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito. Em 1950, estes funcionavam na maior parte das nações civilizadas, e os outros se esforçavam por imitá-los. (Duverger, 1970; pág. 19)

Debruçando-se da mesma forma sobre a gênese dos partidos políticos, Sartori demonstra como o próprio nome “Partido” foi assumindo o lugar da denominação “facção” à medida em que as agremiações partidárias ganhavam uma conotação positiva no imaginário coletivo. No final do século XIX surgem os partidos de massa, na esteira do fortalecimento do socialismo internacional e da maturação das relações de trabalho na economia industrial.

No que se refere ao Brasil, é possível discutir dentro das mesmas linhas tanto essas formas incipientes de ajuntamentos político-partidários que surgiram no país após sua independência como a gênese do debate político sobre regionalização e nacionalização. Aqui, como nos diz Vamireh Chacon, no Brasil da década de vinte do século XIX, tanto as palavras “partido” quanto “facção” eram malvistas e, assim, evitadas por escritores e jornalistas. Não à toa, poucos se referiam a partido conservador ou partido liberal, preferindo, antes, a denominação ideológica pura e simplesmente de “conservador” e “liberal”.

Não obstante, apenas no século XX é que os partidos ganharam forma, organização e espaço nos marcos legais nacionais. Como ressalta Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1966), apenas após a primeira guerra mundial é que os partidos irão ganhar alguma forma de instrução legal, limites institucionais, como forma de “organizar” a democracia em meio à disseminação e fortalecimento dos partidos políticos. No entanto, é somente após a segunda guerra mundial que os partidos irão, definitivamente, ganhar espaço específico nas constituições nacionais, com normatividade sobre sua organização, fundação e funcionamento.

No debate do ponto de vista organizacional, é necessário fazer referência à obra de Robert Michels (1982), do começo do século XX. Para o autor, a evolução organizativa dos partidos políticos levava, em termos de evolução, necessariamente, a uma estrutura oligárquica, no que ficou conhecida como a “lei de ferro” dos partidos políticos. Assim, se não há condições para o exercício contemporâneo da democracia direta, e os partidos, portanto, fazem-se necessários, contraditoriamente sua forma de organização interna não emula um padrão democrático, senão uma estrutura oligarquizada. A tendência da organização orgânica dos partidos era de cada vez maior concentração de poderes nas mãos dos líderes partidários.

Angelo Panebianco (1990), em sua obra *Modelos de Partido*, parte da mesma premissa de Michels, mas com uma elaboração conceitual diferente. No lugar de uma oligarquia, há, para Panebianco, uma “coalizão dominante”, cujos líderes devem ter como qualidade, sobretudo, a capacidade de responder às demandas das diversas figuras e grupos internos do partido bem como de garantir uma estabilidade partidária. Panebianco também discorre sobre dois modelos de nacionalização partidária, ou abrangência territorial, que ele divide em duas formas: a penetração territorial, quando o centro do poder partidário incentiva e fomenta o espraiamento partidário; e a difusão territorial, quando, de forma endógena, lideranças locais logram organizar o partido em sua região. Essas duas formas geram incentivos diferentes na atuação partidária, sobretudo em países federalistas, como é o caso do Brasil.

Para Duverger (1970), os partidos podem ter maior ou menor grau de centralização ou descentralização, operadas por quatro aspectos, em sua forma organizativa: local, ideológica, federal e social. A questão local refere-se ao grau de descentralização, que pode determinar se o Partido se guiará por assuntos locais e regionais ou se ele irá concentrar sua atuação política na seara nacional ou até mesmo internacional, por exemplo. Ideologicamente, a centralização ou descentralização diz respeito à autonomia de movimentos intrapartidários de formularem braços ideológicos específicos, ou tendências; a descentralização social trata-se da viabilidade de se formarem subgrupos econômicos de maneira autônoma; e a descentralização federal, por fim, diz respeito ao grau mais radical de descentralização, uma vez que, em Estados Federais, significa a possibilidade de ramos subnacionais do partido de atuarem e se exprimirem politicamente com autonomia.

Na classificação de Duverger (1970), em se tratando dos tipos de partido, os partidos de massa são aqueles que possuem uma grande parcela de espelhamento e identificação político-ideológica na sociedade. Seu panorama era a contraposição aos chamados partidos de quadro, surgidos no século XIX e que eram fundados, mantidos e representados por membros notáveis da sociedade, não indo além em termos de alcance sócio-político. Assim, do ponto de vista tradicional da literatura política do século XX, o surgimento de partidos de massa, na esteira do sufrágio universal e na expansão e atração de novos atores à arena política, representava uma evolução orgânica do sistema de representação democrática. A democracia moderna, incapaz desde logo de se viabilizar por meio da representação direta, necessitava de uma conexão efetiva entre o poder político e o poder de representação e escolha dos cidadãos. Os partidos surgiram como esse conectivo, mas apenas sua expressão como Partido de Massas é que iria legitimar democraticamente essa sua condição. Nas palavras de Guarnieri (2009):

A base social dos partidos de massa foi vista como a fonte de legitimidade dos sistemas políticos. A democracia funcionaria porque os partidos refletiriam a vontade da sociedade e promoveriam a ligação entre os cidadãos e o Estado. Neste sentido, os partidos de massa seriam essenciais para a estabilização do sistema partidário. Por meio do “encapsulamento” de secções do eleitorado e pelo estabelecimento de identidades políticas duráveis, os partidos de massa promoveriam a estruturação do comportamento políticos e a consolidação do sistema partidário. (Guarnieri, 2009; pág. 31)

Guarnieri (2009), em sua tese de doutoramento “‘A força dos partidos fracos’ – um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral”, faz um breve levantamento do percurso dos estudos sobre partidos políticos a partir da década de 1970. Segundo esse autor, a partir dessa década, o aumento da volatilidade eleitoral na Europa,

a diminuição nas taxas de filiação e o aumento da descrença e representatividade nos partidos de massa geraram, digamos, um “pessimismo” entre os autores que viam essas características de massa dos partidos como a condição tipicamente democrática do sistema representativo. Não obstante esse “pessimismo”, a Europa não deixou de ser democrática nem sequer perdeu sua condição de um continente com democracias estáveis. Os partidos, embora “menos” representativos, continuaram obtendo votos, elegendo seus candidatos e governando. Para Mair (1990), a causa dessa suposta decadência da condição de massa dos partidos foi a diminuição das divisões sociais e a rarefação das clivagens político-sociais, de modo geral.

Para entender essa mudança de perfil dos partidos é preciso identificar as diferentes formas que eles poderiam assumir. Kirchheimer, por exemplo, identifica um perfil de Partido a que ele dá a alcunha de “catch-all”, ou partidos “pega-tudo”, em uma tradução livre, que são aqueles que não se atêm a um recorte ideológico, econômico ou social no eleitorado, em busca da maior quantidade de eleitores possível, ou em busca de eleitores de perfil médio. Buscam quantidade, e não um perfil qualitativamente definido. Panebianco, diz Guarnieri (2009), é quem agrega e associa a essa análise de Kirchheimer o aspecto da profissionalização dos partidos, propondo o modelo do partido eleitoral-profissional.

À ideia de profissionalização dos Partidos Políticos, sobretudo em contraposição à condição de “massa”, de integração Partido - Grande Coletividade Social, Mair (1990) propôs que houve uma mudança de direção ou associação dos partidos. Antes, sua base de sustentação estava vinculada à capacidade de representar uma grande margem de eleitores; a partir da década de 1980 em diante, esses partidos, e esse é o processo de profissionalização, buscaram associar-se diretamente ao poder, ou ao Estado. Assim, a base de sustentação desse novo perfil partidário não está necessariamente no seu número de filiados ou militantes, mas sim na sua conexão com o poder, e nas garantias que o poder tem a oferecer, como recursos, espaços de propaganda política. Nas palavras de Guarnieri, em resumo:

Os partidos mudaram, os partidos de massa são apenas uma das inúmeras formas de organização partidária, os partidos devem ser vistos hoje mais na sua relação com o Estado do que em sua relação com o eleitorado e, o mais importante, o sucesso da democracia não depende da existência de partidos de massa. Prova da independência entre funcionamento da democracia e tipo de partido são os Estados Unidos. Lá os partidos nunca se constituíram enquanto partido de massas no sentido Duvergeriano, no entanto é o país com a democracia e os partidos mais longevos. (Guarnieri, 2009; pág. 35)

Para Katz e Mair (1995), foi sobretudo esse erro de diagnóstico dos cientistas políticos que resultou nessa “impressão” de que os partidos políticos estavam em processo de declínio.

Para os autores, somente mudando o foco dos estudos da relação Partido Político-Sociedade Civil para a relação do Partido Político com o Estado é que se poderia vislumbrar os novos caminhos que a evolução dessas instituições trilhou. Dentro desse diagnóstico, os autores identificaram a emergência de um novo modelo de partido, o *partido cartel*.

Essa designação refere-se exatamente à profusão dessa relação dos partidos com o Estado, dentro de uma lógica de dupla acomodação. Se, por um lado, os partidos passaram a depender das garantias institucionais dadas pelo Estado, inclusive o repasse cada vez maior de recursos públicos, por outro lado o Estado passou a definir e regulamentar, de maneira cada vez mais estreita e específica, e através de arranjos institucionais e constitucionais, o funcionamento do sistema partidário, e também o funcionamento, a organização, as formas de recrutamento e mesmo de atuação dos partidos políticos. Outrossim, no limiar, o Estado fornece até mesmo a tão desejada e necessária legitimidade aos partidos políticos toda vez que eles ocupam posições e cargos no Estado.

Por fim, seguindo o roteiro traçado por Amaral (2013), cabe mencionar as contribuições mais recentes de Wolinetz (2002) e Samuels e Shugart (2010), que partem de uma crítica a essas visões sobre a organização dos partidos cristalizada na década de 1990. Com efeito, os autores consideram que essas visões, culminando na de Katz e Mair, incorre no simplismo da unicidade das variáveis que caracterizam a vida organizacional dos partidos.

Wolinetz (2002), em seu artigo “Beyond the Cacth-All Parties”, parte da crítica da unicidade para construir seu modelo de organização dos partidos. Para ele, essa literatura que remonta a Duverger (1970), Kirchmheier (1966), Panebianco (1990), Kratz e Mair (1995) peca por não considerar a diversidade partidária, ou bem por não incluir na equação variáveis de caráter social, cultural, econômico, que ajudam a refletir e a ampliar a multiplicidade de características partidárias, evitando, assim, hipostasiar um suposto caráter evolutivo na estrutura organizativa dos partidos. Para Wolinetz (2002), por exemplo, os partidos *cacth-all* se transformaram em uma medida para configurar e se falar de uma evolução do modelo do partido típico, os partidos de massa se transformando em partidos profissionais. No entanto, para o autor, essa tipicidade não é efetiva e nem é suficiente para distinguir dentre os tipos de partidos contemporâneos.

Após a chamada “Terceira Onda de Democratização” (Huntington, 1994), a grande ampliação do número de países democráticos e a evolução do sistema partidário de outras

democracias então recentes geraram uma quantidade muito grande de Partidos Políticos, os quais estavam condicionados a realidades distintas, condições socioeconômicas, tecnológicas e políticas diferentes, presentes em todos os continentes. Para Wolinetz (2002), a própria diversidade de arranjos institucionais regulamentando os sistemas partidários nacionais já resulta, por si só, em uma multiplicidade de formas partidárias. Dessa maneira, foi proposta por Strom (1990) uma nova tipologia que congregasse e considerasse de modo mais criterioso essas múltiplas variáveis. Nela, ele divide as agremiações partidárias em três diferentes tipos, quais sejam, o partido *policy-seeking*, o partido *vote-seeking* e o partido *office-seeking*. Segundo Amaral (2013):

O tipo de partido *policy-seeking* é aquele que possui programas bem definidos, ideologias articuladas e que busca remodelar a agenda política com o objetivo de realizar mudanças substantivas em uma série de áreas. Geralmente, o partido dá mais prioridade às suas ideias e a seu programa do que às eleições. No aspecto organizacional, conta com intensa participação de filiados/ativistas na vida partidária e com uma infraestrutura de apoio para o desenvolvimento de políticas. O tipo *vote-seeking*, por sua vez, é aquele cujo principal objetivo é vencer eleições. Seu programa é mais maleável e pode ser mais facilmente alterado para maximizar as possibilidades de vitória eleitoral. O nível de envolvimento dos filiados na vida partidária é baixo, a estrutura partidária não é grande e as campanhas eleitorais são altamente profissionalizadas. Já o partido *office-seeking* é aquele que prioriza participar do governo, pois dessa participação muitas vezes depende a sua própria sobrevivência. Evita comprometimentos programáticos que dificultem alianças políticas e busca conseguir votos suficientes para participar de coalizões governamentais. Seus membros ocupam – ou buscam ocupar – cargos públicos e disputam acesso aos recursos provenientes do Estado (AMARAL, 2013, p. 19-20).

Para Wolinetz, essa função tridimensional acrescenta, por assim dizer, uma nova camada conceitual a classificações e tipologias anteriores. A Figura 1 demonstra claramente como o autor vislumbra a colocação das classificações dos autores anteriores, considerando os partidos *Catch-all*, partidos programáticos, oligárquicos, partidos cartel, de quadros ou de massa, dentro dessa tipologia tridimensional. Nessa classificação, o autor considera que os partidos de quadros e os partidos oligárquicos se posicionam no vetor de busca por cargos, por espaços e posições dentro da máquina estatal. Por outro lado, os partidos *catch-all* de Kirchhmeier, ou os ditos partidos profissionais de Katz e Mair são marcados pela busca de votos, são partidos *vote-seeking*; e, por fim, os partidos mais associados a um recorte programático ou ideológico mais consistente, que defendem um programa bem delineado e claro, os denominados *policy-seeking*, confundem-se com os partidos tradicionalmente classificados como partidos programáticos e, mais ainda, os ditos partidos de massa. Evidentemente, como bem demonstrado na figura abaixo, o espaçamento entre essas dimensões é nuançado, de modo que os partidos se posicionam dentro dessa escala tridimensional.



*Figura 1. Tipologia de Strom; Fonte: Wolinetz (2002)*

O segundo trabalho a ser considerado é o de Samuels e Shugart (2010), que consideram que os estudos sobre o tema, muito focados nos sistemas partidários europeus, desconsideram, no geral, a forma de governo como um fator relevante. Citam que inclusive os partidos do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, democracias antigas e estáveis, eram, no mais das vezes, ignorados. Para os autores, o sistema de governo presidencialista, por exemplo, gera mais incentivos para uma maior centralização dos partidos, na medida em que, com a eleição possuindo lógicas distintas, uma para o legislativo e outra para o executivo, essa segunda tenderia a preponderar. Para os autores, em suma, o fundamental é considerar os diferentes arranjos institucionais e constitucionais, e seus respectivas estímulos e incentivos, para pensar sobre os partidos políticos.

Para esta pesquisa, vemos alguns aspectos históricos e organizacionais dos dois partidos cujos programas são estudados, PT e PSDB. Além disso, analisamos o debate específico sobre a nacionalização partidária, bem como sobre a clivagem regionalização e centralização no contexto político-eleitoral brasileiro, apontando, também, suas condicionantes históricas.

## 2 NACIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Nosso trabalho é sobre a nacionalização do conteúdo programático das candidaturas do PT e PSDB, comparando, para isso, seus programas de governo nas candidaturas aos executivos estaduais com os programas de suas candidaturas ao executivo federal, além de testar estatisticamente a existência ou não de uma agenda local, que indicaria subsistemas programáticos ou agendas nacionais dos partidos. A pergunta pressuposta que surge nas entrelinhas desse projeto é, portanto, o que é nacionalização partidária? Por que estudar ou por que saber se um partido tem estrutura, organização ou discurso nacionalizado? Este capítulo se propõe a responder a essas perguntas.

Em primeiro lugar é necessário deixar claro que o voto está conectado com o espaço. As eleições ocorrem dentro de um território, entendido geograficamente como um espaço em que há uma gestão política, em que há um exercício de poder. As eleições, em toda parte, possuem uma lógica territorializada, com divisões geográficas. Assim, em um sentido mais conceitual da geografia, o voto é parte de um processo de territorialização do espaço. A própria ideia de representação política também está muito relacionada aos espaços geográficos, aos recortes territoriais. Os partidos se organizam e competem uns com os outros em um dado território, bem como as eleições são organizados em um espaço geográfico. Da mesma forma, muitas das condicionantes da lógica da política eleitoral estão demarcadas geograficamente, como, por exemplo, clivagens sociais, diferenças socioeconômicas, diferentes níveis de bem-estar, índices de qualidade de vida. Muitas das demandas políticas estão baseadas em um recorte geográfico. Há que se falar, também, nos próprios modelos institucionais existentes nos países, que conferem, segundo suas normas, geografias políticas específicas ao espaço geográfico, como divisões da gestão política. Portanto, faz-se justificável conectar território e sistema partidário nas pesquisas em Ciência Política, porque estão conectados no mundo natural.

A nacionalização partidária é um tema ainda recente, dentro da tradição da ciência política. A Figura 2, do Google Ngram, demonstra que esse ramo de estudos começou apenas na década de 1960, ganhou algum impulso em meados da década de 1980, mas se consolidou na ciência política, ganhando espaço crescente, apenas na virada do milênio. Embora não seja um espelho do “estado da arte”, mas tão somente uma pesquisa de frequência na biblioteca do google, essa pesquisa demonstra como a nacionalização partidária vem ganhando espaço consolidado na Ciência Política nas últimas duas décadas. A análise é feita comparativamente com os termos “nacionalização” e “nacionalização partidária” associadas ao campo “política”,

e é rodada nos cerca de 5 milhões de livros que o Google possui digitalizados em sua biblioteca virtual.

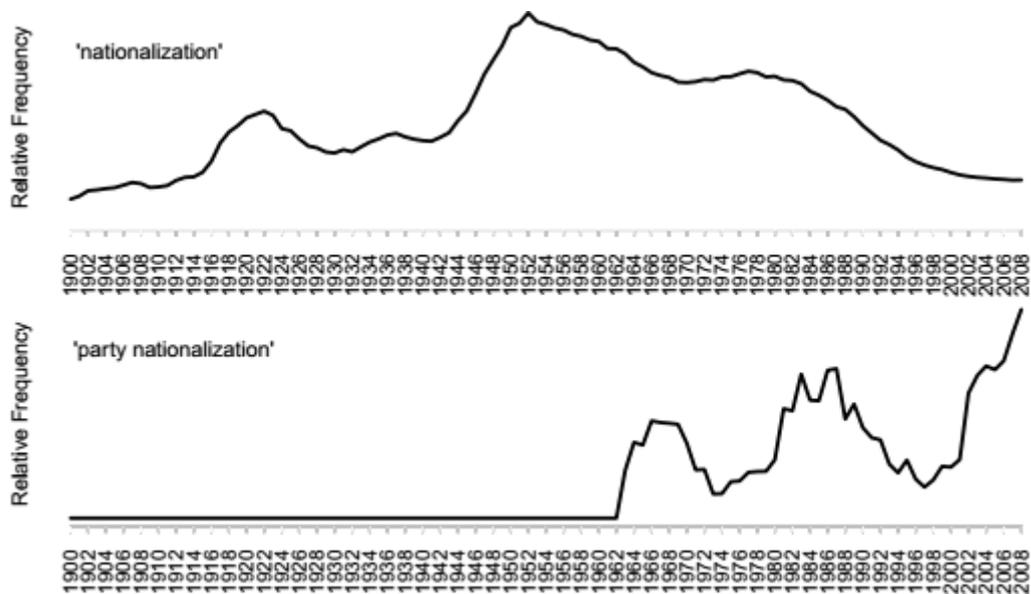


Figura 2. Nacionalização e Nacionalização partidária no Google Ngram. Fonte: Vasselai, 2015.

Nos estudos que abordam a questão organizacional dos partidos, é comumente referirem-se a um dado territorial, que é o localismo ou âmbito nacional, ou a centralização versus descentralização. Para Lipset e Rokkan (1969), a nacionalização partidária seria um curso natural para os partidos e o próprio sistema partidário. Assim, tanto os partidos, em sua perseguição por evoluir e atingir seus objetivos, tendem naturalmente a se nacionalizarem, buscando votos por todo o território geográfico, como os sistemas regulatórios e institucionais tendem também a exigir dos partidos um caráter mais nacional. Para Mainwaring (1999), há mesmo de se falar que o regionalismo sempre foi visto como algo próximo de paroquialismo ou oligarquismo, do que seria exemplo a política dos “coronéis” no Brasil. Assim, a nacionalização dos partidos foi associada a um percurso natural dentro do arranjo político-partidário das democracias modernas, em termos mesmo de evolução orgânica qualitativa, sendo a nacionalização, portanto, associada a algo positivo, e o localismo ou regionalismo associado a algo negativo.

Essa visão se coaduna com os partidos da Europa, onde os arranjos institucionais estimulam de modo decidido a nacionalização dos partidos e eles são, no geral, nacionalizados. Os Estados Unidos são uma meia exceção, já que lá as particularidades e a descentralização do

processo eleitoral gera um estímulo à regionalização do jogo do poder, e até mesmo as regras do jogo são, em certas medidas, regionalizadas, com particularidades de estado para estado. Apesar disso, o país tem dois partidos já há muito tempo nacionalizados e que polarizam, ou mesmo praticamente esgotam, a disputa político-eleitoral em todos os estados do país. Os estudos sobre nacionalização foram vítimas, digamos, do próprio sucesso da ideia de nacionalização.

O ressurgimento dos estudos sobre nacionalização estão diretamente ligados à expansão da democracia nas últimas décadas do século XX e à multiplicidade de novos arranjos institucionais. Da mesma maneira que ocorreu com a questão da organização partidária, colocada por Wolinetz (2002), a nacionalização partidária ganhou fôlego na esteira dos novos países, da “terceira onda democrática”.

Vasselai (2015) associa esse momento de reflorescimento dos estudos sobre nacionalização partidária a quatro pontos em particular. Primeiro, ele diz que cientistas políticos atuais estão tendendo a acreditar na ideia de que a abordagem histórica da divisão territorial das políticas, dos votos e dos políticos ainda tem um espaço de relevância a ser explorado nas democracias modernas tradicionais. O segundo ponto é que, apesar de a nacionalização partidária parecer ser um ponto pacífico atualmente no que diz respeito aos sistemas partidários nas democracias modernas tradicionais, há ainda que se estudar o mesmo fenômeno em democracias mais recentes, como as da América Latina, Europa Oriental, África e Ásia. Em terceiro lugar, o autor diz que há estudos apontando que o regionalismo está ganhando espaço mesmo em democracias tradicionais, o que deve relançar o interesse da ciência política para esses países e para esse fenômeno especificamente. Por fim, o autor cita o fato de que apenas recentemente pesquisadores estão se dedicando a testar empiricamente as consequências práticas do nível de nacionalização, em um passo natural nas ciências, quando não é o objeto que muda, mas sim a metodologia que evolui.

Assim, resta justificada a relevância dos estudos sobre nacionalização partidária no Brasil, país em que a clivagem entre centralização e regionalização antecede e confere importância especial ao tema da nacionalização. Do mesmo modo, trazendo novamente Panebianco (1990), a forma de Estado federativo realça esse assunto, já que ele cria, por si, um recorte regional, ou um verdadeiro estímulo institucional à regionalização. Na próxima sessão, iremos rever sinteticamente o percurso histórico dessa clivagem entre centralização e descentralização do poder político no Brasil, além de fazermos uma breve síntese dos

dispositivos institucionais sobre a nacionalização partidária ao longo das Constituições Federais brasileiras.

## **2.1 Centralização e Regionalismo na história brasileira**

O sistema partidário brasileiro, e mais ainda a própria política nacional, historicamente conviveu com o embate entre nacionalização de seu sistema político partidário e os anseios regionalistas que apontavam no sentido contrário. Desde a independência pode-se dizer que é mesmo constante esse conflito entre anseios nacionalizantes e regionalistas. A formação histórica e territorial do país explica essa particularidade brasileira. Como bem aponta Carvalho (1980), a elite política brasileira era fruto de uma gama de elites regionais no país. E a formação territorial e o processo de independência obrigaram essas elites a conviver umas com as outras no teatro político nacional. Esse processo de independência a que José Murilo de Carvalho se refere é o fato de que, ao contrário da América espanhola, que se fragmentou em diversos Estados nacionais soberanos, a América portuguesa se tornou independente como um Estado unificado.

Essa independência unificada, entretanto, não ocorreu sem violências regionais. Houve vários conflitos nesse processo de independência que contrariava interesses regionais. No Grão-Pará e na Bahia ocorreram os mais importantes por ocasião da declaração de independência. Mas tanto antes como depois, em decorrência do processo e do contexto geral de independência, incluindo a assembleia das Cortes em Portugal, houve conflitos regionais no Brasil, o maior dos quais ocorridos no Nordeste, sobretudo na província de Pernambuco, que ensaiou emancipar-se em duas ocasiões na época. Os fatores que levaram a essa independência unificada são motivo de debates acadêmicos ainda hoje. É certo, no entanto, que a questão regional teve importância fundamental nesse processo, seja por meio de conferir legitimidade à unidade nacional, seja por tentativas malogradas de secessão. As elites regionais, mais especificamente, são fonte de poder local e interferem no jogo político brasileiro desde sua independência. Assim, a clivagem centralização versus descentralização, ou nacionalização versus regionalização, acompanha a histórica política brasileira.

Ainda durante o primeiro império e a regência, após a abdicação de Dom. Pedro I, irromperam no país vários conflitos civis e lutas de emancipação, as chamadas revoltas regenciais – os principais exemplos são a Sabinada, Cabanagem, Balaiada e a maior de todas,

a Revolução Farroupilha - que permearam essas disputas pelo poder, evidenciando o regionalismo que havia nas diferentes províncias do império: a disputa era, basicamente, entre centralização e descentralização do poder. Como bem aponta Needel (2009), os dois “partidos” políticos que disputavam o poder durante a regência, os primeiros partidos políticos brasileiros, o Partido Liberal e o Partido Conservador, têm origem nessa clivagem entre poder central e elites regionais. Os liberais, tanto os que comandavam a regência – sobretudo Feijó -, bem como os liberais moderados, de oposição, defendia um poder central forte, centralizado. O Partido Conservador foi se conformando ao longo da década de 1830 e era expressão dos interesses regionalistas. Não à toa, segundo Needel (2009), apenas em 1837 eles começaram a atuar de modo sistemático, fazendo oposição à Regência e aos liberais, dado o tempo que foi necessário para acomodar os diversos interesses locais e enfim conseguir compor uma “bancada de equilíbrio” para atuar legislativamente em prol dos interesses regionalistas. Ainda que no correr da história do segundo império o poder tenha sido centralizado, o Ato Adicional de 1834 que, dentre outras mudanças, conferia maior autonomia às Províncias e criava as Assembleias Legislativas provinciais, foi um momento decisivo dessa clivagem aqui analisada.

Após a proclamação da República, embates dessa mesma natureza continuaram. A Constituição de 1891 permitia que se formassem no país partidos regionais, cujo registro não exigia uma composição partidária de abrangência nacional. Nessa mesma época, mas já no século XX, a política de governadores, implementada sobretudo no governo de Campos Sales, gera um recrudescimento do regionalismo, que servirá como base da política partidária nacional até 1930. Os partidos, durante este período, eram caracterizados sobretudo por sua condição regional, como o PRP, Partido Republicano Paulista, o PRM, Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, que conviviam com os ditos partidos ideológicos, como o Partido Comunista e a Ação Integralista.

Para José Murilo de Carvalho, a ausência de um movimento republicano nacional foi que permitiu que na Constituição de 1891 uma grande fatia de poder fosse transferida para os governos estaduais. O autor, no entanto, enxerga um aspecto positivo nesse movimento, com uma aproximação maior da população com o processo eleitoral local. Ainda assim, mesmo essa aproximação se deu menos como um passo de politização cidadã e mais como um vínculo eleitoral com as elites locais.

As mudanças de ordem política promovidas pelo presidente Campos Sales deram conhecida notoriedade e força política aos mandatários locais – essa força já havia no arranjo

institucional previsto na Constituição de 1891, na qual foi concedida, por exemplo, grande autonomia aos governadores -, fomentando e estimulando o fenômeno que ficou conhecido como “coronelismo”. Quem melhor descreveu esse fenômeno decorrente do fortalecimento das oligarquias regionais foi Victor Nunes Leal (1993), em sua obra “Política, enxada e voto”. Para ele, esse fenômeno está ligado ao fortalecimento dos poderes estaduais, gerando maior concorrência pelo poder estadual, e ao sistema de dependência entre as elites políticas estaduais e as elites oligárquicas municipais, criando, com o tempo, uma sólida e forte elite oligárquica estadual. Em suas palavras:

É o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem mangotes de eleitores como quem conduz tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, enfim, o cofre das graças e o poder das desgraças. (Victor Nunes Leal, pág. 43)

Há várias controvérsias e variadas críticas à tese do “coronelismo”, como as feitas por Viscardi (2012), segundo quem em um contexto de fraudes generalizadas no sistema eleitoral do país, de uma porcentagem reduzidíssima da população que tinha direito a voto e também onde a Comissão de Verificação de Poderes tinha enorme discricionariedade para decidir sobre a nomeação dos eleitos, seria bastante relativa a verdadeira importância das eleições locais para a lógica política nacional. De todo modo, como acrescenta Carvalho (1991), ao menos para decidir as disputas entre os coronéis as eleições locais eram importantes.

Uma vez que os partidos nacionais foram extintos, por ocasião da Constituição de 1891, era necessário um novo equilíbrio do jogo de poder político. Assim, é nesse contexto que surge o novo arranjo político eleitoral do período, sintetizado por Torres (1961) como sendo o fenômeno do coronelismo, no plano municipal, a política de governadores, do partido único e das oligarquias, no âmbito estadual, e da política dos governadores no nível nacional. Para Torres, nesse encadeamento, municipal e estadual, estadual e nacional, o elo mais forte são sempre os governadores. Os governadores eram o elo entre esses dois sistemas, e eram eles que consubstanciavam o equilíbrio político do período.

Por fim, cabe mencionar que a própria implantação da forma de Estado Federal operava esse processo de descentralização política do controle sobre as eleições locais. O ideário de autonomia política e refortalecimento das elites regionais subjazem a forma como a ideia republicana se inseriu no Brasil. O fim da Monarquia não respondia apenas a um anseio republicanista natural, filosófico, respondia também a um anseio descentralizante, de autonomia política das elites regionais. Embora com um apelo militar e positivista forte, as

revoltas federalistas do início da República possuíam um escopo regionalista, sobretudo no Rio Grande do Sul, quando não se aceitou os primeiros governos militares centralizados do Rio de Janeiro. A partir de 1922, com as revoltas tenentistas, esse sistema político começou a se esgotar, com demandas cada vez maiores de centralização política e de limitação dos poderes oligárquicos locais.

Nesse percurso histórico, um alcance nacional como premissa legal para registrar um Partido no Brasil só veio com a Constituição de 1946<sup>2</sup>, que referendou a reforma política a que se dá o nome de Lei Agamenon<sup>3</sup>. Assim é que o sistema partidário da quarta República, período que vai de 1945 a 1964, possuía partidos consideravelmente coesos e nacionais. A disputa pelo poder federal ficou praticamente circunscrita aos três maiores partidos, PSD, UDN e PTB.

Skidmore (1969) nos sintetiza os três partidos nacionais da época da seguinte forma: O PSD, apesar do nome, não tinha nada a ver com a social-democracia europeia, estando muito mais próximo, na tradição política brasileira, das máquinas políticas estaduais que ostentavam o título de Partido Republicano na República Velha. Sua substância era formada pela rede de líderes e grupos de distintas origens e interesses, mas com a qual o presidente conseguiu garantir a governabilidade. O PTB enquadrava-se nas fileiras dos mais fiéis apoiadores varguistas. Era composto pelos trabalhadores urbanos a quem Vargas destinara a legislação de bem-estar social e a organização paternalista dos sindicatos, fortalecida na década de 1940. Estavam situados na oposição ao regime varguista. Na verdade, eram basicamente as forças constitucionalistas liberais que atuavam no Partido Democrático Paulista, que havia atuado junto a Vargas na revolução de 1930, e que rompera com ele logo depois, e para sempre, em 1932. Àquela época, a UDN recomendava o retorno aos princípios liberais tanto em política como em economia. Durante a década de 1950, passou a emular basicamente o anti-varguismo. Em termos de composição social, era muito parecido com o PSD.

Esse sistema partidário é fruto das mudanças institucionais promovidas pela Lei Agamenon. São todos partidos nacionalizados, embora tivessem, cada um à sua moda, suas

---

<sup>2</sup> Cabe citar o Código Eleitoral de 1934, quando foi introduzido pela primeira vez no ordenamento jurídico nacional a existência dos Partidos Políticos. Esse código, no entanto, não previa qualquer exigência de caráter nacionalizante para o registro partidário.

<sup>3</sup> Na letra do Decreto-Lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945, a chamada Lei Agamenon:

“Art. 109. Toda associação de, pelo menos, dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquiridopersonalidade jurídica nostêrmosdo Código Civil, será considerada partidopolítico nacional.

Art. 110. Os partidos políticos serão registrados no Tribunal Superior e os seus diretórios - órgãos executivos estaduais - nos Tribunais Regionais.

§ 1º Só podem ser admitidos a registro os partidos políticos de âmbito nacional.”

idiosincrasias regionais. O PSD, sobretudo, era um partido fragmentado, mais parecendo uma espécie de concerto de oligarcas regionais que precisavam estar no poder. Importante autor para discutir o sistema partidário brasileiro durante a quarta república, bem como para discutir os aspectos de nacionalização partidária na época é Olavo Brasil de Lima Júnior. Em sua obra *Os Partidos Políticos Brasileiros* (1997), o autor realiza minucioso estudo acerca da formação desses partidos e sobre o dispositivos histórico-institucionais que conduziram a evolução partidária à época.

Para Lima Júnior, o Brasil de 1945 a 1964 viu partidos com mandatários regionais fortes e partidos ao mesmo tempo nacionalizados. Ou seja, havia, concomitantemente, a formação de subsistemas estaduais e também um processo de nacionalização. Partidos tipicamente nacionais, como os três já citados acima, possuíam disputas internas entre elites e mandatários locais, estaduais; enquanto isso, partidos que pertenciam a uma conjuntura local, passaram a se organizar nacionalmente e disputar no âmbito federal. O autor sustenta, através de uma análise de participação eleitoral no período, que na época as eleições para o legislativo estadual ensejavam maior mobilização do eleitorado que a eleição para o legislativo federal, além de serem, também, mais diversificadas. Esse movimento, segundo Lima Júnior, levou a um crescimento das bases partidárias, que, em sentido contrário, fazia com que os partidos se fortalecessem mais no nível nacional.

Carvalho (1991) também defende que o sistema partidário brasileiro ganhou um corpo mais nacional durante esse período, como resultado de um progressivo processo de evolução e amadurecimento do sistema partidário bem como dos arranjos institucionais. Para ele:

Embora sobrevivessem influências regionais, os partidos de 1945 eram mais organizados nacionalmente e possuíam programas definidos, apesar de muitos se guiarem mais pelo pragmatismo. Eram partidos no sentido moderno da palavra, e apenas necessitavam de tempo para criarem raízes na sociedade. (CARVALHO, 2001)

Nicolau (2004) também se debruça sobre o período e critica essa constatação de nacionalização partidária, ao menos se tomada em um sentido amplo ou referente a todo o sistema partidário. Utilizando o índice de desigualdade regional relativa, o autor chegou à conclusão de que os três maiores partidos, PSD, PTB e UDN, tiveram uma votação de maneira geral geograficamente espalhada; os demais partidos, durante esse período, tiveram votação que sempre acabava por se concentrar regionalmente.

Com o AI-2 de 1967, todos os Partidos foram sumariamente extintos, tornando o sistema partidário brasileiro bipartidário. O cenário da política partidária durante a ditadura militar não deixou lastro para maiores indagações sobre o funcionamento, a organização e o nível de nacionalização partidária na época. Criou-se um sistema bipartidário artificial em que os dois partidos eram, naturalmente, nacionalizados. Em 1979, com a nova lei orgânica dos partidos, a legislação passou a permitir um sistema multipartidário, abrindo-se, então, as portas da vida político-partidária para novos atores, grupos sociais, entidades de classe e velhos políticos do país.

A Constituição Federal de 1988 consolidou o sistema partidário instituído em 1979, com o Brasil voltando a ter um sistema pluripartidário com a exigência de uma base nacional para o registro de novos partidos – sua composição inicial deve conter filiados de ao menos cinco estados da Federação. Em seu Artigo 17, inciso II, determina que, no país, os Partidos Políticos deverão ter caráter nacional, para existir e funcionar legalmente. O que se pode depreender dessa determinação constante na Constituição é que é vetada a existência de partidos regionalistas no Brasil, além, partindo para um segundo sentido, de estarem os partidos proibidos de receberem financiamento ou maiores influências de agentes estrangeiros.

Ainda assim, fica a dúvida sobre a real nacionalização dos partidos brasileiros. Se a legislação assim o quer, não há garantias de que assim funcione na prática.

## **2.2 Centralização: o debate atual**

O debate sobre o sistema partidário brasileiro, sobre a clivagem centralização versus descentralização e sobre a configuração dos poderes, se mais fortes no âmbito regional ou no âmbito nacional é bastante prolífico e tem um percurso tortuoso. Após o arranjo institucional de 1988, muito se discutiu a teia partidária e a lógica de funcionamento dos partidos. Autores como Mainwaring (2001: 1999), Hagopian (1996) e Ames (2001), por exemplo, sustentam que continua a haver no Brasil uma funcionalidade regional na vida partidária, onde o clientelismo local, a simbiose entre governadores, deputados e líderes locais nos Estados ou regiões localizadas dentro dos estados da Federação ainda ditam a lógica política e partidária. De modo geral, os três autores concordam que o quadro institucional do país corrobora e fortalece essa situação.

Para Ames (2001), o sistema eleitoral personaliza a política e enfraquece o controle dos partidos sobre os políticos, tanto na condução das campanhas quanto na atividade parlamentar. Os vínculos entre eleitores e deputados permanecem frágeis, e os partidos lutam para agregar interesses societários em alguma coisa que se assemelhe a um programa coerente.

Ainda segundo Ames (2001), no sistema de Representação Proporcional de lista aberta, as estratégias eleitorais refletem um tipo singular de competição. Os candidatos às vezes disputam espaço ideológico, mas é mais frequente disputarem o espaço físico, geográfico. Correm atrás de municípios cujos eleitores e líderes lhes deem apoio eleitoral. Barry Ames criou uma “taxonomia espacial que combina a penetração política vertical em municípios (dominação) e a abrangência horizontal de uma região (contiguidade)”. A partir dessa taxonomia, Barry Ames criou uma classificação geográfica do voto, em que se considera a região do voto mas também o tipo do político (Ames, 2001).

Se é verdade que o Brasil tem partidos de apreciável vigor organizacional, tanto nos municípios quanto nos estados, no plano nacional raramente se pode adequadamente chamá-los de partidos políticos no sentido clássico. A dificuldade para elaborar programas coerentes se deve em parte ao estímulo do sistema à formação de alianças pluripartidárias.

Ames (2001) fez uma série de pequenos estudos de caso para analisar como se dá o poder local em alguns dos estados brasileiros, como em dois estados do sul, Paraná e Santa Catarina, e em estados do Nordeste, Maranhão, Ceará e Bahia. Nos dois primeiros, encontrou algumas diferenças interessantes. Santa Catarina, apesar de mais industrializada, possui uma oligarquia política mais ou menos homogênea já há bastante tempo. A situação do Paraná é bem dispersa. Devido à origem fundada em fortes bases imigratórias e à forte economia que é também dispersa pelo estado, o autor verificou que as disputas políticas no Estado são fragmentadas em diversas regiões, criando uma Assembleia Legislativa estadual geralmente fraca.

No caso dos estados nordestinos, o que se verificou, como era de se esperar, foi uma grande dominância de caciques políticos. No Maranhão, José Sarney, na Bahia, ACM Neto e no Ceará, uma oligarquia um pouco mais dispersa, talvez empresarial, mas ainda assim com o poder político concentrado.

São essas realidades distintas o que ele chama de sistema político que gera uma grande quantidade de *veto players*. O sistema eleitoral brasileiro, acoplado ao federalismo e à longa

tradição de dependência do Poder Executivo em relação ao clientelismo e ao fisiologismo, produz um número excessivo de atores com poder de veto.

Mainwaring (2001), de forma bastante parecida, entende que o sistema e o arranjo institucional brasileiro não permitiram que surgissem partidos fortes e sólidos e, por consequência, um sistema partidário igualmente forte. As críticas desse autor ao sistema partidário brasileiro e aos partidos políticos brasileiros perfazem praticamente toda a sua obra sobre o tema (1993; 1995; 1999; 2001). No rol de críticas, é possível citar a existência de partidos fracos, que em sua avaliação, em médio prazo dificilmente servem de base de consolidação democrática. De forma mais acentuada, critica, nas organizações partidária, a predominância de sistemas de patronagem, o clientelismo e o patrimonialismo. Mainwaring chega a dizer que temos, no Brasil, um “sistema partidário subdesenvolvido”. Nas suas palavras:

Entre os países de renda média da América Latina, o Brasil é um caso excepcional pela fragilidade de suas organizações nacionais. A contrapartida dessa fraqueza é a descentralização partidária. A lógica federalista que norteia a atuação dos partidos e dos políticos no Brasil não tem paralelo no cenário latino-americano. A combinação entre reduzida disciplina, fragilidade, descentralização e federalismo, contribui para a heterogeneidade ideológica dos partidos nacionais brasileiros. (Mainwaring, 2001, p. 104)

Ainda segundo Mainwaring, abordando o contexto histórico do arranjo institucional da Nova República e sua relação com a patronagem, clientelismo e o patrimonialismo:

Poder rural, clientelismo e patronagem continuaram a ser os instrumentos fundamentais do acesso ao poder político, e os partidos eram muito personalistas. A maioria dos líderes políticos preferia um sistema fluido e personalista e, por isso, rejeitava os vínculos necessariamente implícitos a uma forte organização partidária. O Brasil se modernizou rapidamente desde o tempo do personalismo sem freios, mas vestígios dessas práticas permanecem até hoje (Mainwaring, 2001, p.106).

Além desses dois autores, tem importante trabalho a autora Frances Hagopian (1996), que estudou as mudanças de regime no Brasil na segunda metade do século XX e fez um estudo de caso sobre as continuidades políticas no país, considerando o caso de Minas Gerais. Na sua visão, abordando essas mudanças de regime, o que importa são as continuidades políticas dentro dessas descontinuidades. Para a autora, o sistema político de patronagem, de fortalecimento dos arranjos locais em detrimento de um sistema centralizado de poder é uma característica marcante que perfaz a história política do Brasil. As críticas não se restringem aos brasilianistas. Na década de 1980, Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello (1986) já adotavam essa visão de um sistema partidário brasileiro subdesenvolvido e débil.

De modo sintático, as críticas ao sistema partidário brasileiro podem ser elencadas da seguinte forma: excessivo número de partidos, ou a grande fragmentação partidária desde a constituinte – entre 1982 e 1994, o número de partidos que concorreu em alguma eleição chegou a 68; a fragilidade dos partidos, que se formalizam e deixam de existir rapidamente; a sucessiva mudança de políticos entre os partidos; a falta de consistência e solidez ideológico-programática; a patronagem, o clientelismo e o patrimonialismo; o individualismo dos políticos e a indisciplina partidária.

Em resposta a essa visão pessimista do sistema partidário brasileiro, há duas proposições argumentativas na Ciência Política. Em 1999, com a obra “Executivo e Legislativo na nova ordem Constitucional”, Figueiredo e Limongi sustentam que o sistema partidário brasileiro é funcional, e que o arranjo institucional do país faz com que exista uma relação de centralização nacional do poder, com o Executivo com grande capacidade impor sua vontade nos trabalhos legislativos e, no legislativo federal, com partidos cujos líderes têm grande capacidade de reger os trabalhos legislativos.

A ideia básica da obra consiste no argumento de que, na construção da Constituição de 1988, os deputados constituintes decidiram por manter um sistema de governo presidencialista (ainda que isso fosse a plebiscito posteriormente, em 1993), associado a um sistema multipartidário, o que provocaria, segundo a literatura da época, uma permanente crise de governabilidade, entre as demandas de um executivo politicamente fraco e a fragmentação do legislativo entre deputados partidariamente indisciplinados. Esse seria um cenário próximo àquele verificado no período democrático de 1945 a 1964, sob a vigência da Constituição de 1946.

A tese dos autores é de que o sistema político brasileiro pós-88 opera sob bases radicalmente diferentes daquelas de 1946. A conclusão é a de que não foi verificado no atual sistema nem a “indisciplina partidária” nem um Congresso que agisse como um veto player institucional. As evidências mostravam que, quanto à disciplina, em média, 89,4% do plenário votava de acordo com a orientação de seu líder, taxa suficiente para predizer com acerto 93,7% das votações nominais. Ademais, a ideia de indisciplina no sistema presidencialista está associada ao fato de que a duração do mandato parlamentar não está vinculado aos infortúnios do Presidente. No entanto, os autores verificaram que a formação das coalizões presidenciais, consubstanciadas através da distribuição de cargos ministeriais tem resultados concretos no apoio parlamentar. A tese geral da obra é de que:

o Executivo domina o processo legislativo porque tem poder de agenda e essa agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos parlamentares de acordo com princípios partidários. No interior desse quadro institucional, o presidente conta com os meios para induzir os parlamentares à cooperação. Da mesma forma, parlamentares não encontram o arcabouço institucional próprio para perseguir interesses particularistas. Ao contrário, a melhor estratégia para a obtenção de recursos visando a retornos eleitorais é votar disciplinadamente. (Figueiredo e Limongi, 1999; pág. 23)

Em 2003, Carlos Pereira e Bernardo Mueller, propuseram uma espécie de acomodação dessas duas visões do sistema partidário brasileiro. Os autores propuseram um modelo de duas arenas, onde a realidade partidária depende de que dimensão de sua existência se observe. Quando se trata da dimensão eleitoral, os partidos são fracos e seus partidários seguem uma diretriz individualista; e quando se trata da arena legislativa, os partidos são centralizados e atuam na maioria das vezes de maneira homogênea e vertical. Isso se dá porque as regras na arena eleitoral são umas, e as regras da arena legislativa são outras. Nas palavras dos autores:

o sistema político brasileiro não deve ser caracterizado nem como um sistema puramente descentralizado (como defendido pelos autores da primeira variante explicativa), nem como um sistema puramente centralizado (como defendido pelos autores da segunda variante). Em outras palavras, acreditamos que as duas abordagens discutidas acima oferecem uma explicação parcial e incompleta para o comportamento dos partidos dentro e fora do Legislativo. Defendemos, alternativamente, que o sistema político brasileiro condensa essas duas diferentes e antagônicas forças e incentivos institucionais. De um lado, as regras eleitorais (representação proporcional com lista aberta), o multipartidarismo e o federalismo agem descentralizando o sistema político. De outro lado, as regras internas do processo de decisão dentro do Congresso e os poderes constitucionais do presidente de legislar e de distribuir recursos políticos e financeiros proporcionam grandes incentivos para a centralização desse mesmo sistema. Em outras palavras, as regras eleitorais proporcionam incentivos para os políticos se comportarem individualmente, fragilizando, assim, os partidos na arena eleitoral, enquanto as regras internas do Congresso e os poderes presidenciais tornam o comportamento dos parlamentares extremamente dependente da lealdade aos seus respectivos partidos, fortalecendo estes últimos dentro do Congresso. (Pereira e Mueller, 2003)

A segunda vertente crítica à visão de fragilidade do ordenamento partidário brasileiro surge de uma série de pesquisas sobre a composição ideológica dos partidos políticos brasileiros. Kinzo (1993), que fez uma série de estudos sobre a disposição partidária no espectro ideológico brasileiro encontrou resultados que contradiziam a ideia de que os partidos brasileiros não possuíam substância programática ou ideológica. Analisando a posição dos partidos na Constituinte, considerando 33 votações importantes, identificou perfis de atuação muito definidos ideologicamente. Para a autora, havia “clivagens ideológicas substanciais que se manifestam entre os partidos”. Dentro do espectro partidário brasileiro, a autora demonstrou

que o apoio a intervenção estatal crescia na medida em que se passava de PFL e PDS para PMDB, PSDB, PDT e PT, sendo os dois últimos considerados os partidos mais à esquerda na escala ideológica.

Outro estudo que aborda a consistência ideológica dos partidos é o de Mainwaring, Meneguello e Power (2000), mais focado nos partidos conservadores. Esse estudo é importante porque mostra uma relativa mudança na visão de um dos autores quanto ao aspecto geral do sistema partidário brasileiro. Não se encontram as referências negativas nesse trabalho. Apesar de constar que os deputados conservadores são mais dependentes do clientelismo e são menos fieis aos partidos, os autores assinalam que há uma clara diferenciação programática nesses partidos, distinguindo-os dos demais. Além disso, os autores identificaram que a performance legislativa desses partidos é ainda mais condizente com seu perfil ideológico e programático. Outros estudos que abordam a mesma perspectiva e que encontram resultados condizentes com a escala direita-esquerda podem ser citados, como os de Kinzo (2004), Lamounier (1989), Tarouco e Madeira (2013) e Zucco Jr. (2011).

### **2.3 Nacionalização Partidária: conceito**

Quando falamos de nacionalização partidária, o problema epistemológico que advém é sobre que tipo de nacionalização estamos falando. Naturalmente, ao tratar de nacionalização, podemos nos concentrar em uma das várias possíveis variantes que essa questão pode assumir. Assim, poderíamos ter um partido, ou sistema partidário, que é nacionalizado, sob uma determinada perspectiva, e não o é sob uma outra perspectiva.

Podemos falar, de modo geral, de duas lógicas de nacionalização, como proposto por Clagett, Flanigan and Zingale (1984). A primeira diz respeito aos padrões de mudança eleitoral em duas eleições dadas, ou seja, verificar se um dado partido, por exemplo, obteve padrões de votação nacionalmente semelhantes entre duas eleições consecutivas. Digamos, por assim dizer, que é a verificação do padrão de homogeneização nacional do voto no tempo. A segunda lógica, mais recente e atualmente predominante, segundo Vasselai (2015), foca no alcance nacional da votação em uma dada eleição. Essa segunda lógica é sobretudo voltada para o legislativo, verificando se um Partido tem um padrão de votação regional ou não, por exemplo. Segundo Jones e Mainwaring (2003), o termo “nacionalização” deveria ser reservado a essa

segunda lógica, ou seja, à análise da distribuição estática da votação, quer seja em relação a um partido, quer seja em relação ao sistema partidário.

Ainda, é possível dividir o espectro de nacionalização em quatro tipos. Essa divisão parte de uma premissa lógica quando falamos de nacionalização. Dada uma eleição, ou um partido, ao perguntarmos sobre se é nacionalizado, seja estática ou dinâmica a nacionalização, estamos a nos referir a quê? Não existe uma variável que congregue todas as dimensões possíveis sobre a aferição de nacionalização. Desse modo é que surge essa possibilidade de categorizar diferentes dimensões quanto à nacionalização.

Primeiro, podemos falar da nacionalização da organização partidária. Nesse caso, estamos falando basicamente do nível de alcance territorial que a organização de um dado partido tem. Em quantos estados, em quantos municípios, o partido possui diretório, sede, representação. Essa ideia parte do sentido de que a forma como os partidos se organizam surte efeito na sua personalidade política, no seu nível de centralização, regionalização, algo discutido inclusive por autores clássicos da Ciência Política, como Duverger (1970), Sartori (1968) e Panebianco (1990), e que gera efeitos nos demais tipos de nacionalização. Para Caramani (2003), disputas eleitorais acirradas fazem com que os partidos necessitem de uma capilaridade nacional forte, como premissa organizacional básica para se alcançar e brigar por todos os eleitores. A organização local, portanto, é condição *sine qua non* para que um partido logre bons desempenhos regionais.

A segunda dimensão é uma espécie de consequência lógica da primeira. Trata-se da disposição ou capacidade dos partidos de lançarem candidaturas com alcance nacional, ou seja, por todo o território nacional. Estamos falando, portanto, da nacionalização das candidaturas partidárias, ou sobre o quão bem distribuídas nacionalmente as candidaturas partidárias são. Caramani (2003) considera que essa questão da oferta de candidaturas está relacionada com o advento dos processos eleitorais realmente competitivos. Não há necessidade de se ofertar candidaturas por todo território nacional se a disputa eleitoral não for realmente competitiva.

Já Cox (1999) considera essa questão de modo mais complexo. Para ele, a oferta de candidaturas é uma variável condicionada por diversas outras, como estratégia nacional, disposição e estratégia pessoal que faz com que alguém se lance candidato e, sobretudo, os arranjos institucionais e legais que moldam de modo decisivo a forma como os partidos irão ofertar candidaturas. Para o autor, a oferta das candidaturas é a principal variável a condicionar

a disposição dos votos. Nesse sentido, ele entende que a competitividade é uma espécie de premissa básica e generalista, e que, portanto, é necessário buscar os instrumentos mais específicos sobre a engrenagem de oferta de candidaturas. De modo até contrário, retomando a ideia de Panebianco (1990), só é possível surgir a organização e oferta de candidaturas regionais endógenas em um ambiente local de baixa competitividade.

A terceira dimensão, ao contrário do que pressupõe Cox (1999), de que a oferta de candidaturas acaba por moldar a disposição do voto, ou dos votantes, é a nacionalização da demanda dos votos. Para Vasselai (2015), no sentido inverso ao de Cox, a demanda constitui uma variável em si, e na maior parte do mundo democrático, onde não há um sistema majoritário distrital para o legislativo, é uma realidade natural a oferta de candidaturas por partidos possuem baixa preferência no eleitorado. Acrescento que, em um sistema eleitoral como o Brasileiro, de eleição proporcional de lista aberta para o legislativo, a grande oferta de candidaturas, inclusive em um ambiente de baixo nível de demanda local, constitui uma das mais eficientes estratégias eleitorais, sobretudo para os partidos pequenos. Dado que a contagem da votação proporcional é concentrada pelo partido, ou pela coligação, a fragmentação das candidaturas aumenta a capacidade do Partido de agregar votos - com cada candidato agregando um pouco -, e, com a soma, conseguir atingir o quociente eleitoral.<sup>4</sup>

A nacionalização da demanda pode ser vista, ainda, sob duas perspectivas. A primeira é no sentido de “preferências partidárias”; ou seja, em um sentido programático ou ideológico, quais partidos os eleitores preferem, ou pelos quais nutrem maior afinidade. Para Vasselai (2015), essa é uma perspectiva mais subjetiva e de difícil apreensão empírica, ao passo que a segunda perspectiva é empiricamente objetiva. Trata-se da “demanda efetiva”, ou seja, a votação que um dado partido recebeu em uma eleição específica. Não estamos falando de preferências ou afinidades programática ou ideológica dos eleitores em relação aos partidos, mas sim da efetiva escolha, da decisão em si, que é resultado tanto de afinidades programáticas ou ideológicas como de escolhas estratégicas, por interesses pessoais, quais sejam. Essa distinção é importante porque tratam-se de fenômenos diferentes. No Brasil, os índices de preferência partidária são historicamente baixos. Por exemplo, em junho de 2017, o PT atingiu a marca de 18% da preferência do eleitorado, enquanto PMDB e PSDB atingiram somente 5%;

---

<sup>4</sup> Nas eleições municipais de 2016, por exemplo, tanto em Recife quanto em Salvador, o PSOL foi o partido que mais lançou candidatos a vereador. A estratégia do Partido era nítida: quanto mais candidatos, maior será o eleitorado alcançado, e maior será a soma geral dos votos. Nas duas capitais, o partido conseguiu eleger um vereador.

os demais alcançaram no máximo 1%.<sup>5</sup> Ainda segundo o Datafolha, mas em pesquisa realizada em 2015, 71% dos brasileiros não tinham preferência por nenhum partido.<sup>6</sup> Por outro lado, se analisarmos o padrão de votação do PT e PSDB, por exemplo, para a Presidência da República, perceberemos uma demanda efetiva, transformada em voto, muito maior.

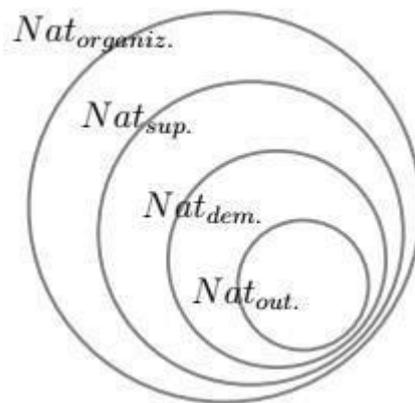
O quarto tipo de nacionalização é a nacionalização dos resultados eleitorais. Essa é uma perspectiva que pode ser analisada tanto do ponto de vista do partido como do ponto de vista do sistema partidário nacional. No caso do partido, analisa-se sua nacionalização verificando se a disposição de seus eleitores, ou de seus deputados eleitos, tem homogeneidade nacional. Caso um partido tenha equivalência proporcional entre os seus deputados eleitos e a distribuição nacional da população de eleitores, logo o partido tem uma nacionalização perfeita. De maneira parecida, basta observar a correlação da distribuição geográfica dos votos com a distribuição dos legisladores eleitos por cada partido, e, verificando-se um equilíbrio, é possível falar em um sistema partidário nacionalizado.

Para Vasselai (2015), é possível dispor esses quatro tipos de nacionalização partidária de forma hierárquica, na medida em que eles se intercambiam, tanto de um ponto de vista mais conceitual, como do ponto de vista empírico. Assim, o autor dispõe essa inter-relação e relação hierárquica tal como está no diagrama da Figura 3:

---

<sup>5</sup> **PREFERÊNCIA POR PT É MAIS ALTA DESDE CAMPANHA DE REELEIÇÃO DE DILMA.** São Paulo, jun. 2017. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/06/1896380-preferencia-por-pt-e-mais-alta-desde-campanha-de-reeleicao-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

<sup>6</sup> **71% DOS BRASILEIROS NÃO TÊM PARTIDO DE PREFERÊNCIA, DIZ PESQUISA DATAFOLHA: Segundo instituto, esse é o maior percentual da série, iniciada em 1989. PT é o preferido de 12% dos brasileiros; PSDB, de 5%, e PMDB, de 4%.** Brasília, fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/71-dos-brasileiros-nao-tem-partido-de-preferencia-diz-pesquisa-datafolha.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.



*Figura 3 - Hierarquia da tipologia de nacionalizações. In: Vasselai, 2015.*

Apesar de haver uma inter-relação entre esses tipos de nacionalização, não significa que esse seja um encadeamento óbvio, ou automático. Com efeito, a realidade apresenta um cenário em que um partido pode ter uma organização nacionalizada, mas não lançar candidatos em todas as regiões; ou pode lançar candidatos em todas as regiões, ter organização nacionalizada, mas ter um resultado eleitoral ou uma demanda eleitoral apenas regionalizada.

#### **2.4 Nacionalização da agenda partidária**

Em nossa pesquisa, iremos abordar ainda um outro tipo de nacionalização, qual seja, a nacionalização do discurso partidário. De certo modo, é razoável esperar uma associação do discurso partidário com sua forma de organização, de modo que partidos mais centralizados, do ponto de vista organizacional, tenderiam a ter uma plataforma discursiva mais homogeneizada. Para auferir a nacionalização do discurso partidário, iremos analisar os programas partidários das candidaturas do PT e do PSDB nas eleições de 2010 e 2014. Portanto, nossa pesquisa é sobre a nacionalização da agenda programática dos partidos, sobre o que eles dizem de si próprios.

Uma contribuição metodológica e conceitual importante foi a oferecida por Morgenstern e al (2013) aos estudos sobre nacionalização partidária. Esta talvez tenha sido a melhor contribuição sistematizando as referências à nacionalização partidária recentemente e fornecendo uma nova forma de pensar metodologicamente a nacionalização partidária. Os autores identificam duas principais dimensões da análise de nacionalização. A nacionalização

estática, que trata do panorama em uma dada eleição, e a nacionalização dinâmica, que aborda o grau de nacionalização em uma sequência de eleições. Além disso, os autores se debruçam sobre a necessária diferença entre a nacionalização dos partidos políticos e a nacionalização do sistema partidário.

A nacionalização estática estima a abrangência geográfica e territorial de um partido, incluindo aí uma série de indicadores, como distribuição espacial do voto, distribuição espacial das candidaturas. A nacionalização dinâmica é a que estima a nacionalização partidária através do tempo, ou seja, em pelo menos mais de uma eleição consecutiva, incluindo indicadores como correlação da votação de um partido no mesmo distrito em duas eleições, as mudanças de voto distrital no partido nas duas eleições.

Observa-se que, na sua maioria absoluta, os indicadores selecionados pelos autores como as variáveis mais utilizadas nos estudos que abordam o tema da nacionalização partidária retratam a condição passiva dos partidos (uma exceção é o indicador de nacionalização estática referente à quantidade de candidaturas lançadas), ou seja, de certo modo, a nacionalização que lhes foi permitida pelos eleitores, pelos resultados eleitorais.

Nosso trabalho baseia-se em um outro indicador possível para a nacionalização, que são as ênfases programáticas. E nesse caso, inverte-se a tendência sobre a condição passiva/ativa da medida. Nesse caso, o instrumento analisado é uma ferramenta de discurso político resultado de uma atividade típica do Partido Político. Em suma, iremos analisar a nacionalização das ênfases programáticas dos partidos, saber o que eles mesmos enfatizam quando propõem um plano de governo e em que medida o discurso programático deles é nacionalizado ou não.

## **2.5 Nacionalização partidária: o caso brasileiro**

Embora a nacionalização partidária não seja exatamente um objeto de estudo tradicional na ciência política brasileira, é possível identificar uma trajetória e alguns traços delineados sobre o sistema partidário brasileiro. Há, também, estudos de referência que trataram da nacionalização do sistema partidário brasileiro, como Jones e Mainwaring (2003), Guarnieri (2009), ou Borges (2015), que servem de referência para se abordar esse tema no Brasil.

A literatura comparada conceitua a nacionalização partidária primordialmente como o grau em que a variação da votação dos partidos nos diferentes distritos se distancia ou

se aproxima da votação nacional (Borges, 2015). Sistemas nacionalizados seriam aqueles em que a votação do partido se distribui de maneira mais homogênea entre os distritos. (Jones e Mainwaring, 2003). O nível de nacionalização dos partidos depende do arcabouço institucional em que ele atua. Dessa maneira, a literatura especializada tem destacado a existência de eleição direta para o executivo nacional e o nível de descentralização dos governos como os principais indicadores institucionais do grau de nacionalização partidária. Dadas certas condições, a disputa presidencial tende a se tornar bipartidária, com dois únicos partidos logrando nacionalizar-se enquanto os outros tendem a se vincular a algum dos campos (Shugart e Carey, 1992).

Para analisar o caso brasileiro, é necessário atentarmos para as condicionantes institucionais do país. Em sistemas com múltiplos níveis de governo, como destaca Borges (2015), é importante debater e incluir a dimensão vertical da nacionalização. Nesse caso, o objetivo é saber o nível de congruência partidária entre as diferentes arenas eleitorais.

A questão neste caso é saber se há congruência ou não entre os sistemas partidários formados nas distintas arenas eleitorais. Há integração vertical quando as arenas eleitorais no plano estadual ou provincial são conectadas à arena federal. Assim, é de se esperar que os sistemas partidários nacionais e subnacionais sejam bastante similares e que haja relativa correspondência entre os resultados das eleições para os distintos níveis de governo (Borges, 2015; pág. 654-655).

Portanto, existe integração vertical quando a dinâmica eleitoral estadual está interligada com aquela do plano federal. As pesquisas que tratam do impacto do sistema presidencial sobre a competição partidária argumentam que a eleição direta do chefe do executivo nacional tende a promover sistemas partidários mais nacionalizados. O sistema presidencialista gera, assim, um forte incentivo para que os partidos busquem a nacionalização, de modo que quanto mais nacionalizado ele for, maiores serão suas chances de alcançar o topo do poder nacional. Consequentemente, a disputa presidencial tende a reger a dinâmica das disputas nas outras esferas eleitorais, com capacidade para “puxar” votos para candidatos de seu partido ou de sua coalizão, ao que a literatura dá o nome de efeito *Coattail*, ou “efeito rabo de casaca”.

Um outro dado institucional que influencia no grau de nacionalização e potencializa o efeito *Coattail*, e que se apresenta no modelo institucional brasileiro, é a proximidade entre as eleições dos diferentes níveis governamentais. No Brasil, a eleição presidencial ocorrer juntamente com a eleição para o governo dos Estados e também para os legislativos nacionais e estaduais, o que reforça esse vínculo entre as dinâmicas eleitorais nos diversos níveis federativos. Do mesmo modo ocorre com o grau de centralização da governança nacional.

Quanto maior for a centralização política, tanto maior será a interdependência das eleições federais e estaduais.

Em países federais, os governos subnacionais precisam lidar não apenas com a ameaça da competição horizontal (entre partidos), mas também com a ameaça da competição vertical (entre esferas de governo). Em sistemas federais, como o brasileiro, o governo central e os governos subnacionais competem por um mesmo *pool* de eleitores ao ofertar serviços similares em um dado território. Isto é, ao buscar o apoio do eleitorado por meio de políticas de gasto social, os governos estaduais ou locais competem com políticas similares ofertadas pelo governo federal (Borges, 2010; pág. 23).

Em relação a diferentes trabalhos sobre o grau de nacionalização do sistema partidário brasileiro, normalmente esses trabalhos seguem uma linha de nacionalização horizontal e estática. Jones e Mainwaring, em 2003, apresentaram um artigo no qual fazem uma análise comparativa de 17 países latino-americanos medindo o grau de nacionalização de seu sistema partidário. Para isso, os autores criaram um índice de distribuição dos votos pelo território, com a mesma lógica do índice de Gini. Os autores obtêm um resultado que atesta um nível de distribuição alto das votações partidárias no Brasil, tornando o país com um nível de nacionalização considerável, embora, por outro lado, com partidos que apresentaram um nível de nacionalização baixo.

Segundo Machado e Recch (2009), os estudos sobre a nacionalização do sistema político-partidário brasileiro tem início, pelo menos em termos de dimensão horizontal da nacionalização, com Maria do Carmo Campello de Souza (1976), que foi quem primeiro verificou a enorme variação regional do impacto dos partidos políticos no período democrático de 1945 a 1964. Algo também constatado por Conceição (2017), que utilizou o mesmo índice de Jones e Mainwaring (2003) para trabalhar com o sistema político da época.

Bruno Speck e Mauro Macedo Campos (2014) analisaram como a legislação e distribuição do horário gratuito de TV e Rádio incentivam a nacionalização partidária. Para eles, há uma desproporção na distribuição desse instrumento, beneficiando os partidos pequenos, que detêm uma fatia proporcionalmente maior. Dado que a quantidade de tempo a que se tem acesso no horário político influencia no desempenho do voto, os partidos pequenos têm fortes incentivos para se nacionalizarem e ofertarem candidaturas por todo o território.

Borges (2008; 2010; 2015) trata da temática da nacionalização do ponto de vista da relação dos governos e eleições estaduais e sua correlação com as eleições presidenciais. Trata-se da nacionalização vertical. Para o autor, hoje em dia não é mais possível falar de elites estritamente regionais que comandam de forma “oligárquica” o poder ou a disputa pelo poder

nos estados. Isso ocorre por conta tanto da verticalização da disputa, com a lógica eleitoral sendo regida pela disputa nacional, bem como pelo fato de que o arranjo institucional brasileiro torna custosa a construção de coalizões que se perpetuam no poder, o que impede que elites se formem de modo orgânico no poder dos estados. Por esse lado, temos que as eleições estaduais são movidas pela eleição nacional. No entanto, Borges (2010) também identifica uma força no sentido contrário. Ao mesmo tempo em que a disputa estadual depende da nacional, efeito parecido também é exercido no sentido inverso. As disputas estaduais também regem as disputas nacionais; alguns níveis de decisão e alinhamento político-eleitoral são realizados no âmbito e no interesse estadual. O que temos, portanto, é um sistema interconectado, onde a lógica eleitoral nacional, embora ainda seja preponderante, não é exclusiva.

Outros estudos que podemos citar são os de Krause (2005) e Ribeiro (2005). A primeira, comparando as coligações para os governos estaduais e a disputa presidencial, constatou uma baixa correlação nessa dimensão vertical. Utilizando o índice de nacionalização, Ribeiro (2005) constatou, analisando cerca de 800 municípios, que os partidos apresentam um alto grau de nacionalização nesse plano. A tese de Fabrício Vasselai (2015) talvez seja a maior contribuição recente sobre nacionalização partidária no Brasil. Ele abordou tanto aspectos teóricos como empíricos, e aplicou para o sistema partidário brasileiro o modelo de quatro tipos de nacionalização partidária. Sua tese mostra como os principais partidos brasileiros, no período pós redemocratização, têm tanto organização e oferta de candidaturas nacionalizadas, mas têm demanda e resultados eleitorais mais regionalizados.

## **2.6 Eleições Estaduais**

No Brasil, não há muitos estudos que tratam das eleições estaduais. A Ciência Política brasileira é, com efeito, focada no poder executivo e legislativo federais, considerando o grau de centralização do sistema político brasileiro. Autores como Santos (2006) e Amorim (2007), por exemplo, são exemplos de como os estudos na ciência política brasileira estão ancorados na ideia geral de que é o poder executivo nacional que centraliza e comanda, de modo geral, as disputas subnacionais. Para Melo e Câmara (2012), a disputa político-eleitoral brasileira tem raiz na disputa nacional. As coligações estaduais e as disputas pelo legislativo federal obedecem à lógica eleitoral da disputa presidencial. Para os dois autores, a formação de três blocos

ideológicos de poder no âmbito nacional – PT, PSDB e PMDB e os partidos de centro – centralizaram a razão da disputa eleitoral nos demais níveis subnacionais.

Portanto, subjaz como pouco explorada a questão sobre como as eleições estaduais impactam no sistema político nacional e como as eleições estaduais impactam na própria vida partidária, do ponto de vista das estratégias internas de cada partido, e como ela impacta no sistema partidário como um todo, ou seja, nas estratégias que são comuns às disputas partidárias brasileiras. Segundo Rebello (2017), quanto às unidades subnacionais, o domínio exercido pelos governadores já foi alvo de pesquisas, com interpretações bem divergentes (Melo, Pereira e Werneck, 2010; Inácio e Amaral, 2013). Nesse caso, existe uma parte da ciência política que compreende como forte a sua influência (Abrucio, 1998). Não obstante, há outros importantes estudos que tratam dessa temática, como os que abordarei em seguida.

Bohn (2016) utiliza o panorama eleitoral das disputas estaduais brasileiras para explicar as influências que a magnitude dos distritos exerce sobre as variações regionais no número de partidos. Para isso, a autora identifica dois grupos de estados, os de magnitude homogênea – são os onze estados que possuem representação de oito deputados para o legislativo federal -, e os estados de magnitude heterogênea – que possuem entre nove e setenta representantes federais. Outro estudo de impacto sobre as disputas regionais é o de Almeida e Carneiro (2008), que utilizaram dados sobre as eleições gerais, municipais e estaduais, entre 1994 e 2000, e constataram que as eleições tanto municipais quanto federais geram efeitos diretos sobre as disputas para governador. Além desses estudos, há a obra clássica de Lima Jr. (1983) sobre os subsistemas partidários estaduais.

Recentemente, o artigo de Amaral e Tanaka (2016) busca dialogar com dois tipos de literatura sobre disputas subnacionais. Por um lado, buscaram identificar se as escolhas e os tipos de decisões que os eleitores utilizam para votar no nível nacional também afetam sua forma de votar no nível estadual; e, por outro lado, os autores dialogam com uma literatura internacional que diz respeito ao impacto de fatores econômicos e políticos nacionais sobre a escolha do eleitor no nível estadual. Segundo o estudo dos dois autores, não ficou evidenciada uma influência que o papel da economia poderia exercer na decisão dos eleitores nas eleições subnacionais. Por outro lado, os resultados evidenciaram que as preferências partidárias no âmbito nacional influem na escolha dos eleitores no âmbito estadual, algo até intuitivo. Por fim, os autores não encontraram resultado positivo quando testaram se os eleitores analisam políticas públicas específicas para decidir o voto no plano estadual. Ou seja, concluíram que a dinâmica

da escolha do eleitor nos estados está atrelada à dinâmica da disputa nacional. Os eleitores não tendem a seguir, na sua decisão do voto, uma agenda unicamente estadual.

Outro artigo, de Rebello (2017), aborda a competição entre mandatários e oposição nas disputas estaduais. Em seu artigo, o autor conclui que apesar de o desempenho de candidatos à reeleição na maioria das vezes ser exitoso, há uma parte significativa que não tenta a reeleição, aumentando a taxa de renovação. De toda forma, o estudo indicou que os partidos têm sucesso substancial em permanecer no poder.

Limongi e Cortez (2010), analisando o panorama partidário após as eleições de 2010, fazem uma retrospectiva da competição partidária no âmbito estadual desde a eleição de 1994. Para os autores, nas eleições de 1994 e 1998, os blocos partidários de situação e oposição no plano nacional regiam as disputas nos estados, com pouquíssimos casos em que partidos do mesmo bloco – como PT e PSB, de um lado, e PSDB e PFL, de outro – competiam entre si nos estados. Na eleição de 2002, no entanto, há uma espécie de rompimento nesses blocos. PSB lançou candidato à presidência, e o PFL foi preterido como sócio principal na coligação do PSDB, espaço que passou a ser ocupado pelo PMDB. O PFL, inclusive, tentou lançar uma candidata à presidência. Em 2006, embora não homogênea como na década de 1990, houve uma composição menos fracionada que na eleição de 2002. E, finalmente, nas eleições de 2010, os autores identificam uma homogeneidade nas disputas subnacionais em relação aos dois blocos. De um lado, PSDB e DEM não se enfrentaram em nenhum estado, enquanto o PT e o PSB se enfrentaram apenas em São Paulo, embora o PSB não tenha tido um candidato com chances reais.

## **2.7 Hipóteses**

Esses argumentos elencados até aqui e baseados na teoria política sobre nacionalização do sistema partidário indicam que em sistemas presidencialistas, como é o caso do Brasil, a estratégia partidária tende a ser nacionalizada. Nossas hipóteses partem desse debate da literatura da ciência política sobre a organização partidária e a nacionalização, inseridas dentro do contexto institucional brasileiro.

Pretendemos verificar a existência de uma nacionalização do conteúdo programático dos dois principais partidos brasileiros. Desse modo, temos duas hipóteses descritivas: a

primeira é de que o conteúdo programático dos partidos assume uma *agenda nacionalizada*. Ou seja, os partidos, em suas candidaturas estaduais, tendem a reproduzir o mesmo padrão de ênfases programáticas que suas candidaturas nacionais e entre si. Assim, seria possível que o resultado de nossa pesquisa fosse justamente uma maior congruência nas ênfases programáticas dos partidos entre suas candidaturas na esfera nacional e estadual.

A segunda hipótese é a de *agendas locais*. Testaremos partindo do pressuposto de que, ao invés de um discurso partidário homogêneo nas suas diversas candidaturas, as circunstâncias e contextos locais se sobreponham aos padrões programáticos dos partidos. Desse modo, seria possível identificar mais similaridades entre programas dos dois partidos, mas de um mesmo estado, do que de um mesmo partido em estados diferentes.

As duas hipóteses serão testadas estatisticamente pelas diferenças de ênfases programáticas entre os documentos. O objetivo é saber se, por um lado, os partidos possuem planos de governo que enfatizam as mesmas questões, mesmo se tratando de candidaturas em estados diferentes, com diferentes características sociais, econômicas, ou, por outro lado, se essas condicionantes locais de cada estado são fatores mais importantes para determinar as ênfases nos programas, o que resultaria em programas mais parecidos entre os dois partidos em um mesmo estado, e programas diferentes de um estado para o outro.

### 3 PT E PSDB

Nosso trabalho aborda os programas partidários de apenas dois dos principais partidos brasileiros, quais sejam, o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. Para fins de consecução da pesquisa, esse recorte tem por objetivo tanto garantir que o trabalho tenha validade metodológica, ou seja, de que esses partidos sejam representativos de algo; como tem por objetivo garantir uma viabilidade prática. Selecionar os programas partidários de todos os partidos em todas as eleições estaduais seria um trabalho muito maior e que aumentaria substancialmente os desafios e problemas metodológicos, de validação dos dados e problemas relacionados aos documentos.

Além disso, PT e PSDB são partidos que vêm disputando sistematicamente as eleições presidenciais, em um quadro de oposição eleitoral entre os dois desde 1994. Na realidade, dentre os grandes partidos, PT e PSDB foram os únicos a lançar candidato em todas as eleições presidenciais pós-88. Além disso, nenhum outro partido sequer assumiu uma posição de terceira força estabelecida. Como é possível verificar na tabela 1, desde 1989 até 2014, portanto em 7 eleições, 6 partidos diferentes figuraram na terceira colocação. Dentre os candidatos, apenas Ciro Gomes e Marina Silva candidataram-se duas vezes seguidas, embora por partidos diferentes. Segundo Limongi e Cortez (2010), a força eleitoral do PT e PSDB na disputa presidencial passa certamente pela existência de um enraizamento social dos dois partidos, no entanto, esse enraizamento social não é suficientemente forte – nem a tradição de uma grande associação de eleitores com um partido o é no Brasil – para explicar esse desempenho constantemente forte dos dois partidos. Para os autores, esse desempenho passa também pelo fato de terem ofertado candidatos em todas as eleições. Com efeito, o poder da inércia, no processo eleitoral, certamente contribuiu para a hegemonia dessa polarização, como nos contam os autores:

PT e PSDB são os principais protagonistas das eleições presidenciais. Asseguraram esta posição em 1994 e não a perderam nas eleições subsequentes. Processos eleitorais são dotados de grande força inercial. O alto custo de entrada nas eleições presidenciais desestimula a participação de potenciais desafiantes. Para estes, negociar a troca de apoios pode ser mais vantajoso. Partidos coordenam suas estratégias nos diferentes planos, articulando o lançamento (e a retirada) de candidaturas nos diferentes distritos. [...] (Limongi e Cortez, 2010: 36).

*Tabela 1 - Eleições presidenciais – 1989-2014 – Resumo dos Resultados em %*

Ano	Partido				
	PT	PSDB	3° Lugar	PT + PSDB	3° Partido
<b>1989</b>	17,2	11,5	16,5	28,7	PDT
<b>1994</b>	27,0	54,3	7,4	81,3	PRONA
<b>1998</b>	31,8	53,1	10,9	84,9	PPS
<b>2002</b>	46,4	23,2	17,9	69,6	PSB
<b>2006</b>	48,6	41,6	6,8	90,3	PSOL
<b>2010</b>	46,9	32,6	19,3	79,5	PV
<b>2014</b>	41,6	33,5	21,3	75,1	PSB

Fonte: Limongi e Cortez; 2010 (Adaptado)

Como fica também evidenciado na Tabela 1, extraída do artigo de Limongi e Cortez (2010), “As eleições de 2010 e o quadro partidário”, e adaptada para incluir os dados da eleição de 2014, o PT e o PSDB concentram a grande maioria dos votos desde a eleição de 1994. Em 1989, na primeira eleição após a Constituição de 1988, todos os partidos relevantes lançaram candidatos. O presidencialismo de coalizão conceituado por Abranches (1988) não fora evidenciado no âmbito eleitoral, fenômeno que só surgiu com clareza a partir da eleição de 1994.

Em 1989, por exemplo, 7 candidatos obtiveram votações relevantes, com cerca de 5% dos votos ou mais. Desde então, apenas na eleição de 2002 a soma dos votos de PT e PSDB não foi superior a 70%, e ainda assim por muito pouco. Na eleição de 2006, os dois partidos somaram mais de 90% dos votos válidos. Em 2010 e 2014, embora a concentração dos votos nos dois partidos tenha permanecido alta, com 79,5% e 75,1%, tivemos o terceiro lugar mais relevante desde 1989, que foi, nas duas ocasiões, a candidata Marina Silva. Dessa forma, a sequência de disputas presidenciais entre os dois partidos é suficiente para se depurar a razão de oposição entre eles, o que torna a escolha desses dois partidos ainda mais relevante para nosso trabalho.

O PT, fundado em 1980, ainda durante a ditadura, no eco da lei eleitoral de 1979 que acabou com o sistema bipartidário e permitiu a criação de novos partidos, veio de uma base classista operária que também se apoiava em organizações sindicais de classe média, na Igreja Católica e em setores da intelectualidade (Secco, 2014). Caracterizou-se em seus primórdios por ser uma subcultura política, um partido antissistema (D'Araujo, 2011). Essa postura levou o partido a contestar a legitimidade da Carta de 1988, não assinando num primeiro ato, e a não apoiar o governo Itamar Franco (1992-1994), quando se estabeleceu entre os principais partidos políticos uma espécie de pacto de governabilidade que garantiria a estabilidade política do país depois dos críticos anos Collor de Melo. A palavra de ordem do PT era “mudar tudo”.

Em relação ao PT, há divergência quanto à sua origem e a sua associação com o Estado. Ou, no dizer de D'Araujo (2011), na sua condição de um *party on the ground* – segundo a conceituação de Katz e Mair (1995), um partido surgido das bases, com origem nitidamente social, e não dependente do Estado ou das elites -, ou de um partido apoiado nas classes sociais médias, sobretudo na classe dos bancários e dos servidores públicos, e assim não exatamente um partido da base da pirâmide social. Autores como Secco (2010), Keck (1991) e Meneguello (1989), cita ainda a autora, propõem que o partido surgiu de uma ampla articulação com a sociedade, sem vínculos com o estado e apoiado, sobretudo, nas classes operárias e nos intelectuais. Mesmo entre autores menos identificados com o partido, segue D'Araujo, como é o caso de David Samuels, há o reconhecimento de que o partido seria o primeiro a surgir no Brasil sem vinculações diretas com o Estado. Mesmo o PDT do período democrático de 1945-1964, embora tivesse como base eleitoral as classes menos abastadas e as classes operárias, surgiu no seio do poder, diretamente ligado a Getúlio Vargas.

Para Braga (2009), o PT acabaria por se tornar o legítimo representante da social democracia europeia no Brasil. Essa ideia acabou por se difundir, dentro da lógica de oposição entre o PT e o PSDB, e sobretudo devido a dois grandes movimentos realizados por esses dois partidos. O PSDB, durante a década de 90, dentro da lógica do presidencialismo de coalizão, acabou por se mover no espectro político-ideológico à direita, angariando o apoio fiel de partidos como PFL, PT do B e PTB, que deram sustentação política e legislativa a seus dois governos. Enquanto isso, o PT, desde a eleição de 2002, precisou deixar de lado a lógica ideológica, pura e simples, e também adotar uma estratégia programática mais ao centro, como forma de ganhar credibilidade e de conquistar apoio político para governar. Esses dois movimentos teriam levado o PSDB a se caracterizar como um partido mais liberal, de centro-

direita, e o PT como um partido de centro-esquerda, ou partido do tipo social-democrata europeu.

Para Secco (2010), o PT teve três momentos distintos desde a sua fundação à sequência de mandatos no governo federal. Para o autor, em uma primeira fase, o partido teria privilegiado a luta sindical – até o início dos anos 1980, os sindicatos eram instituições pouco representativas das classes trabalhadoras, então as disputas pelo comando dos sindicatos tornaram-se acirradas nesse início de década. Em uma segunda fase, o partido passou a se dedicar mais às disputas eleitorais, sobretudo na segunda metade da década de 1980 e durante a década de 1990, expandindo-se pelos estados e lançando um número cada vez maior de candidatos. Nesse sentido, o partido passava de uma mentalidade autoritária para uma mentalidade democrática, admitindo os processos eleitorais como a única via legítima para se chegar ao poder. E, por fim, sua terceira fase foi, estando no poder, passar a reproduzir vários dos “vícios” comuns aos partidos políticos brasileiros, e assumir com presteza a lógica político-eleitoral de financiamento de campanha e formação de coalizões de governo.

O PSDB, por sua vez, foi criado em 1988, ao fim da Constituinte, como dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o mais importante partido de oposição no fim da ditadura e nos primeiros anos da redemocratização. O PMDB é o sucedâneo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição durante o regime militar que vigorou de 1965 a 1979, com seu bipartidarismo. PT e PSDB originavam-se, portanto, no campo da oposição ao autoritarismo e assumiram em suas origens e trajetórias características distintas em seu formato institucional e vínculos com a sociedade e com o parlamento. A dissidência que fez surgir o PSDB estava relacionada ao fato de que o PMDB, à época, congregava várias facetas ideológicas. O partido foi fundado com o objetivo de defender, como o próprio nome entrega, uma posição ideológica social-democrata. Dada sua participação exitosa no governo de Itamar Franco, o partido logrou chegar à Presidência da República com Fernando Henrique Cardoso em 1994, tendo sido reeleito em 1998, as duas vezes vencendo já na primeiro turno. Desde as eleições de 2002, o partido tem obtido sempre a segunda maior votação.

O contexto internacional da época da fundação do PSDB era de políticas macroeconômicas ortodoxas nos Estados Unidos e no Reino Unido. No Brasil, o tempo era tanto de uma fase difícil na vida econômica, com crise inflacionária e dívida externa, como de uma sensação de euforia com os novos rumos políticos que o país tomava, com o fim da

ditadura, a convocação da constituinte, o regresso de direitos políticos e sociais. Para Vieira (2012), autora de um livro sobre as origens e a trajetória política do PSDB, de certa forma, o partido tem uma composição ideológica inicial influenciada por esses dois contextos. Assim, o partido assumiu a alcunha de social-democrata, com a defesa dos direitos sociais, de movimentos sociais, por um lado, e, de outro, defendeu uma política econômica mais liberal, ou mais à direita do espectro ideológico, desde sua fundação. Para a autora, o PSDB se encaixa mais na condição de um partido social-liberal.

Essa tendência ideológica social-liberal do partido só teria ganhado vida de modo límpido quando o partido assumiu a Presidência da República. Instado a formar uma coalizão partidária, e tendo a necessidade de garantir a sustentação do Plano Real, bem como de garantir uma política fiscal responsável, o governo de 1995 a 2002 teve essa marca social-liberal, o que acabou tornando o PSDB a opção confiável do eleitor de centro-direita (Vieira, 2012).

Ainda segundo consta na obra dessa autora, analisando tanto o encaminhamento dos líderes nas votações nominais no legislativo federal, bem como considerando o auto posicionamento dos membros dos partidos, constatou-se que se operou sim no partido uma gradativa mudança de um perfil de centro-esquerda para um perfil de centro-direita. A análise de migrações partidárias, e a composição ideológica dessas migrações também corroboraram essa hipótese. No entanto, a ideia de que o PSDB também se tornou “neoliberal” ao longo dos anos é rechaçada pela autora, que, analisando o conteúdo dos documentos e manifestos do partido, concluiu que desde sua fundação, o partido não só enfatiza mais a questão da economia, como, dentro dessa categoria, defende posições liberais desde o início.

Quanto à forma com que esses partidos se organizam, internamente, no sentido de maior ou menor centralização, é possível identificar traços distintos entre os dois. Segundo nos diz Floriano (2013), em reforma estatutária realizada pelo PSDB em 1999, o partido aumentou a autonomia das unidades subnacionais quanto à participação ou não do partido nas coligações e governos nos seus respectivos estados. O autor mostra como o estatuto garantiu ao diretório e executiva nacionais a faculdade de ditar regras para as coligações estaduais, enquanto as municipais deveriam ser normatizadas pelas instâncias estaduais. Após pesquisa nas resoluções publicadas pelo partido no Diário Oficial da União, o autor comprova que, em 2006 e 2010, a executiva nacional tucana passou a efetivamente normatizar as coligações estaduais, e a interferir em algumas delas, anulando decisões dos estados. Ainda segundo Floriano, em 2008, a executiva nacional passou a ter poder de decisão sobre a formação de coligações do partido

em cidades com mais de 50 mil eleitores, substituindo nessa função o diretório estadual. Assim, o PSDB pode ser considerado de organização centralizada ao menos em seu processo decisório, subtraindo a autonomia estadual e municipal quando se trata de cidades relevantes e até cidades médias.

Já no PT, Floriano (2013) demonstra como o Partido tem agido no sentido de ampliar a descentralização do processo decisório dentro do partido. Se, de um lado, “a maior liberdade das seções subnacionais no tocante às coligações deriva da própria ampliação do leque de alianças nacionais do PT a partir de 2002”, de outro é resultado de mudanças estatutárias a favor de maior autonomia do partido nos âmbitos estaduais e municipais, com vistas a uma maximização do proveito eleitoral do partido. Isso ocorre porque com esse arranjo descentralizado, é permitido aos diretórios municipais formar coligações e arranjos governamentais diversos dos existentes no nível nacional e mesmo no nível estadual.

Em relação aos Estados, o PT mantém todos eles conectados, ou vinculados à estratégia eleitoral e de coalizão do Partido. Assim, é possível dizer que o partido tem um processo decisório descentralizado, no que diz respeito aos municípios, onde muitas vezes o partido coliga-se com adversários tradicionais nacionalmente ou que estão do lado contrário na escala ideológica, como PSDB e DEM; enquanto isso, no âmbito estadual, o partido tem um modelo de gestão centralizada na executiva nacional, a partir de onde saem as decisões sobre as coligações e coalizões estaduais, submetendo-as à lógica e necessidades nacionais. Floriano (2013) mostra que no plano municipal, a quantidade de coligações vetadas pela executiva nacional tem diminuído a cada disputa, enquanto a executiva nacional tem concentrado esforços no monitoramento apenas das cidades consideradas estratégicas (como as capitais), em que as intervenções e a nacionalização das alianças seguem sendo mais frequentes. Como exemplo, é possível citar o caso da eleição municipal do Recife, em 2012, quando após dois processos de prévias para decidir o candidato, a executiva nacional resolveu por escolher, de modo monocrático, um terceiro nome para encabeçar a candidatura do partido.

Tabela 2 - Penetração territorial do PT e PSDB

	PT	PSDB
<b>Diretórios Municipais</b>	4443	2589
<b>Comissões provisórias municipais</b>	937	2195
<b>Total (diretórios + comissões)</b>	5380	4784
<b>% de presença partidária nos municípios</b>	96,7	88,6
<b>% de comissões provisórias sobre o total</b>	17,4	31,9

Fonte: TSE; *in*: Floriano (2013), pág. 28.

Como é possível perceber pela Tabela 2, os dois partidos possuem grande penetração nacional, com taxas de 96,7% de presença partidária nos municípios para o PT, e 88,6% para o PSDB. Além disso, vê-se que a presença do PT nos municípios é maior via diretórios municipais, que somam 82,6% dos municípios dentre aqueles em que o partido está presente. Guarnieri (2009) aborda essa questão, mostrando que o que era para ser uma etapa inicial do processo de organização dos partidos - a formação de uma rede de comissões provisórias nos municípios -, tornou-se o cenário comum à maior parte dos partidos, dado que através das comissões provisórias o poder fica concentrado na direção partidária. Assim, nota-se, pela tabela 1, que o PT é um partido de organização mais descentralizado do que o PSDB, dada a quantidade muito superior do PT em termos de diretórios municipais.

Em relação às disputas estaduais, o PT e o PSDB de certa forma acabam emulando sua oposição no nível nacional, sendo, normalmente, oposição também no nível estadual. Dificilmente os dois partidos estiveram juntos em uma mesma coligação para uma disputa estadual.

A polarização da disputa presidencial foi transplantada aos estados. PT e PSDB também são os mais fortes contendores nas eleições para governador. Recebem mais votos e controlam mais governos do que os demais. Quando não estão presentes, são representados por seus aliados históricos, PSB e DEM respectivamente, ou por uma aliança circunstancial com o PMDB [...] (Limongi e Cortez, 2010: 36).

Como é possível observar na Tabela 3, além dos dois partidos figurarem em campos opostos das disputas estaduais na grande maioria dos estados – e, no caso de 2010, em todos os estados -, os dois partidos também aumentaram sua participação na “cabeça” das coligações, ampliando a quantidade de estados governados pelos dois partidos.

Tabela 3 - Disputa entre PT e PSDB nos governos estaduais brasileiros – 1990-2010

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	TOTAL
<b>Coligações PT vs. PSDB</b>	22	19	23	21	22	27	134
<b>Vitória de coligações com participação do PSDB</b>	6	12	11	12	10	12	63
<b>Vitória de coligações com participação do PT</b>	0	4	5	4	7	13	33
<b>Governadores eleitos do PSDB</b>	1	6	7	7	5	8	34
<b>Governadores eleitos do PT</b>	0	2	3	3	6	5	19

Fonte: Sandes-Freitas (2012)

Para Cortez (2009), a disputa presidencial entre PT e PSDB ao longo das últimas seis eleições serviu para cristalizar a lógica eleitoral nos diferentes níveis nacionais. Por esses motivos, para o objetivo do nosso trabalho, resta justificada a escolha desses dois partidos. Além da hegemonia da disputa entre os dois nas eleições presidenciais, os dois partidos também transportaram essa disputa para o nível estadual, como parte de seus projetos nacionais. Resumidamente, nas palavras de Melo e Câmara (2012):

Dentre os maiores partidos brasileiros, PT e PSDB foram os únicos a se mostrarem capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno de (1) e (2). PT e PSDB sempre tiveram claro que as decisões tomadas na arena principal – a presidencial – deveriam subordinar as demais. Mas, pelo menos até 2002, isso teve consequências distintas para os dois partidos. Mesmo antes da primeira eleição presidencial, a estratégia petista sempre foi claramente nacional – tratava-se de firmar um projeto político, de levar o partido ao maior número de estados possível, correndo em faixa própria com seus símbolos e seu discurso. [...] No caso do PSDB a candidatura presidencial sempre procurou apoio em candidatos estaduais competitivos, fossem eles do PSDB ou não. Em consequência, o número de candidaturas próprias aos governos estaduais, entre 1990 e 2010, foi bem menor que os lançados pelo PT [...] (Melo e Câmara, 2012: 83)

## 4 METODOLOGIA

Segundo Tarouco e Madeira (2013), dentre os diferentes métodos que a literatura especializada na classificação ideológica e programática dos partidos políticos brasileiros tem utilizado estão dois modelos. O primeiro, através de *surveys* com os membros dos partidos. O segundo é através dos documentos partidários. No segundo modelo, inclui-se as posições e posturas assumidas na atuação parlamentar, a imagem que a opinião pública constroi a respeito dos partidos e a classificação feita por especialistas. Todos os modelos têm problemas e limitações. No entanto, ao analisar os documentos partidários, adentra-se naquilo que os partidos dizem sobre si mesmo. Esse é certamente um dado valioso dos partidos para se apreender. Segundo Tarouco (2008),

O conteúdo da plataforma claramente constitui o corpo de preferências ou intenções do partido, enquanto percepções e julgamentos (de especialistas ou de eleitores) são baseados em comportamento. Isto equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele. (Tarouco, 2008 p. 09)

Partindo dessa mesma premissa, um grupo de pesquisadores europeus se reuniu e fundou o Manifesto Research Group (MGR) (Laver e Budge, 1992), agora chamado Comparative Manifesto Project (CMP), ou MARPOR, criando uma grande quantidade de dados, reunindo documentos oficiais de diversos partidos em vários países do mundo, e detendo-se na classificação ideológica e programática dos partidos através da avaliação de suas “ênfases programáticas”. A partir dessa consideração, há duas teorias que analisam a escala ideológica e esse instrumento de “ênfases programáticas” dentro da perspectiva do processo eleitoral: a teoria da “Escolha Racional” e a Saliency Theory.

A primeira teoria, formulada por Downs (1957), defende que os partidos se movem em uma escala ideológica articulando propostas políticas que podem variar de acordo com as circunstâncias eleitorais. Desse modo, as políticas públicas formuladas pelos partidos não se baseiam em sua substância ideológica, mas sim em demandas que se refletiriam em votos. O mecanismo funciona pela finalidade do voto e as propostas transformam-se no meio pelo qual esses votos seriam alcançados. Logo, *“a posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor médio, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores ”* (Downs, 1957). Nesse caso, a opção pela análise dos manifestos partidários em busca da classificação dos partidos em uma escala direita-esquerda pode resultar em uma classificação que não reflita verdadeiramente as

intenções e preferências de um partido. Há que se esclarecer que essa teoria formulada por Downs refere-se a um sistema bipartidário, que não é o caso brasileiro. Embora PT e PSDB bipolarizem a disputa presidencial desde a eleição de 1994, não se pode dizer que temos um sistema bipartidário na prática, vide tanto a força legislativa subnacional do PMDB, ou as votações expressivas obtidas por candidatos à presidência, como as de Marina Silva em 2010 e 2014, e a de Anthony Garotinho em 2002.

A segunda teoria, partindo da lógica contrária, a denominada *Saliency Theory*, foi formulada por Robertson (1976). Sua premissa é a de que os partidos políticos competem enfatizando diferentes questões. A escolha do eleitor pode ser feita na opção por diferentes “pacotes de políticas”, decidindo qual dos conjuntos de propostas é o mais importante. Nessa perspectiva, os partidos lançam questões que estimam mais relevantes e que, caso cheguem ao governo, tendem a priorizar. Assim, o nível de intensidade com que cada assunto aparece nos manifestos partidários forneceria um indicativo de qual é sua preferência ou agenda.

Uma das principais críticas que se faz sobre a metodologia do MGR relaciona-se ao fato de que muitas vezes as categorias utilizadas não apreendem de modo acurado as particularidades de cada partido e do contexto histórico, político, social e mesmo jurídico-constitucional em que estão inseridos (Klingemann e Volkens, 2006). De forma ainda mais aguçada, a crítica pode ser estendida a outro fator. Os domínios selecionados podem não abarcar ou não interagir de modo afiado com a lógica político-eleitoral ou social de diferentes países. Além disso, eles foram formulados para analisar programas partidários de disputas nacionais, e não disputas subnacionais. Assim, ao utilizar esses mesmos domínios para codificar os programas de candidaturas aos governos estaduais, correr-se-ia o risco de não estar lançando as perguntas corretas ao objeto de estudo. Esse problema ficaria ainda mais evidenciado pela existência do domínio “Relações Exteriores”, algo que supostamente pouco tem a ver com os governos estaduais.

Apesar disso, acreditamos que esse rol de categorias é sim suficiente para delinear as ênfases programáticas dos candidatos estaduais. Ainda que as questões, objetos de discussão e as políticas não sejam as mesmas das discutidas no plano federal – embora às vezes sejam também -, essas se enquadram, no mais das vezes, dentro dessas categorias. Inclusive o domínio de “Relações Exteriores” encontra eco nos programas estaduais, por vezes tratando de questões até mais objetivas do que no plano federal.

Partindo dessas considerações, Tarouco (2007) e Tarouco e Madeira (2013), diferentemente do que ocorre nas análises do CMP na Europa, onde são analisados os

documentos de campanha, realizaram uma pesquisa baseada no mesmo método do CMP sobre as “ênfases programáticas” dos sete maiores partidos brasileiros tomando como objeto seus manifestos de registro, ou seja, seus manifestos de fundação, cujo resultado está na tabela a seguir.

*Tabela 4 - Resultados das pesquisas de Tarouco (2007) e Tarouco e Madeira (2013) para o PT e o PSDB*

	Escala direita•esquerda do CMP	Escala direita•esquerda adaptada	Ênfases Programáticas
PT (1980)	•34,4	•13,8	Liberdade e Democracia
PT (1990)	•22,0	•12,4	Liberdade e Democracia
PSDB (1986)	•13,6	•3,3	Economia
PSDB (2001)	•0,4	6,5	Economia

FONTE: Tarouco (2007); Tarouco e Madeira (2013)

Segundo Carreirão (2015), a análise das posições programáticas dos partidos brasileiros é uma agenda ainda a ser bastante explorada, caminho iniciado pelos trabalhos de Tarouco e Madeira, dentro da perspectiva metodológica do Comparative Manifesto Project. A metodologia utilizada neste trabalho segue o mesmo caminho. É, pois, a de análise de texto, sendo, em nosso caso, através da utilização de software de estatística. O procedimento da pesquisa é dividir os programas de governo em ênfases programáticas, adaptando para o uso do software o método utilizado por Madeira, Vieira e Tarouco (2017). Esse método segue o padrão do Comparative Manifesto Project, em cujo trabalho as ênfases programáticas são divididas em sete possíveis domínios, quais sejam, “Relações Exteriores”, “Liberdade e Democracia”, “Sistema Político”, “Economia”, “Bem-estar e qualidade de vida”, “Estrutura da sociedade”, “grupos sociais”, além do grupo “Não classificáveis”. Na classificação por “ênfases programáticas”, o documento é analisado em bases percentuais, determinando a proporção que é dada no documento a cada domínio. A discriminação dos temas que conformam os domínios está listada no Quadro 1<sup>7</sup>:

<sup>7</sup>Alguns problemas relacionados à análise do conteúdo feitas pelo software, e considerando as premissas dos domínios do CMP/MARPOR serão debatidas em um subitem à parte.

Quadro 1 - Domínios programáticos do MGR

<b>Domínio 1</b>	<b>Relações Exteriores:</b> Relações exteriores (especial); Anti-Imperialismo; Forças Armadas; Paz; Internacionalismo
<b>Domínio 2</b>	<b>Liberdade e Democracia:</b> Liberdade e Direitos Humanos, Democracia, Constitucionalismo.
<b>Domínio 3</b>	<b>Sistema Político:</b> Descentralização; Centralização; Eficiência Governamental e Administrativa; Corrupção; Autoridade Política
<b>Domínio 4</b>	<b>Economia:</b> Livre Iniciativa; Incentivos; Regulação do Mercado; Planejamento Econômico; Corporativismo; Protecionismo; Metas Econômicas; Gerenciamento Keynesiano da demanda; Produtividade; Tecnologia e Infraestrutura; Economia controlada; Nacionalização; Ortodoxia econômica; Análise marxista; Controle do crescimento
<b>Domínio 5</b>	<b>Welfare State e Qualidade de Vida:</b> Proteção ambiental; Cultura; Justiça social; Expansão do Welfare State; Limitação do Welfare State; Expansão da Educação; Limitação da Educação
<b>Domínio 6</b>	<b>Estrutura da Sociedade:</b> Nacionalismo; Moralidade tradicional; Lei e Ordem; Harmonia Social; Multiculturalismo
<b>Domínio 7</b>	<b>Grupos Sociais:</b> Classes trabalhadoras; Agricultura, agricultores; Classe média e grupos profissionais; Minorias desprivilegiadas; Grupos demográficos não-econômicos

FONTE: Budge et alii (2001) *in*: Tarouco e Madeira (2013)

Os casos a serem analisados são, como já foi dito, os programas de governo do PT e PSDB em cada eleição ao executivo estadual de cada estado da Federação nas eleições de 2010 e 2014. O recorte temporal e a escolha de duas eleições tem o objetivo de comparar tanto dois programas de governo em um mesmo Estado para cada partido, como de comparar o conjunto de cada partido em dois momentos diferentes. As unidades de análise são as frases, as sentenças, em cada um dos programas de governo. No nosso caso, foi utilizado o programa NVIVO.

Assim, um dos desafios dessa pesquisa, foi o de tornar possível essa análise por software, que seja comparável à análise manual realizada pelos autores supracitados. A pretensão é fazer a partição do texto em sentenças, o que no trabalho manual é feito de forma qualitativa, sem apego preciso às normas sintáticas, ou seja, sem delimitação definida em uma frase, oração, mas sim através de um sentido fechado. No caso do NVIVO, o próprio programa oferece um mecanismo de análise de texto utilizando a sentença como unidade de análise. Nesse caso, o mecanismo funciona via alimentação. Ou seja, o programa faz a análise de uma determinada quantidade de texto com base em categorias pré-determinadas e alimentadas pelo autor, como será explicado mais adiante. A base de dados do trabalho de Madeira, Vieira e

Tarouco (2017) para os programas dos dois partidos ao Executivo Federal foi utilizada para a alimentação do NVIVO. Assim, o programa teve uma base robusta para poder fazer a análise dos programas estaduais. Uma das análises, de ordem descritiva, compara as proporções obtidas, com os resultados do trabalho desses três autores para as candidaturas do PT e PSDB nas eleições presidenciais de 2010 e 2014 (Tabela 6):

*Tabela 5 - Resultados da pesquisa de Madeira, Vieira e Tarouco (2017)*

Domínio		Documento					
		Lula2 (2006)	Dilma1 (2010)	Dilma2 (2014)	Alkmin (2006)	Serra (2010)	Aécio (2014)
0	Não classificáveis	7,50% (4,6)	16,20% (10,9)	4,20% (0,9)	1,00% (-5,7)	2,90% (-1,7)	3,10% (-0,6)
1	Relações Exteriores	4,90% (2,3)	8,30% (4,8)	3,00% (0,0)	4,30% (3,4)	1,60% (-4,9)	2,00% (-1,8)
2	Liberdade e Democracia	2,30% (0,7)	6,10% (4,9)	1,90% (0,0)	0,50% (-4,5)	1,10% (-3,3)	4,70% (6,7)
3	Sistema Político	18,60% (5,9)	16,70% (3,5)	8,80% (-0,8)	11,40% (2,1)	7,30% (-5,4)	9,40% (-0,6)
4	Economia	23,30% (-4,4)	17,10% (-5,3)	38,90% (2,5)	41,00% (7,1)	34,00% (0,9)	25,10% (-5,6)
5	Bem estar e qualidade de vida	34,60% (-0,7)	25,90% (-3,4)	37,00% (0,3)	28,40% (-7,2)	40,30% (4,9)	42,60% (4,2)
6	Estrutura da sociedade	4,40% (-0,7)	6,10% (0,7)	3,70% (-1,4)	4,20% (-1,8)	5,20% (0,3)	7,00% (2,8)
7	Grupos Sociais	4,40% (-2,1)	3,50% (-2,1)	2,50% (-3,8)	9,10% (3,8)	7,60% (1,5)	6,00% (-1,2)
<b>Total</b>	% (N)	100,00% (387)	100,00% (228)	100,00% (432)	100,00% (1432)	100,00% (2216)	100,00% (880)

Fonte: Madeira, Vieira e Tarouco, 2017.

Os autores realizam a codificação dos programas de governo das candidaturas do PT e PSDB nas eleições presidenciais de 2006, 2010 e 2014, cujo resultado está expresso na Tabela 5. No estudo, os autores identificam que os dois partidos não apenas enfatizam questões diferentes entre eles, mas também que as ênfases programáticas dos partidos se modificam nas diferentes eleições, de acordo com as circunstâncias políticas. Por exemplo, nas eleições de 2006 e 2010, o PT enfatizou a discussão política, enquanto o PSDB priorizou o debate econômico, ainda que em 2006 tenha sido mais enfático quanto à corrupção (é válido lembrar

o conhecido escândalo do Mensalão, de 2005). Os autores identificaram, por outro lado, que na eleição de 2014, disputada entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), há uma certa inversão em suas ênfases, ou nas questões historicamente caras a cada um dos partidos. Enquanto o programa de Dilma torna saliente a questão econômica e diminui a ênfase no sistema político, o programa de Aécio passa a priorizar o debate acerca do bem-estar e qualidade de vida, relegando um pouco o tema da economia.

Com o resultado que obtivermos da análise do software, o passo seguinte foi realizar teste estatísticos de diferenças de média. Para realizar esses testes, verificando a validade de nossas hipóteses, foi utilizado o Teste Z de diferenças para comparar as médias entre os dois partidos, na totalidade de seus programas. Ou seja, desconsiderando cada programa em si, e atribuindo uma média geral das ênfases programáticas de cada um dos partidos, foi possível verificar se há diferenças significativas na forma como os partidos apresentam seus programas. O segundo teste foi realizado via teste de ANOVA, que é uma análise de comparação de médias considerando múltiplos fatores. O ANOVA foi utilizado para testar a hipótese de agendas locais, verificando diferenças significativas nas ênfases programáticas entre os estados, desconsiderando o partido.

#### **4.1 Descrição dos Dados**

Esta pesquisa tem por objeto os programas de governo do PT e do PSDB aos governos estaduais nas eleições de 2010 e 2014. A nossa pesquisa consiste na análise desses documentos por acreditarmos que eles expressam a vontade própria da candidatura, emulando, talvez, uma agenda nacional dos partidos, ou uma agenda local nos estados. Essa pesquisa, talvez possamos colocar dessa forma, só foi possível por uma alteração na legislação eleitoral, com a Lei federal 12.034/2009, prevendo a obrigatoriedade, para os candidatos a cargos executivos, em todos os níveis da federação, de apresentação de um programa de governo, no ato do registro da candidatura. Assim, desde as eleições gerais de 2010, temos disponíveis todos os programas de governo, o que explica, também, o recorte temporal escolhido para esse estudo.

Foram recolhidos no total 50 programas, contando exatamente 25 programas do PT e 25 programas do PSDB. O *Quadro 2* detalha a localização dos programas por partido e por estado em cada eleição, 2010 ou 2014.

Quadro 2 - Programas de Governo analisados.

	PROGRAMAS DE GOVERNO			
	PT		PSDB	
	2010	2014	2010	2014
<b>Acre</b>	X	X		X
<b>Alagoas</b>			X	X
<b>Amapá</b>			X	
<b>Amazonas</b>				
<b>Bahia</b>		X		
<b>Ceará</b>		X	X	
<b>Distrito Federal</b>	X	X		
<b>Espírito Santo</b>		X	X	
<b>Goiás</b>		X	X	X
<b>Maranhão</b>				
<b>Mato Grosso</b>		X	X	
<b>Mato Grosso do Sul</b>	X	X		X
<b>Minas Gerais</b>		X	X	X
<b>Pará</b>	X		X	X
<b>Paraíba</b>				X
<b>Paraná</b>		X	X	X
<b>Pernambuco</b>				
<b>Piauí</b>		X	X	

<b>Rio de Janeiro</b>		X		
<b>Rio Grande do Norte</b>				
<b>Rio Grande do Sul</b>	X	X	X	
<b>Rondônia</b>	X	X	X	X
<b>Roraima</b>		X	X	
<b>Santa Catarina</b>	X			
<b>São Paulo</b>	X	X	X	X
<b>Sergipe</b>	X			
<b>Tocantins</b>			X	

Fonte: Elaboração própria.

Em 2010 e 2014, o PT e o PSDB tiveram, juntos, 53 candidaturas. Ou seja, três programas desse total não foram incluídos nessa pesquisa. O motivo é que o programa NVIVO não conseguiu ler os programas. O software não conseguiu identificar nesses programas parcelas consideráveis de texto que pudessem ser codificados dentro dos domínios estabelecidos. Ocorre que esses programas têm formas textuais incomuns, com construções textuais sintaticamente frágeis, ou de fato pouco havia de conteúdo programático, mais parecendo um texto em carta ou um manifesto generalista. Os três programas são os de Jaques Wagner, do PT da Bahia, na eleição de 2010; o programa do candidato Tião Bocalom, do PSDB do Acre, candidato em 2010; e o de Luiz Pitmann, do PSDB do Distrito Federal, candidato na eleição de 2014.

O programa de Luiz Pitmann, embora seja organizado e com tamanho razoável, tem mais da metade do conteúdo dedicado à história de Brasília, reportando notícias e textos da época em que a cidade foi inaugurada. Além disso, todo um capítulo do programa é dedicado a discutir a condição *sui generis* do Distrito Federal no ordenamento jurídico nacional. Na Figura 4 abaixo é possível ver que até mesmo excertos de uma carta escrita por um sacerdote que sonhou com a então futura capital do país foram colocados no texto; em outro momento, há a cópia de uma reportagem do Financial Times sobre a inauguração da nova capital, e da mesma

forma há com uma reportagem do jornal israelense The Jerusalem Post. Esses trechos estão em dois capítulos do programa, e juntamente com o terceiro, que trata da condição jurídica do Distrito Federal, compõem mais da metade do programa. Assim, ao tentar codificar o texto, o NVIVO entende que não há texto classificável o suficiente para proceder à codificação.

## II - Brasília, a Nova Capital.

### Do sonho de Dom Bosco a Juscelino Kubitschek

É de conhecimento público que Dom Bosco, o fundador da Congregação Salesiana, teve um sonho na noite de 30 de agosto de 1883, que foi revelado em 4 de setembro do mesmo ano, durante reunião do Capítulo da Congregação Salesiana.

Segundo James Holston, em sua obra *A Cidade Moderna* - uma crítica de Brasília e sua utopia, 2ª ed. 2010: 23-24 - o santo sonhou que estava atravessando os Andes de trem, rumo ao Rio de Janeiro, em companhia de um guia celestial. Quando cruzaram o Planalto Central, eles divisaram não apenas a superfície, mas também seus aspectos subterrâneos:

Eu via as entranhas das montanhas e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos as riquezas incomparáveis [...] as quais um dia serão descobertas. Via numerosas minas de metais preciosos e de carvão fóssil, depósitos de petróleo tão abundantes que jamais já se viram em outros lugares. Mas não era tudo. Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava o lago. Agora, uma voz disse repentinamente: quando se vierem a escavar às minas escondidas no meio destas montanhas, aparecerá neste sítio a Terra Prometida, donde fluirá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. (Citado em Silva 1971:34)

Em 21 de abril de 1960, portanto, há 54 anos passados é inaugurada Brasília, A NOVA CAPITAL DO BRASIL. O grandioso acontecimento foi notícia nos jornais do mundo inteiro.

Em Londres, o The Financial Times trouxe a seguinte reportagem:

"London, 21/04/1960

#### BRASÍLIA: O NASCIMENTO DE UMA CAPITAL

Hoje, a capital do Brasil está oficialmente sendo transferida do Rio de Janeiro para Brasília, a aproximadamente 950 km longe do litoral, no planalto de Goiás. A ideia de mudar a capital do litoral para o coração do país remete 1823. Isso estava escrito desde então na Constituição do Brasil, mas somente em 1956, logo após o Presidente Kubitschek assumir o mandato, a decisão de construir uma nova capital foi tomada.

Brasília, já está realizando o sonho dos planejadores de um século atrás - isto é, a abertura das ricas regiões centrais do país que estão praticamente desertas de pessoas. A nova capital terá um eixo de uma rede de ferrovias e estradas que se estenderá do interior para Belém, por exemplo, o porto de Amazonas e noroeste para a fronteira do Peru.

A estrada de 2.200 km de extensão para Belém será construída em 14 meses. A estrada que liga o Rio e o centro industrial de São Paulo também foi concluída, e, dentro de nove meses, a rodovia de 3.200 km de Brasília até o Rio

Em Jerusalém, no dia seguinte à inauguração de Brasília, o jornal The Jerusalem Post publicou a reportagem que segue:

"Jerusalém, 22/04/1960

#### BRASÍLIA SUBSTITUI O RIO COMO NOVA CAPITAL

BRASÍLIA, Brasil (UPI) - Um minuto após a meia-noite de ontem, Brasília deixou de ser um sonho para se tornar oficialmente uma realidade - a mais nova capital do mundo e um modelo para as comunidades do século 21.

### Figura 4 - Trechos do programa de Luiz Pitmann

Já o programa de Tião Bocalom, do PSDB do Acre, candidato em 2010, apresenta uma forma incomum de escrita e de apresentação das propostas. Seria possível, nos dois casos, que um trabalho manual lograsse realizar a codificação, ainda que o resultado pudesse encontrar casos discrepantes, mas é compreensível que o programa de análise de texto não consiga realizar a codificação. No caso do candidato do Acre, as propostas são feitas em poucas páginas, 14 no total do programa, mas de forma geral, sem especificar subtemas, e, de modo inverso, às vezes de maneira específica demais, como é possível ver abaixo na Figura 5. Já o programa de

Jaques Wagner, o menos incomum desses três, embora tenha partes consideráveis de temas não afeitos aos domínios de codificação, não foi possível identificar o motivo pelo qual o programa rejeitou a codificação.

- AQUISIÇÃO DE 200 TRATORES AGRÍCOLAS COM IMPLEMENTOS (gradeação, plantio, manutenção das lavouras e transportes); Custo de aproximadamente R\$ 26.000.000,00 – Recursos: próprios do Estado, emendas parlamentares e financiamentos ao Governo do Estado;

- AQUISIÇÃO DE 50 TRATORES DE ESTEIRAS, PÁS CARREGADEIRAS E PCs (destocas, enleiramentos e açudagens); Custo de aproximadamente R\$ 25.000.000,00 – Recursos: próprios do Estado, emendas parlamentares e financiamentos ao Governo do Estado;

- AQUISIÇÃO DE 20 CAMINHÕES COM CARRETAS TREMINHÃO (transporte de calcários, adubos, sementes e produção); Custo de

*Figura 5 - Trechos do programa de Tião Boccalom*

Afora esses três casos em que o software não conseguiu codificar, outros quatro documentos - os programas de Siqueira Campos, candidato pelo PSDB ao governo do Tocantins e Yeda Crusius, candidata no Rio Grande do Sul também pelo PSDB, os dois em 2010 e Padre Ton, do PT de Rondônia e Ângela Portela, do PT de Roraima, candidatos em 2014 -, eram imagens digitalizadas e formatadas como PDF. Ou seja, não eram um arquivo de texto, e portanto o programa só identificaria imagens. Assim, foi necessário transcrevê-los de forma manual, para garantir que o texto convertido não tivesse erros ortográficos ou formas e símbolos inusuais. Esses programas de governo que são imagens digitalizadas, naturalmente, passam a sensação de pouco caso da candidatura com esse parâmetro de avaliação eleitoral.

Não coincidentemente, esses programas são sempre curtos e com edições simples. O programa de Yeda Crusius, por exemplo, trata-se mais de uma carta defendendo-se das acusações judiciais de improbidade administrativa e de desvios de verba durante seu mandato, além de defender também seu governo, do que de um projeto de governo para o mandato seguinte. Além disso, desses quatro candidatos citados, três não figuraram sequer entre os dois candidatos de maior votação, e obtiveram porcentagens pequenas dos votos. O fato de serem candidaturas que foram lançadas sem muita expectativa de vitória talvez explique seus documentos não serem fruto de um trabalho de elaboração dedicado. Siqueira Campos do

Tocantins é a exceção, pois venceu a eleição de 2010 – nesse caso, entretanto, o candidato já havia sido governador do estado em outras três ocasiões.

Além desses casos supracitados, há outras características em alguns documentos que impedem um resultado mais significativo. Dos programas recolhidos, dois apresentam apenas 2 páginas. Evidentemente, nesses documentos nem todos os domínios são contemplados. Há ainda 6 documentos que possuem menos de 10 páginas, o que também dificulta uma codificação mais apurada. Desses oito documentos com menos de 10 páginas, 6 são de candidaturas das eleições de 2010 e apenas 2 são de candidaturas de 2014, assim, pode-se esperar que com o tempo os candidatos passem a conferir maior importância à elaboração desses documentos. Há também, ainda, problemas como erros de edição, ou o registro de versões ainda não terminadas dos programas, como é o caso do programa de 2010 do candidato ao governo de Rondônia, Expedito Júnior, em cujo documento podemos encontrar uma referência a uma edição posterior, que, como visto, não foi feita:

Nos termos do disposto no inciso IX do §1º do art. 11, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, introduzido pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, e tendo em vista a decisão adotada na Convenção Estadual do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e demais Partidos coligados (**CITAR OS DEMAIS PARTIDOS?**), no dia 30 de junho de 2010 (Programa de Governo de Expedito Júnior; TSE, 2010)

Cabe ainda citar outros dois casos. O primeiro também se refere ao candidato Expedito Júnior, do PSDB, em sua candidatura de 2010. Antes da eleição, ele teve seu registro cassado pelo TRE estadual, com base na Lei da Ficha Limpa, sob acusações de abuso econômico e compra de votos nas eleições de 2006<sup>8</sup>. Em 2011, o STF deferiu o registro de candidatura do candidato, mas, naturalmente, a eleição já havia ocorrido e o candidato não pôde disputá-la. De todo modo, como o registro da candidatura foi feito e foi registrado também um programa de governo, não haveria problema, para o objeto de nossa pesquisa, contar com esse programa. Já no caso de Eduardo Tavares, o candidato desistiu de disputar a eleição, alegando não haver estrutura partidária nem sustentação política à sua candidatura<sup>9</sup>. Nesse caso, da mesma forma

---

<sup>8</sup> SENADOR cassado recorre ao STF para tentar garantir candidatura: Expedito Júnior (PSDB) foi condenado por compra de votos, em 2006. Candidato ao governo de Rondônia teve registro negado pelo TRE-RO. G1. Brasília, p. 0-0. set. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/senador-cassado-recorre-ao-stf-para-tentar-garantir-candidatura.html>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

<sup>9</sup> EDUARDO Tavares (PSDB) desiste da disputa pelo governo de Alagoas: Governador Teotonio Vilela fez postagem de pesar nas redes sociais. Tavares alega falta de estrutura e apoio partidário.. G1. Maceió, p. 0-0. jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/eleicoes/2014/noticia/2014/07/eduardo-tavares-psdb-desiste-da-disputa-pelo-governo-de-alagoas.html>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

que no anterior, foi decidido manter o programa de governo do candidato, já que foi elaborado e registrado.

No total de programas por partido, temos 9 programas do PT em 2010, e 16 programas do PT em 2014. Para o PSDB, são 15 programas em 2010 e 10 em 2014. Note-se que há, basicamente, uma inversão na quantidade de candidaturas dos dois partidos entre as eleições de 2010 e 2014, o que talvez possa ser explicado pelo diferente contexto político-eleitoral em que se encontravam os partidos. Em 2010 o PT contava com um largo apoio partidário, em uma coligação com 10 partidos, ao passo que a coligação do PSDB de Serra era composta por 6 partidos. Em 2014, a coligação de Dilma perde um partido, enquanto que a coligação do PSDB ganha três partidos.

Há apenas dois Estados em que os dois partidos lançaram candidatura nas duas eleições, quais sejam, Rondônia e São Paulo. Nesses estados será possível traçar uma comparação completa dos programas considerando as divergências verticais, as divergências no tempo e entre os dois partidos. Há somente cinco Estados em que apenas um dos dois partidos lançou candidato, que foram Bahia (PT), Rio de Janeiro (PT), Santa Catarina (PT), Sergipe (PT) e Tocantins (PSDB), sendo que a Bahia é o único em que esse mesmo partido lançou candidatura nas duas eleições, embora em uma delas não tenha sido possível realizar a codificação, como explicado anteriormente. Por fim, temos quatro estados – Amazonas, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte - em que nem o PSDB nem o PT tiveram candidatos em nenhuma das duas eleições e, portanto, serão os únicos que não fazem parte deste trabalho.

Os programas do PT somam um total de 1.120 páginas de documentos, sendo destas 326 referentes aos programas de 2010 e 794 referentes aos programas de 2014 – o número discrepante é resultado da maior quantidade de candidaturas, e também pelo fato de que apenas um desses programas, o de Tião Viana no Acre, ter 279 páginas. Quanto ao PSDB, os programas de 2010 somam 423 páginas, enquanto os de 2014 somam 573, incluído aí também um programa discrepante, o de Cássio Cunha Lima, na Paraíba, com 138 páginas.

## **4.2 NVIVO**

O programa de análise de conteúdo que foi utilizado é o NVIVO. Trata-se de um software australiano desenvolvido para servir como uma ferramenta de análise de conteúdo. Evidentemente, o programa possui diversas ferramentas e várias possibilidades de métodos e

leitura. Sua aptidão original, no entanto, é a análise de conteúdo, para o que o programa apresenta uma série de ferramentas capazes de auxiliar o pesquisador, seja na análise de texto, seja na análise e manejo de amostras de vídeo, áudio e de textos originários de diversos tipos de sites e redes sociais, como Facebook e Twitter, que podem ser importados diretamente para o programa.

O NVIVO foi utilizado para produzir a codificação do conteúdo dos programas, dado que a quantidade de texto a ser codificado seria inviável através de um trabalho manual. Para realizar a codificação, foi utilizada a função de “*machine learning*” do programa; ou seja, foi necessário dividir os domínios de análise e alimentá-los com informações que conferissem uma espécie de DNA a cada domínio, para, assim, ele poder identificar, no momento da codificação, a que categoria programática pertencia cada sentença de texto. Para tanto, foi utilizado o banco de dados do trabalho de Madeira, Vieira e Tarouco (2017), no qual os autores fazem uma codificação manual dos programas de governo do PT e PSDB nas suas candidaturas à Presidência da República em 2006, 2010 e 2014. Esse banco de dados soma 5.574 sentenças divididas entre os oito grupos de análise do MGR/MARPOR. Estão divididas em seis programas, e do total de sentenças, pouco mais de 2.400 sentenças pertencem ao programa de José Serra, em 2010, que contava com 280 páginas.

Assim, esse banco de sentenças foi transferido para o programa e convertido em alimentação para os “nós” – a forma como são denominadas as categorias no software. Após esse passo, o programa teve uma carga de análise suficiente para, ele próprio, realizar uma codificação automática de novos textos. A codificação automática do NVIVO pode ser feita de três diferentes formas. A primeira é analisando o conteúdo total do texto para conferir uma especialidade, um rótulo geral, a todo o documento. A segunda forma é codificando o texto e atribuindo-lhe valores por parágrafos. Ou seja, a unidade de análise é o parágrafo. Mas como nossa pesquisa tem como referência metodológica o trabalho do MGR/MARPOR, o tipo de análise escolhida foi a terceira forma de trabalho do NVIVO, que é a codificação automática por análise de sentenças, exatamente como é foi feito por Madeira, Vieira e Tarouco (2017). Nesse tipo de análise, o programa utiliza o banco de alimentação de cada domínio e a partir de seu sentido semântico e léxico, mas também sintático e conectivo, ele divide o texto em unidades de sentenças e atribui a cada uma delas uma categoria de domínio.

A análise via programa de análise automatizada apresenta uma série de problemas se comparadas com as análises feitas manualmente. Naturalmente, esse tipo de software ainda não

apresenta tecnologia suficientemente avançada para realizar um trabalho qualitativamente tão bom quanto os realizados manualmente, com treinamento e regras de análise precisas. Assim, analisando as referências criadas pelo programa, é possível identificar várias atribuições erradas. No entanto, se analisarmos os padrões e médias gerais, veremos que o programa consegue chegar a um resultado muito bom e válido.

O primeiro problema se refere a resíduos de conteúdos não codificados nos textos. Foram codificadas um total de mais de 13 mil sentenças somando todos os documentos. No entanto, o programa deixa de codificar partes do texto em que ele não consegue identificar a natureza programática com base em seu banco de dados. Entretanto, além de não serem partes expressivas, é possível considerar que este conteúdo não codificado seria, de todo modo, enquadrado fora dos domínios programáticos selecionados, não causando, portanto, nenhum prejuízo à análise documental geral.

Um segundo problema, associado ao primeiro, diz respeito à categoria de “Não-Classificáveis”. Ocorre que essa categoria, diferentemente das demais 7 categorias, tem uma natureza de alimentação negativa, ou seja, nela se enquadram aquelas sentenças que não se enquadram em nenhum dos demais domínios. Vejamos, todos os setes domínios afirmativos possuem uma natureza de alimentação positiva. Se uma sentença trata de problemas orçamentários ou fiscais, essa sentença será alocada no domínio “Economia”; se uma outra sentença refere-se a problemas na educação básica, ela será enquadrada como pertencente ao domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida”. Assim, se uma dada sentença não trata de nenhum desses temas categorizáveis, ela será considerada “Não-Classificável”, por isso atribuo a essa categoria uma natureza de alimentação negativa. Ocorre que no software NVIVO não é possível condicionar esse tipo de função. O programa, portanto, irá tentar codificar a categoria de “Não-Classificáveis” com base no banco de dados que a alimentou, o que pode gerar resultados discrepantes. De toda forma, às codificações atribuídas a essa categoria, se somariam as partes residuais que o programa não codifica, diminuindo, assim, esse problema de não codificação completa dos programas.

O terceiro problema diz respeito às regras de análise e codificação do MGR/MARPOR. Trata-se de um grupo que realiza codificações já há bastante tempo, e cujas equipes de análise são especialmente treinadas para tal exercício. Por exemplo, o grupo nega a possibilidade de análise comparativa entre codificações realizadas por membros treinados nos padrões do grupo com documentos codificados por não-membros. A título de exemplo, podemos citar algumas

dessas regras. No caso de uma determinada sentença ter uma natureza dual, ou poder ser enquadrada em mais de um domínio, o *codebook* do MGR/MARPOR determina que o pesquisador deve atribuir a sentença ao domínio de cujo capítulo a sentença faz parte. Ou seja, se uma determinada sentença couber ser encaixada tanto no domínio de “Economia” como no de “Grupos Sociais”, ela deverá ser atribuída ao domínio mais próximo do capítulo no qual ela se encontra. Se o capítulo trata de economia, então devemos atribuí-la ao domínio de “Economia”. Além desse tipo de regra, há outras ainda mais específicas. Por exemplo, ensino técnico não deve ser alocado no domínio de “Bem-Estar e Qualidade de Vida”, que trata da educação no geral, mas sim no domínio de “Economia”. Outra regra determina, por exemplo, que ao se referir à “Agricultura”, muito possivelmente se estará falando do domínio “Economia”, enquanto se se falar de “Agricultor”, muito provavelmente essa sentença deverá recair sobre o domínio “Grupos Sociais”. Esse tipo de regra não é apreensível pelo programa de análise automática. As bases de análise são, portanto, diferentes.

O quarto problema é a possível endogeneidade da análise devido às diferentes proporções da alimentação do banco de dados. No trabalho de Madeira, Vieira e Tarouco (2017), os domínios de maior ocorrência foram “Bem-Estar e Qualidade de Vida” e “Economia”. Assim, ao transpor as sentenças para o NVIVO, esses dois domínios eram os que contavam com a maior quantidade de alimentação. Como no resultado da nossa pesquisa, esses dois domínios também foram os mais recorrentes, ficaria a possibilidade de que o programa, na sua análise por associação, acabasse por identificar mais esses domínios do que os demais, dado que eles possuíam uma maior alimentação.

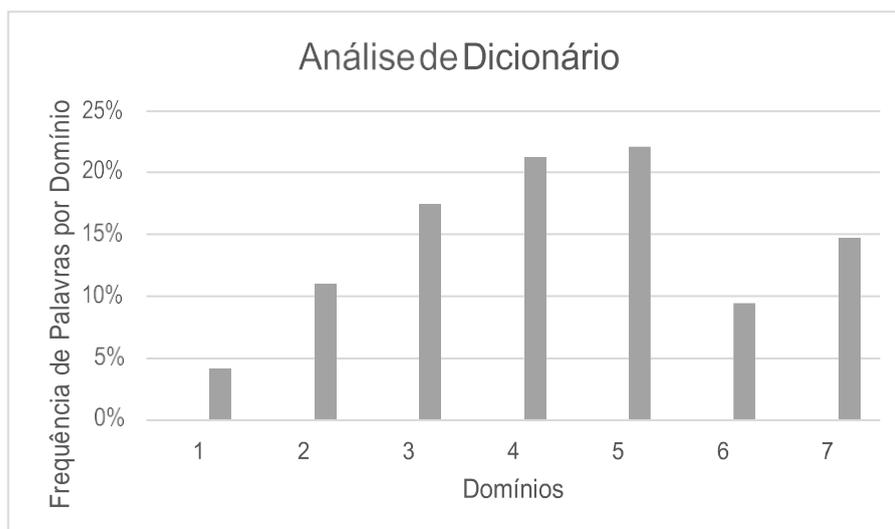
Para solucionar esse problema foi realizado um teste de dicionário, agrupando, para cada domínio, um conjunto de 35 palavras obtidas em uma análise de frequência de palavras, criando um ponto de corte de palavras duplicadas específico para cada domínio, considerando proporcionalmente as quantidades de ocorrências das palavras em cada um.

Foi necessário criar um corte das palavras mais frequentes, a partir das quais será possível estabelecer um dicionário de palavras mais frequentes para cada “categoria”. Os procedimentos contaram com a realização de vários testes de validade para se chegar ao melhor nível de representatividade das palavras por categoria, bem como para excluir os valores duplicados – ou seja, as palavras que constam em mais de uma categoria, e evitar, assim, problemas de dupla contagem no momento da análise dos dados em si. Seguindo unicamente a lógica de eliminação dos valores duplicados, seria necessário fazer a listagem completa das

palavras presentes em cada um dos Domínios, e eliminar absolutamente todas que tivessem repetição. Isso, no entanto, não responderia pela necessária representatividade dos Dicionários de cada categoria, porque seria recorrente o cenário em que uma palavra “forte” de uma determinada categoria tivesse que ser eliminada da análise simplesmente porque houve 1 ou 2 ocorrências dessa mesma palavra em uma outra categoria. Proceder desse modo seria incorrer no enfraquecimento da análise, subtraindo substância léxica das categorias. É nesse sentido que foi necessário encontrar um “equilíbrio” entre a eliminação de “valores duplicados” e a representatividade léxica dos dicionários.

A partir de um ponto de corte de 300 palavras por categoria, após marcadas e excluídos os valores duplicados - as células com conteúdo repetido -, obtivemos, para o Domínio 1, 119 palavras únicas, para o Domínio 2, 138, para o Domínio 3, 81, para o Domínio 4, 57, para o Domínio 5, 44, e para os Domínios 6 e 7, 89 palavras únicas. Percebe-se, portanto, que para os Domínios 4 e 5, a quantidade de valores únicos é consideravelmente menor do que para as categorias restantes. Isso ocorre porque nos dados originais, são esses os dois domínios que respondem pela maior quantidade de texto. Na realidade, a disposição quantitativa de palavras únicas é praticamente inversamente proporcional à quantidade de texto original para cada uma das categorias. Dado que o recorte do Dicionário léxico é de 35 palavras, e que ajustes ainda foram necessários, para extrair algumas preposições e advérbios que sobraram, as “stop words”, foi necessário recorrer a um corte diferenciado nessas duas categorias.

Após os parâmetros de formação dos dicionários, rodamos novamente a análise para todos os documentos, e o resultado, embora não tenha sido igual – ele diminuiu as diferenças entre os domínios, algo esperado dada a natureza da frequência de palavras -, evidenciou que os domínios “Economia” e “Bem-Estar e Qualidade de Vida” são os de maior ocorrência, como demonstrado no gráfico abaixo. Para essa análise, foi excluída a categoria de “Não-Classificáveis”.



*Gráfico 1 - Resultado de Dicionário*

Um segundo teste de validade da análise do NVIVO foi realizado pela discriminação de uma variável externa. Durante a leitura dos programas de governo, e diante do resultado descritivo da análise do software, constatou-se que estados que possuem faixa de fronteira dedicam uma parte maior de seus programas para o Domínio 1, “Relações Exteriores”. A Faixa de Fronteira foi instituída pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Segundo essa lei, constitui a Faixa de Fronteira o espaço que vai da linha divisória internacional do país até 150 km para dentro do território nacional. Ainda, têm-se que um município que seja alcançado por essa dimensão diametral, possuirá todo o território incluído na Faixa de Fronteira, dado que a divisão administrativa é feita com base nos municípios.

Além disso, a legislação impõe uma série de restrições e especificações legais para esses municípios. Por exemplo, para a realização de atividades de mineração, de compra e venda de terrenos e empresas jornalísticas, é necessária uma autorização de um órgão federal específico. Outro dado interessante é que, no caso de cidades estrangeiras conurbadas com cidades brasileiras na linha divisória, os cidadãos da cidade estrangeira terão acesso a alguns direitos da legislação brasileira, como, por exemplo, direito à livre circulação e até à emissão de carteira de trabalho. Fora as questões diretamente relacionadas ao instituto da Faixa de Fronteira, podemos citar diversos desafios que perfazem o trajeto de nossa fronteira internacional, tanto positivos como negativos, de que são exemplos a integração política-civil-econômica do Mercosul, por um lado, e os diversos tipos de crimes transnacionais, por outro lado.

Nos resultados obtidos através da análise do NVIVO, nós obtivemos que os estados que possuem Faixa de Fronteira dedicam 4% de seus programas ao domínio “Relações Exteriores”, enquanto os estados que não possuem faixa de fronteira dedicam 2%. Esses valores foram

corroborados, como demonstra a Tabela abaixo, por uma regressão feita no SPSS, na qual foram consideradas as variáveis independentes partido, ano, competição entre os dois partidos e possuir ou não faixa de fronteira, enquanto a variável dependente era justamente a proporção do domínio “Relações Exteriores” no texto.

*Tabela 6 - Regressão para testar a variável Faixa de Fronteira*

<b>Modelo</b>	<b>B</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Beta</b>	<b>T</b>	<b>Significância</b>
<b>(Constante)</b>	,397	2,615		,152	,880
<b>Partido</b>	-5,650	,000	-,005	-,036	,972
<b>Ano</b>	,000	,001	-,022	-,145	,885
<b>Competição</b>	,000	,005	,008	,054	,957
<b>Fronteira</b>	,011	,005	,327	2,222	,031

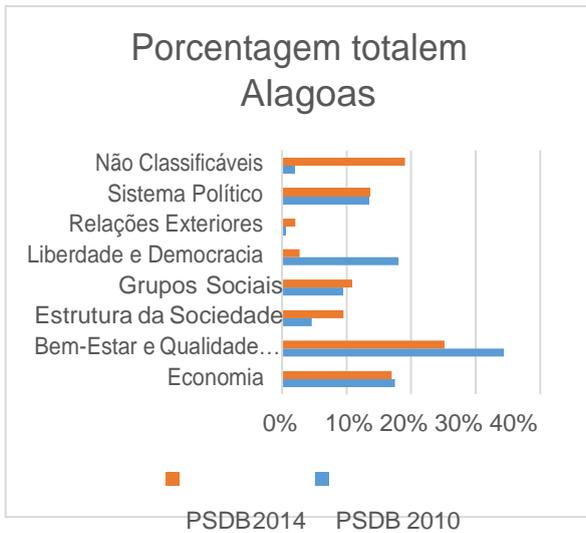
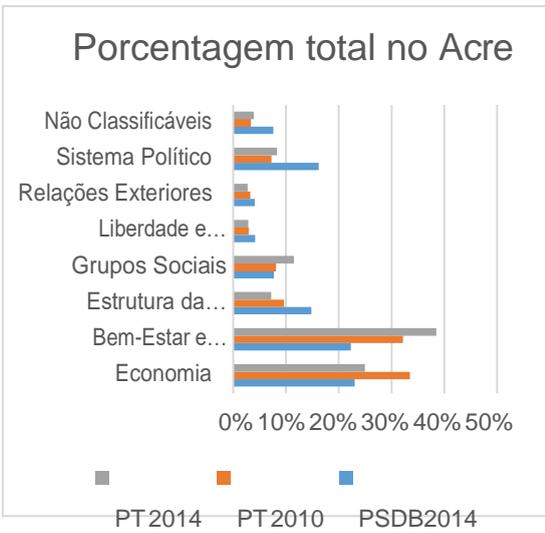
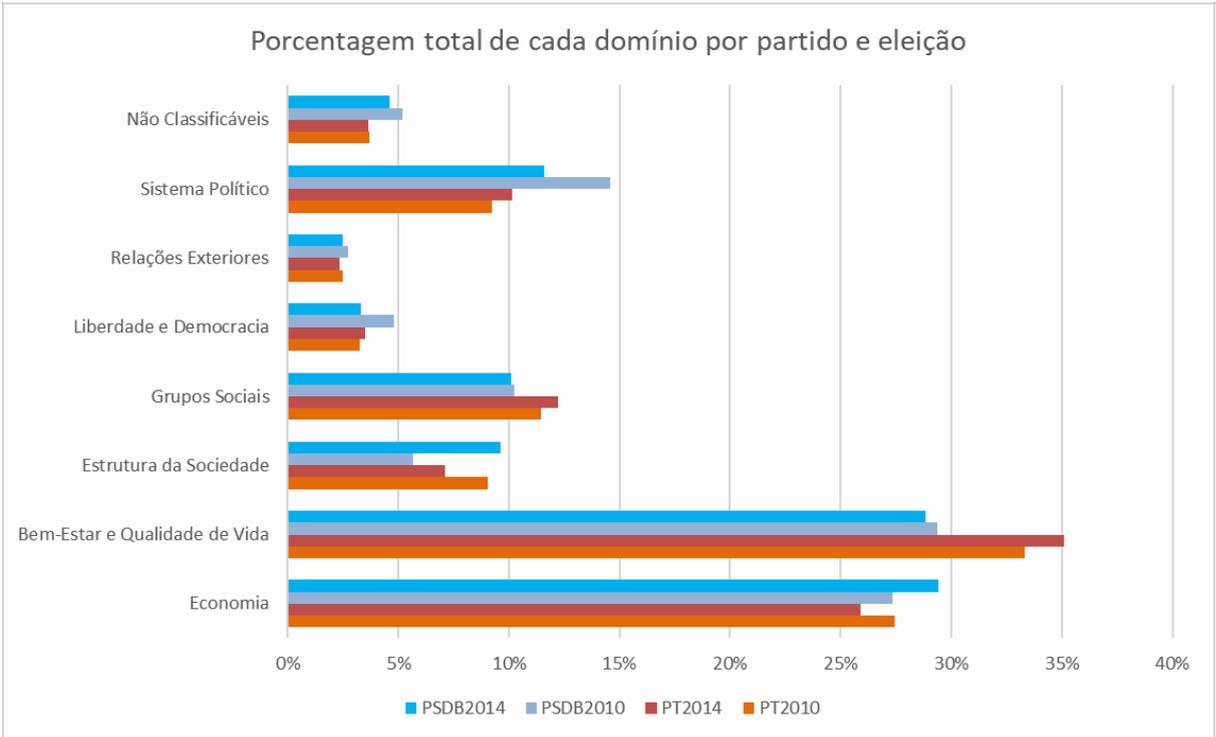
Variável dependente: Relações Exteriores.

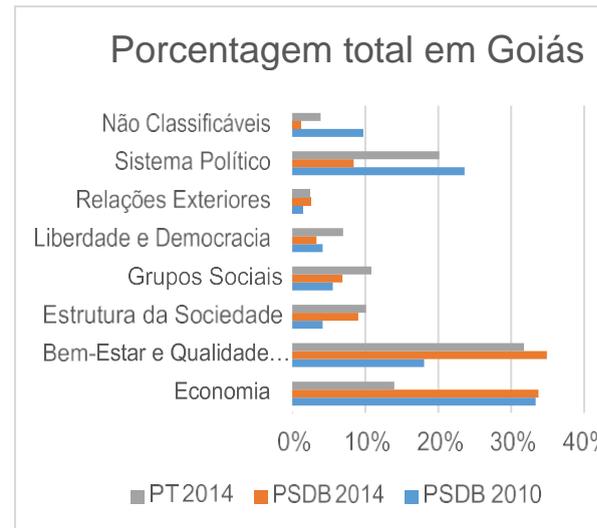
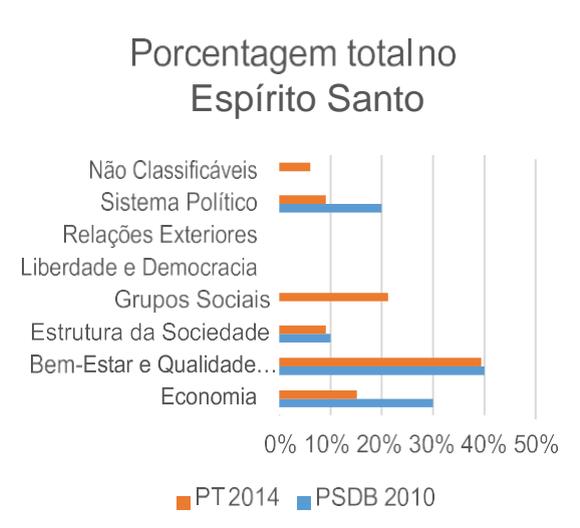
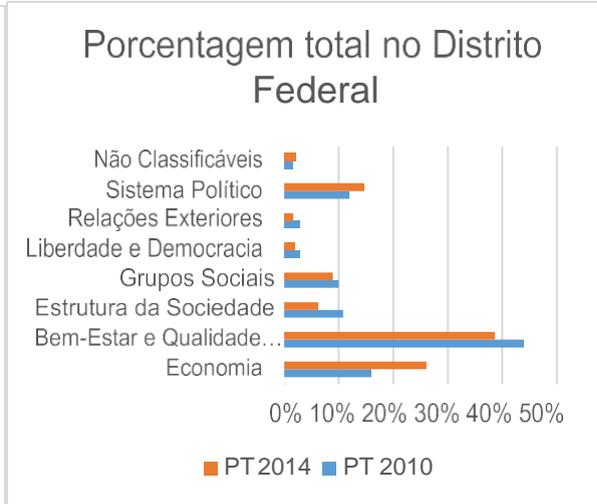
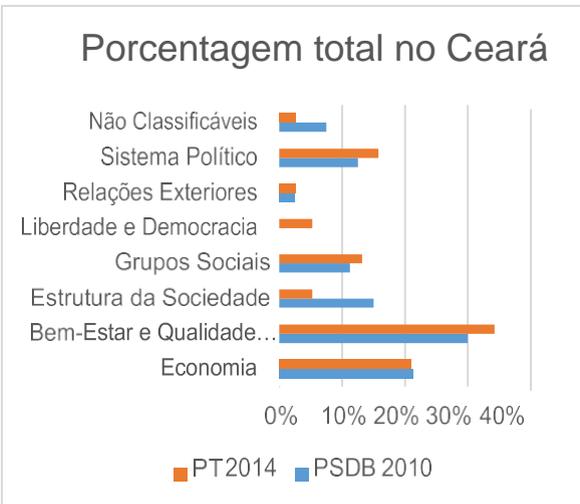
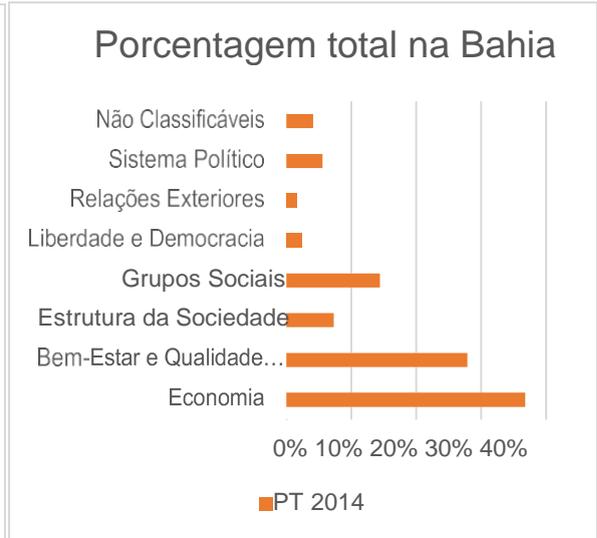
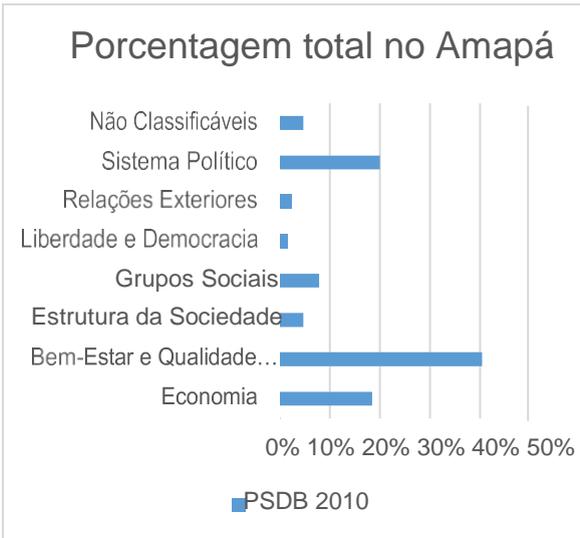
## 5 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADO

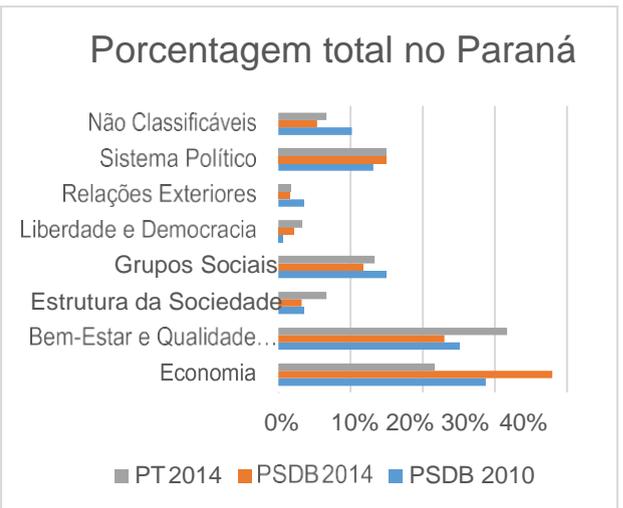
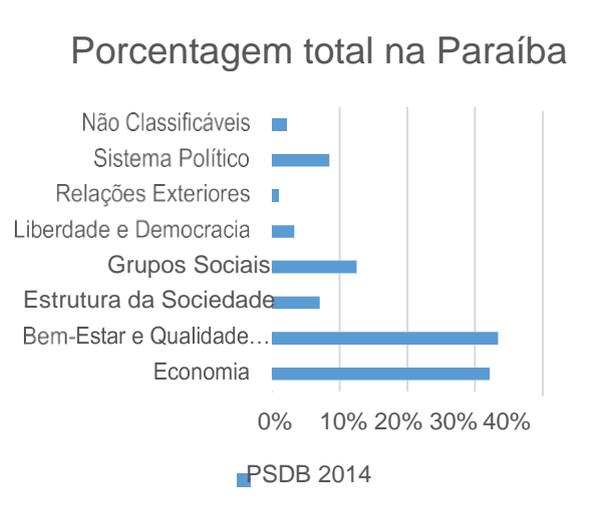
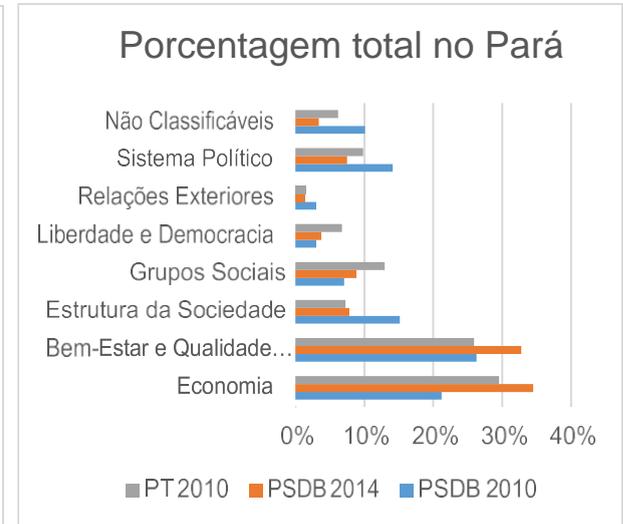
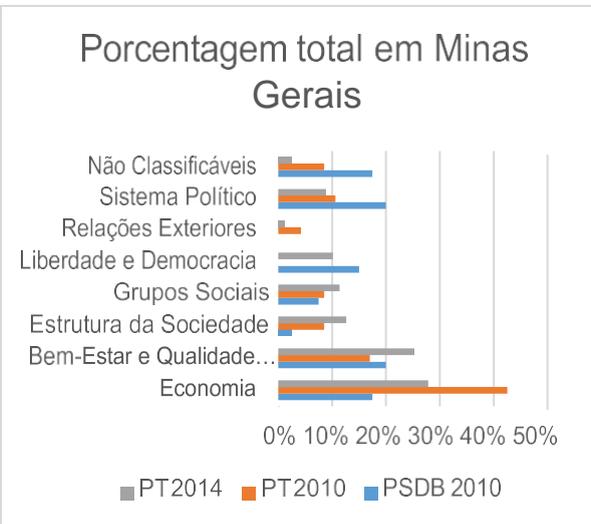
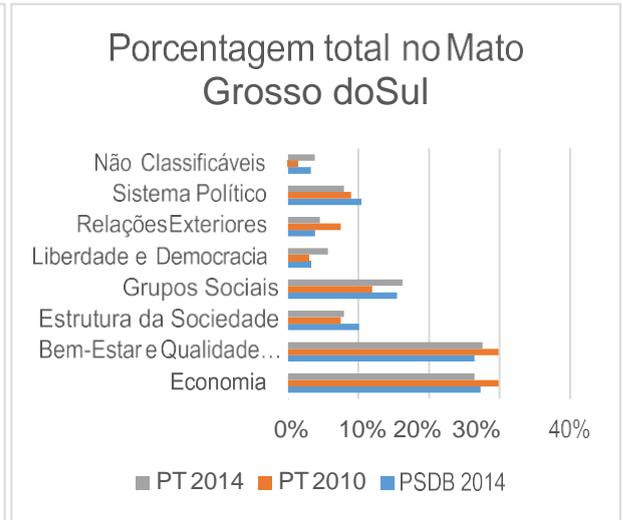
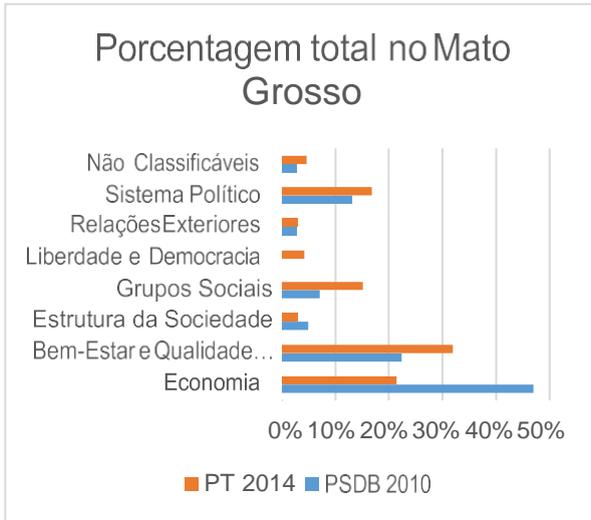
O resultado de nossa análise de dados será apresentado de uma maneira descritiva, com os dados obtidos a partir da análise de dados do NVIVO. Em um segundo momento, serão apresentados os testes de diferença de médias Teste Z e ANOVA, para verificar se há diferenças estatísticas significantes considerando nossas hipóteses, e em um terceiro momento, serão apresentadas algumas análises estatísticas adicionais.

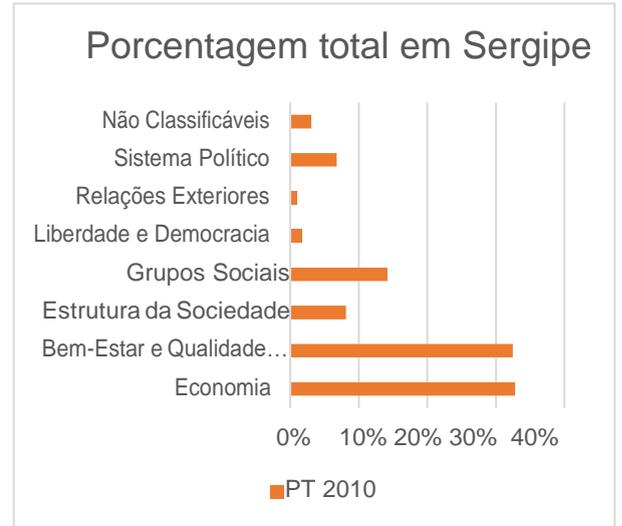
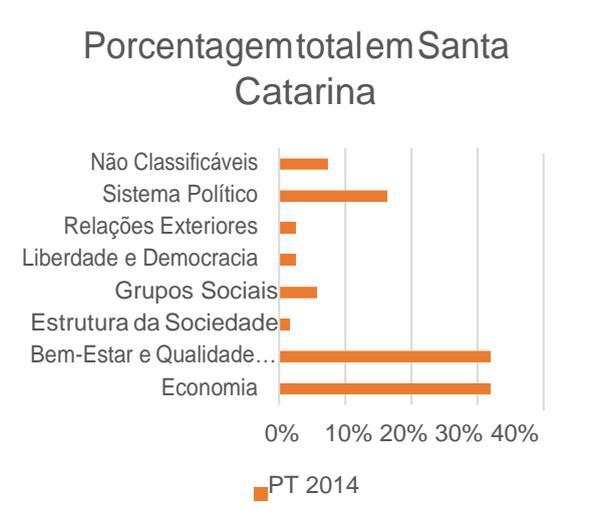
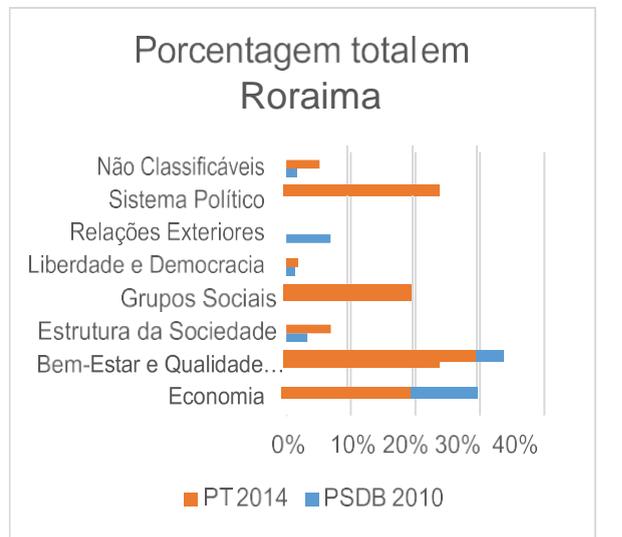
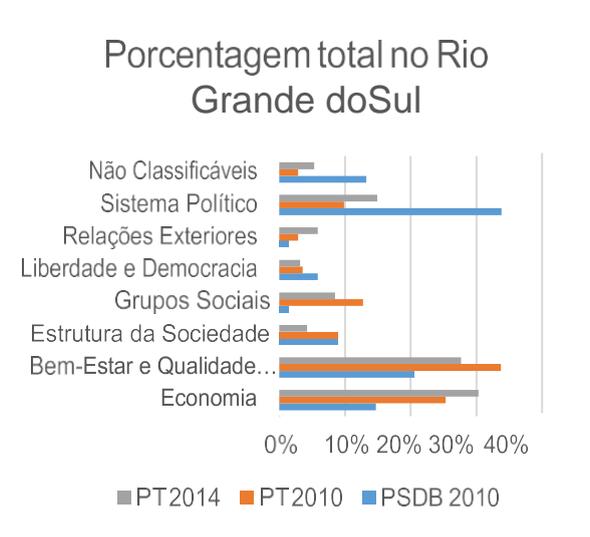
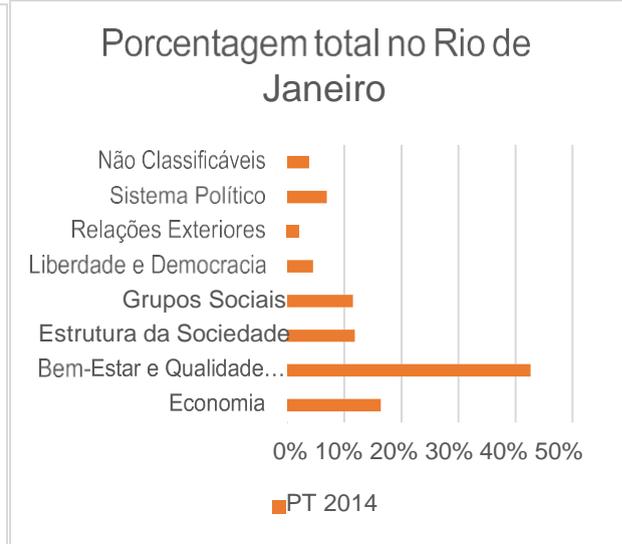
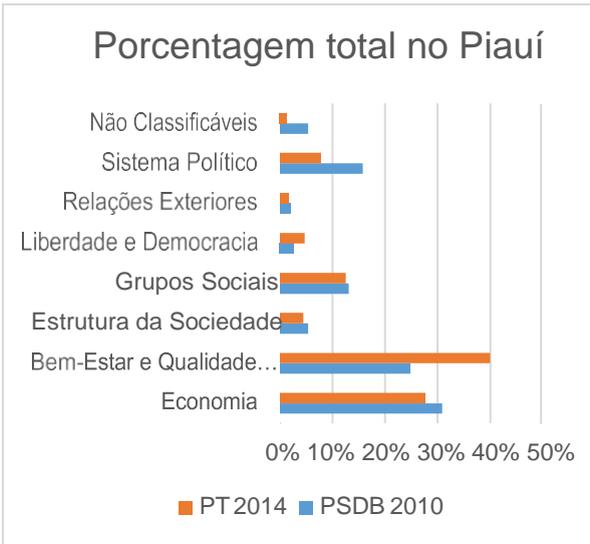
O Teste Z refere-se ao teste de hipótese de diferenças de ênfases programáticas nototal dos programas de cada um dos partidos, ou seja, testará se há diferenças programáticas significativas entre os dois partidos. O teste ANOVA, que é também um teste de diferenças de médias, mas é utilizado para medir entre diversos fatores, ao contrário do teste Z, que é feito para comparar dois fatores, servirá para verificar se há diferenças nas ênfases programáticas dos Estados, testando se há, por exemplo, agendas locais. Além dos dois testes, foi feita uma Correlação de Pearson para identificar correlações significativas entre os próprios domínios.

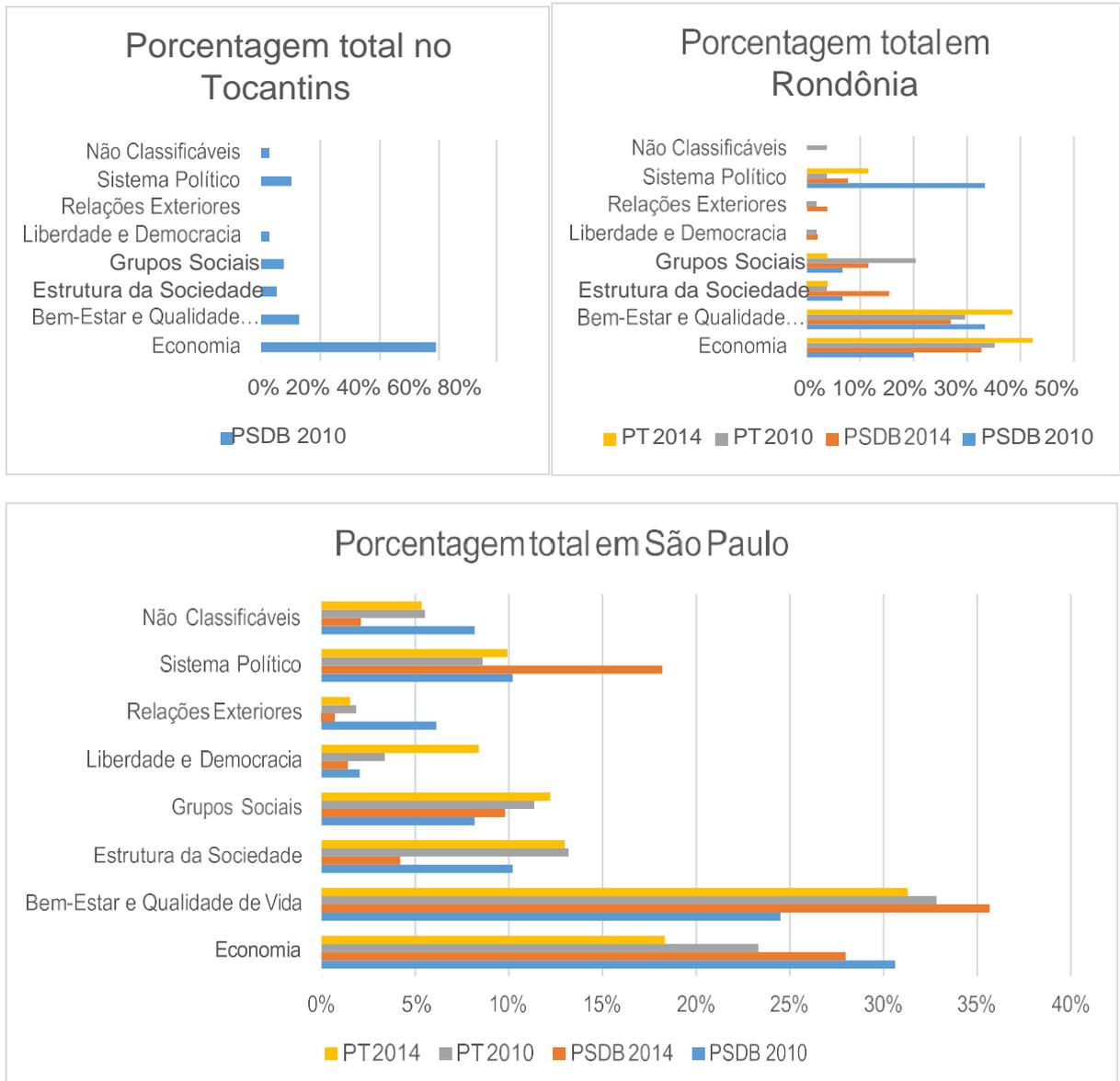
O capítulo está dividido em três partes. A primeira é a apresentação dos dados obtidos pela codificação automática do NVIVO, para cada estado, incluindo em cada um os dados para os partidos, divididos pelas duas eleições. Após a apresentação dos resultados, foi feita uma análise descritiva dos resultados obtidos, considerando alguns casos discrepantes, e a comparação com os dados obtidos no trabalho de Madeira, Vieira e Tarouco (2017) para os programas nacionais do PT e PSDB também nas eleições de 2010 e 2014. A segunda parte apresenta os dois testes de hipótese, feitos através das análises de comparação de médias. E, finalmente, na terceira parte, apresento a Correlação de Person entre os domínios.











Na série de gráficos das últimas páginas podemos ver a porcentagem dedicada a cada um dos domínios, por cada partido, em cada uma das eleições de 2010 e 2014. Esses resultados mostram uma realidade muito próxima entre os dois partidos. Nesse sentido, podemos dizer que os programas partidários normalmente enfatizam os mesmos temas. Há, entretanto, casos díspares e há casos também em que o resultado diferenciado está diretamente associado com o tamanho dos programas.

Como é possível observar no primeiro gráfico dessa série, que contém os percentuais gerais para o PT e o PSDB considerando os dois anos, temos que em 2010 o PT dedicou 33% de seus programas ao domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida” e 27% ao domínio “Economia”. Os números dos outros domínios foram: para “Grupos Sociais”, 11%, “Sistema

Político”, 9%, “Estrutura da Sociedade”, também 9%, “Liberdade e Democracia”, 3%, e “Relações Exteriores” também 3%. Os “Não Classificáveis” somaram 4%. Já em 2014, o PT dedicou, respectivamente, 35%, 26%, 12%, 10%, 7%, 4%, 2% e 4%. Já o PSDB, considerando a soma dos seus programas em 2010, dedicou a maior parte também ao domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida”, com 29%, enquanto para “Economia” foram dedicados 26%. Note-se que a diferença entre os dois domínios de maior ocorrência é consideravelmente menor no PSDB em comparação com o PT. Para “Sistema Político” foram 15%, “Grupos Sociais” 10%, “Estrutura da Sociedade” 6% e “Liberdade e Democracia” e a categoria de “Não Classificáveis” somaram 5%, enquanto “Relações Exteriores” somou apenas 3%. Já em 2014, os resultados foram, respectivamente: 29%, 29%, 12%, 10%, 10%, 3%, 5% e 2%.

Quando analisamos a repartição nos domínios pelos partidos, podemos notar que o PSDB teve uma maior flutuação de suas ênfases entre as duas eleições. O PT, entre 2010 e 2014, não variou acima de uma margem de 2 pontos percentuais em nenhum dos domínios. Já o PSDB teve uma variância maior, ainda que também não se trate de grandes mudanças. Três domínios tiveram uma variação de 3 pontos percentuais na sua participação, tanto para mais quanto para menos, e um dos domínios, “Estrutura da Sociedade”, teve uma variação positiva, entre 2010 e 2014, de 4 pontos percentuais. Ou seja, embora as mudanças, na média, sejam todas tímidas, ainda é possível identificar algumas mudanças programáticas do PSDB entre as duas eleições. No caso do PT, a única variação significativa é entre os dois principais domínios, “Bem-Estar e Qualidade de Vida” e “Economia”. Enquanto, em 2010, a diferença entre os dois, a favor do primeiro, é de seis pontos percentuais, em 2014 esse valor cresce para nove pontos percentuais, tornando a diferença considerável. A diferença entre esses dois domínios, no caso do PSDB, é de três pontos percentuais em 2010, ao passo que em 2014 os dois domínios possuem a mesma fatia percentual dos programas, 29%.

Tabela 7 - Porcentagens por Partido e Eleição

<b>Domínios</b>	<b>PT 2010</b>	<b>PT 2014</b>	<b>PSDB 2010</b>	<b>PSDB 2014</b>
<b>Relações Exteriores</b>	3%	2%	3%	2%
<b>Liberdade e Democracia</b>	3%	4%	5%	3%
<b>Sistema Político</b>	9%	10%	15%	12%
<b>Economia</b>	27%	26%	26%	29%
<b>Bem-Estar e Qualidade de Vida</b>	33%	35%	29%	29%
<b>Estrutura da Sociedade</b>	9%	7%	6%	10%
<b>Grupos Sociais</b>	11%	12%	10%	10%
<b>Não Classificáveis</b>	4%	4%	5%	5%

Na pesquisa feita por Madeira, Vieira e Tarouco (2017), os resultados possuem algumas características parecidas. Os autores fizeram uma análise através de codificação manual, e, portanto, possuem resultados de maior apreensão qualitativa das ênfases programáticas dos documentos. Ainda assim, por exemplo, em todos os seis programas analisados pelos autores – os programas de Lula em 2006, de Dilma em 2010 e 2014, de Alckmin em 2006 e Serra e Aécio em 2010 e 2014, respectivamente, os domínios com maior percentual de texto dedicado foram “Estado de Bem-Estar Social” e “Economia”. Em seguida, o domínio “Sistema Político” e depois “Grupos Sociais”. Na pesquisa dos programas estaduais, esses domínios, embora sejam também o terceiro e o quarto com maior percentual, aparecem com o mesmo valor de participação.

Há que se mencionar, ainda, que o domínio de “Relações Exteriores” detém uma porcentagem textual menor nos programas estaduais em relação aos programas presidenciais codificados. Esse é um resultado intuitivamente esperado. No entanto, quando restringimos a análise apenas aos estados que possuem faixa de fronteira, encontramos números muito parecidos. Se na análise dos programas nacionais, esse domínio conta com cerca de 5% do total, dentre os estados que possuem faixa de fronteira ele conta com 4%. Esse número expressivo está relacionado com as questões práticas e objetivas com que estados têm que lidar por possuírem fronteiras internacionais.

Fazendo uma comparação entre os partidos, é possível identificar que a mesma tendência geral se repete.

Os dois domínios predominantes são “Bem-Estar e Qualidade de Vida” e “Economia”. Com algumas pouquíssimas exceções, esses dois domínios são os de maior ocorrência em todos os programas. Para ser mais preciso, há apenas duas exceções, que são os programas de Yeda Crusius, do PSDB do Rio Grande do Sul, em 2010, e o de Ângela Portela, do PT de Roraima, em 2014. No primeiro caso, como já foi mencionado anteriormente, devido às graves acusações de corrupção no seu governo entre 2006 e 2010, a candidatura de Yeda Crusius tinha pouquíssimas chances, e as pesquisas de opinião a colocavam, com frequência, com menos de 5% de intenção de votos. Assim, seu programa de governo registrado no TSE mais parece uma carta política, em que a candidata faz uma defesa jurídica e política do seu mandato e da sua postura pessoal na condução da administração pública. No segundo caso, analisando o documento é possível perceber que o programa de Ângela Portela dedica parte expressiva do seu documento para criticar o grupo político que então governava o estado, bem como o grupo político que dominava o campo oposicionista no estado. Em seu programa, por exemplo, a palavra “oligarquia” aparece frequentemente.

Em dois estados houve um embate entre os dois partidos nas duas eleições, quais sejam, Rondônia e São Paulo<sup>10</sup>. No caso de Rondônia, como é mostrado no gráfico referente às porcentagens programáticas, duas categorias não possuem ocorrências em dois documentos. Isso acontece por conta do número de páginas de dois desses documentos, que são muito pequenos. Entre os oito documentos que possuem menos de 10 páginas, estão os quatro programas do estado de Rondônia. Em 2010, o programa do PT teve 8 páginas e o do PSDB apenas 2 páginas; já em 2014, o programa do PT teve 5 páginas e o do PSDB 8 páginas. Ou seja, a soma de todos os programas dos dois partidos no estado dá apenas 23 páginas.

Já no caso do estado de São Paulo, temos uma disputa mais acirrada e mais dedicada por parte dos dois partidos, que figuram nas duas primeiras posições desde a eleição de 2002. Nesse estado, temos quatro documentos robustos. Em relação ao domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida”, os dois partidos apresentam uma média parecida. Já em relação ao domínio “Economia”, o PSDB apresenta uma porcentagem maior tanto em 2010 quanto em 2014. Quanto aos domínios “Grupos Sociais”, “Liberdade e Democracia” e “Estrutura da Sociedade”, ocorre o inverso, com o PT dedicando partes maiores de seus programas nas duas eleições. Em relação ao primeiro e terceiro domínios citados, espera-se que um partido à esquerda de fato

---

<sup>10</sup> No Acre também houve disputa entre os dois partidos nas duas eleições. No entanto, como foi explicado no capítulo sobre o NVIVO, o programa de Tião Bocalon em 2010 não foi analisado pelo software, devido às formas incomuns de sentenças e sintaxes utilizadas no programa de governo do candidato.

privilegie esse tipo de agenda. No entanto, o domínio “Liberdade e Democracia” é esperado que tenha maior incidência nos programas de partidos de centro-direita. Talvez o fato de que tanto o PSDB quanto o PT tenham suas diretrizes programáticas bem conhecidas pelo eleitor faça com que eles acabem “investindo” em domínios que não são automaticamente associados à sua agenda. O programa de Geraldo Alckmin de 2014 tem a maior fatia dedicada ao domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida” dentre os quatro documentos.

No caso do Espírito Santo, dos dois programas, sendo um do PT e um do PSDB, e em anos diferentes, não foi identificada nenhuma ocorrência nos Domínios “Relações Exteriores” e “Liberdade e Democracia”. Isso está relacionado com a agenda programática e, portanto, com as ênfases em si, com o direcionamento dado pelos partidos nos programas, evidentemente, mas também ao fato de, no caso do PT, o programa ter apenas 9 páginas, enquanto, no caso do PSDB, o programa ter somente 2 páginas.

Nesta segunda parte da apresentação dos resultados, iremos tratar dos testes de hipóteses especificamente. Nossas hipóteses convergem para identificar se, nas disputas eleitorais ao cargo de governador, é possível identificar uma disputa baseada em uma agenda local ou se os partidos, mesmo nessas disputas subnacionais, assumem agendas nacionais, ou seja, com ênfases coincidentes entre si no âmbito nacional.

## **5.1 Agendas Partidárias**

O teste estatístico das hipóteses foi feito via testes de diferenças de médias. Para testar a hipótese de agendas nacionais dos partidos, foi feito um teste Z, cuja análise consistia em comparar as ênfases gerais de PT e PSDB e verificar se os dois partidos enfatizam agendas diferentes, considerando o nível de confiança de 95%. Como é possível constatar na tabela de resultados abaixo, onde há dispostos os resultados de significância para cada domínio, só houve resultado significativo para a categoria de sentenças “Não-Classificáveis”, embora o domínio “Bem-Estar e qualidade de Vida” tenha se aproximado do nível de confiança, algo que não ocorreu com nenhum outro domínio. Ou seja, na média, os programas estaduais do PT não são significativamente distintos dos do PSDB em termos de ênfases temáticas. Se algum domínio fosse significativamente maior em um partido que em outro, poderíamos identificar uma agenda partidária, mas isso não ocorre.

Tabela 8 - Resultado do Teste Z para PT e PSDB

Domínio	Partido	comp. Médias			
		Proporção média nos textos	Desvio padrão	Z	Sig.
<b>Economia</b>	PT	0,26	0,07373	1,277	0,264
	PSDB	0,29	0,10377		
<b>Bem-Estar</b>	PT	0,33	0,05518	2,998	0,09
	PSDB	0,27	0,07208		
<b>Estrutura da Sociedade</b>	PT	0,07	0,03227	1,622	0,209
	PSDB	0,07	0,04		
<b>Grupos Sociais</b>	PT	0,12	0,04001	0,001	0,972
	PSDB	0,09	0,03771		
<b>Liberdade e Democracia</b>	PT	0,04	0,02403	0,674	0,416
	PSDB	0,03	0,04279		
<b>Relações Exteriores</b>	PT	0,02	0,0168	1,199	0,279
	PSDB	0,02	0,01868		
<b>Sistema Político</b>	PT	0,11	0,04	1,542	0,22
	PSDB	0,15	0,07		
<b>Não-Classificáveis</b>	PT	0,04	0,01833	20,222	0,00
	PSDB	0,06	0,05272		

Como já foi dito no capítulo sobre o funcionamento do NVIVO e no capítulo de metodologia, a categoria “Não Classificáveis” possui uma alimentação negativa. Nela se encaixam as sentenças de texto que não se enquadram em nenhum dos domínios programáticos. Assim, poderíamos dizer que essa categoria tem um significado qualitativo menor, dado que não se traduz em nenhuma ênfase programática objetiva. No entanto, é necessário atentarmos para o fato de que essa categoria importa justamente por clarear a forma como os partidos lidam e constroem seus documentos e suas propostas de governo. Sentenças que não se referem aos sete domínios, normalmente refletem uma estratégia de utilizar maiores fatias de texto para falar de si, para enaltecer feitos genéricos do partido, ou para enaltecer traços personalistas da pessoa do candidato. Desse modo, constatar que um partido sistematicamente dedica uma parcela menor dos seus programas para tratar de questões programáticas importa sim como resultado. Na comparação das médias, a categoria “Não Classificáveis” é a que possui a maior diferença proporcional entre os dois partidos.

No domínio “Economia”, a média do PSDB é três pontos percentuais maior que a do PT. Esse resultado, embora não nos permita afirmar a existência de diferenças estatisticamente significantes, corrobora a literatura que se dedica a estudar os programas partidários e os dois

partidos, no sentido de que o PSDB tende a enfatizar assuntos econômicos mais do que o PT. No trabalho de Tarouco (2007), codificando manualmente os manifestos partidários, tanto o manifesto de fundação do PSDB, de 1986, quanto o de 2001, enfatizam o domínio economia. Bem como foi dito, citando o trabalho de Vieira (2012), o PSDB tem na economia seu discurso mais homogêneo desde sua fundação, seguindo pressupostos e discurso parecidos de então até hoje.

No domínio “Bem-Estar e Qualidade de Vida”, a média do PT é de 33% e a do PSDB, 27%. Esse resultado também corrobora a literatura especializada, dado que o PT, um partido mais à esquerda no espectro ideológico, tende a dedicar mais espaço de seus programas para tratar de assuntos relacionados ao estado de bem-estar social. O PT tem uma linha histórica de políticas associadas à distribuição de renda, de políticas de seguridade social, que convergem para a ideia central de justiça social, igualitarismo, paridade social. Essas questões estão associadas ao domínio. O que explicaria, então, que um partido cujo eleitor mais se identifica com a centro-direita, como o PSDB, também enfatize sobremaneira este domínio? Isso ocorre porque trata-se de um domínio de políticas públicas, programas públicos eminentemente positivos em relação ao cidadão. Nesta categoria incluem-se temas como, por exemplo, saúde e educação, dois dos assuntos mais recorrentes na opinião pública tidos como basilares, ou seja, estão na agenda pública nacional e por isso não podem ser negligenciados por nenhum partido.

Em relação ao domínio “Estrutura da Sociedade”, temos uma média idêntica entre os dois partidos. Trata-se de um domínio com pouca variação. Nos números brutos, dos cinquenta documentos analisados, em apenas nove a porcentagem desse domínio ultrapassou a marca dos 10%. Desses, cinco foram do PT e quatro do PSDB. Além disso, tivemos três documentos que alcançaram a marca de 15% para “Estrutura da Sociedade”, sendo os três do PSDB – o de Márcio Bittar no Acre, Simão Jatene no Pará e Expedito Júnior em Rondônia.

Esse domínio diz respeito a pautas que não têm muito apelo político no Brasil ou que não fazem parte do imaginário coletivo do país. Por exemplo, trata de multiculturalismo, sentimento cívico, moralidade e modo de vida típico nacional. Essas categorias fazem muito mais sentido na Europa, para onde foram desenvolvidas, do que no Brasil. Mas trata, também, de um assunto absolutamente basilar para o jogo eleitoral brasileiro, que é a segurança pública. Trata da lei e da ordem, da política carcerária, das instituições policiais, do modo como se deve encarar a criminalidade, assuntos de enorme apelo no debate público brasileiro. Analisando esses três documentos do PSDB citados, vê-se que a grande ocorrência do domínio “Estrutura

da Sociedade” é para tratar de questões relacionadas à segurança pública, ao combate à criminalidade, ao tráfico e às drogas de modo geral. Não é de surpreender que seja um domínio com presença importante nos documentos dos candidatos ao cargo de governador, dado que, constitucionalmente, a gestão da segurança pública é de competência maior dos governos estaduais.

No domínio “Grupos Sociais”, o PT apresenta uma média 1/3 maior do que a média do PSDB. Esse resultado também corrobora a literatura das ênfases e da posição dos partidos na escala esquerda-direita. Isso porque trata-se de um domínio com um forte apelo social, portanto mais afeito a partidos de esquerda. Esse domínio trata, por exemplo, de classes trabalhadoras, pequenos agricultores e agricultura de subsistência – é o que se pode depreender da regra que determina que sentenças referentes a, por exemplo, a agroindústria moderna, devem ser associadas à economia -, às minorias demográficas desprivilegiadas, como imigrantes, deficientes físicos, população LGBT, e a outros grupos demográficos discriminados socialmente, como a população afrodescendente e as mulheres.

“Sistema Político” é o terceiro domínio de maior ocorrência na média dos programas no geral – porque embora seja o terceiro para o PSDB, não o é para o PT, onde o domínio “Grupos Sociais” tem uma média de um ponto percentual a mais. Como já citado anteriormente, há casos deliberados de programas que focaram em assuntos correlacionados a esse domínio, como os de Yeda Crusius, do PSDB, e Ângela Portela, do PT. Há, ainda, outros seis programas nos quais esse domínio soma 20% das sentenças ou mais. Sendo que, desses, em dois deles o domínio “Sistema Político” tem a maior ocorrência junto com algum outro, que são os casos dos programas de Antônio Anastasia, de Minas Gerais, em 2010, e de Expedito Júnior, de Roraima, em 2010.

Os dois últimos domínios que trataremos aqui são “Liberdade e Democracia” e “Relações Exteriores”. São os dois domínios que possuem sistematicamente menor participação percentual nos programas partidários. No caso de “Liberdade e Democracia”, talvez tenhamos um domínio muito relacionado com o debate do nível nacional, abordando temas como a importância da democracia ou questões ligadas ao âmbito jurídico, como os processos jurídicos, constitucionalismo, ou ainda a direitos individuais, como liberdade de expressão e liberdade de reunião, ou ainda a ideia de “liberdade contra o Estado”, ou seja, o individualismo constitucional. São temas que naturalmente não são recorrentemente abordados em disputas subnacionais. E mais, mesmo na pesquisa de Madeira, Vieira e Tarouco (2017), trata-se de um

domínio também de pouquíssima ocorrência no plano federal. Ainda assim, cabe citar que o programa que teve a maior participação do domínio “Liberdade e Democracia” foi o de Antônio Anastasia, com 15% das sentenças, figurando como terceiro de maior frequência e à frente, inclusive, de “Economia”. Analisando o programa, percebe-se que há, em suas seis páginas, referências substanciais aos processos democráticos, a delineamentos da Constituição e outros temas jurídicos, talvez até por conta da sólida formação jurídica do candidato.

Em relação ao domínio “Relações Exteriores” muito já foi dito, em dois momentos diferentes. Mais uma vez, embora seja intuitivo acreditar que sua participação fosse irrisória, há um dado objetivo que consubstancia a efetiva participação desse domínio em alguns dos programas partidários, que é o fato de que estados que possuem faixa de fronteira têm interesse em discutir assuntos relacionados às relações exteriores. Além disso, cabe citar que é o domínio que mais vezes apontou 0% das sentenças, o que ocorreu sete vezes, enquanto em outros nove casos, o domínio figurou com apenas 1% das sentenças. Os programas nos quais o domínio obteve sua maior participação foram o de Zeca do PT, por Mato Grosso do Sul, em 2010, e o de J. Anchieta, do PSDB de Roraima – estado que está integralmente inserido na faixa de fronteira -, também em 2010, os dois com 7%.

## **5.2 Agendas Estaduais**

Para testar a hipótese de agenda estadual, foi utilizado o teste de diferenças de média ANOVA, que é uma análise de variância para múltiplas comparações. O teste de variância é um procedimento utilizado para comparar a distribuição de três ou mais grupos em amostras independentes. No caso, o teste de variância foi feito para cada domínio com todos os Estados. Dessa forma foi possível verificar em cada domínio se há diferenças significativas nos estados, o que permitiria constatar a existência de agendas locais, cuja lógica regeria o programa independente do partido.

Os resultados das comparações podem ser conferidos na tabela que se segue, onde estão dispostos, para cada domínio, os estados que apresentaram a maior e menor média, além do número de programas por estado, o desvio padrão e o valor do teste z e da significância. O resultado obtido não apresentou significância em nenhum dos domínios, o que não nos permite afirmar que há uma agenda local no conteúdo dos programas de governos estaduais. Ou seja, os programas dos estados não divergem significativamente uns dos outros em termos de ênfases

temáticas, e nem há condicionantes contextuais nos estados, ao menos na média. Ainda assim, há dados interessantes para serem extraídos desses números.

*Tabela 9 - Resultado do Teste ANOVA para os Estados.*

Domínio	Estados	N	Média da proporção nos textos	Desvio padrão	ANOVA	
					Z	Sig.
<b>Economia</b>	Maior média: Tocantins	1	0,59	.	1,362	0,221
	Menor média: Rio de Janeiro	1	0,16	.		
<b>Bem-Estar</b>	Maior média: Rio de Janeiro	1	0,43	.	1,873	0,061
	Menor média: Tocantins	1	0,13	.		
<b>Estrutura da Sociedade</b>	Maior média: Rio de Janeiro	1	0,12	.	0,754	0,748
	Menor média: Santa Catarina	1	0,02	.		
<b>Grupos Sociais</b>	Maior média: Roraima	2	0,17	0,0353	0,67	0,83
	Menor média: Santa Catarina	1	0,06	.		
<b>Liberdade e Democracia</b>	Maior média: Alagoas	2	0,1	0,1060	1,025	0,471
	Menor média: Espírito Santo	2	0	0		
<b>Relações Exteriores</b>	Maior média: Mato Grosso do Sul	3	0,05	0,0152	0,0933	0,562
	Menor média: Espírito Santo	2	0	0		
<b>Sistema Político</b>	Maior média: Amapá	1	0,2	.	0,451	0,97
	Menor média: Bahia	1	0,06	.		
<b>Não-Classificáveis</b>	Maior média: Alagoas	2	0,1	0,1202	1,362	0,221
	Menor média: Rondônia	4	0,01	0,02		

Em relação ao domínio “Economia”, o estado que teve a maior proporção foi o Tocantins, com o programa de Siqueira Campos, pelo PSDB, em 2010. Já o estado que teve a menor média foi o Rio de Janeiro, com o candidato Lindbergh Farias, pelo PT, em 2014. No programa de Siqueira Campos, um total de 50% do texto foi dedicado à economia, enquanto no programa de Lindbergh Farias apenas 16% foi dedicado ao tema.

O que é mais interessante nesses dois casos é quando nós analisamos o domínio seguinte, “Bem-Estar e Qualidade de Vida”. Nesse domínio, figuram exatamente os mesmos estados, com os mesmos candidatos, mas na posição invertida. Aqui, o programa de Lindbergh Farias alcançou a marca de 43% do programa dedicado ao domínio, enquanto o programa de Siqueira Campos guardou apenas 13% do documento para tratar desse tema. Ou seja, há uma espécie de inversão. Quando um partido dedicou uma parcela desproporcionalmente grande a um desses dois domínios, o outro teve sua fração bastante diminuída, com os demais domínios

mantendo um resultado mais ou menos constante. Embora apresentem também uma diferença importante no domínio “Estrutura da Sociedade”, é entre os dois domínios analisados, “Economia” e “Bem-Estar e Qualidade de Vida” que os resultados são realmente díspares.

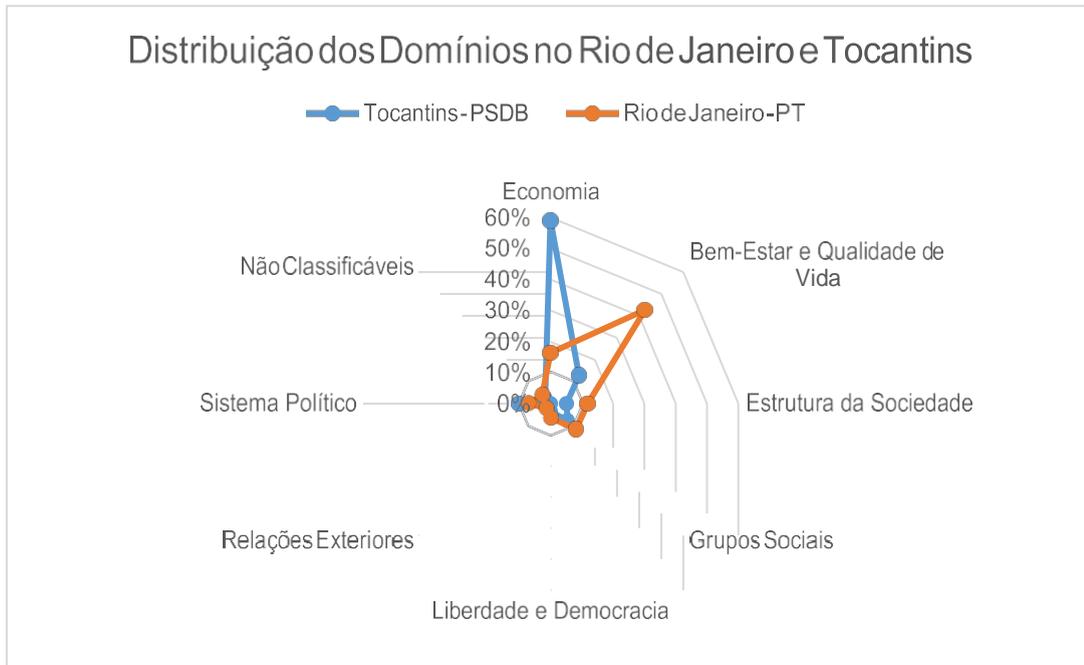


Gráfico 2 - Distribuição dos Domínios no Rio de Janeiro e Tocantins

Considerando estados com mais de um programa, temos o Mato Grosso como o estado que mais enfatiza o domínio “Economia”, com uma média de 34% - com um programa para cada um dos partidos, sendo que, no do PSDB, economia conta com 47% do texto -, enquanto o estado que menos dedicou espaço em seus programas à economia foi Alagoas, com dois programas do PSDB, com uma média de 17%. Já para o domínio de “Bem-Estar e Qualidade de Vida”, o estado com mais de um programa que apresentou a maior proporção de sentenças dedicadas ao tema foi o Distrito Federal, com dois programas do PT, constando 42% de média nesse domínio. Já Minas Gerais é o estado que, na média de três programas, sendo dois do PSDB e um do PT, tem a menor fração de texto dedicada ao domínio “Bem-Estar e qualidade de vida”, com 21% na média.

No domínio “Estrutura da Sociedade”, o Rio de Janeiro consta como o estado de maior incidência, contando com o programa de Lindberg Farias. Como dito anteriormente, é compreensível que no estado do Rio de Janeiro esse domínio tenha relevância acima da média, dada a importância que o tema segurança pública tem no debate político do estado. Santa

Catarina, por outro lado, conta com apenas 2%, em um único programa, da candidata Ideli Salvatti, do PT em 2014.

Em relação ao domínio “Grupos Sociais”, o estado que apresenta a maior média é Roraima, com 17% em dois programas, um de cada partido, enquanto o que apresenta a menor média é Santa Catarina, com o programa de Ideli Salvatti. Novamente, retomando o programa de Ângela Portela, do PT de Roraima, além do programa contar com a maior porcentagem de texto para o domínio de “Sistema Político”, como já mencionado anteriormente, ele conta também com 20% dedicados a grupos sociais - que, além dos já constantes na descrição do domínio, inclui de maneira contundente as populações indígenas -, que, associado com os 15% do programa de J. Anchieta, conformam a maior média nesse domínio.

No Mato Grosso e no Piauí, esse domínio obteve uma fatia expressiva dos programas, com mais de 14% cada um. Além deles, é curioso o caso do Espírito Santo, com seus dois programas. No do PT, cujo candidato foi Roberto Carlos, em 2014, o domínio “Grupos Sociais” somou 21%, sendo, portanto, o programa com a maior incidência desse domínio. Por outro lado, o programa do PSDB do Espírito Santo, do candidato Luiz Paulo, em 2010, foi o único da série no qual não foi identificada nenhuma sentença pertencente a esse domínio.

No caso de “Sistema Político” o estado que apresentou a maior média foi o Amapá, com um único programa, contando 20% do documento. Por outro lado, a Bahia, também com um único programa, somou apenas 6% do texto dedicados ao domínio. Considerando os estados com mais de um programa, o Rio Grande do Sul, com três programas, apresenta a maior média, com 19%. Nesse caso, a média é alavancada pelo programa de Yeda Crusis, que somou 34% para esse domínio. Enquanto isso, o Mato Grosso do Sul, também com três programas, foi o que apresentou a menor média, somando 9%.

Nos casos dos domínios “Liberdade e Democracia” e “Relações Exteriores”, temos um mesmo estado contando com 0% de ocorrência desses domínios, que é o Espírito Santo, com dois programas de governo, um de cada partido. Há, ainda, o caso do Tocantins, cuja média para Relações Exteriores também é de 0%, mas contando com um programa apenas. Quanto ao domínio “Liberdade e Democracia”, Alagoas é o estado com o maior número de ocorrências, somando 10%, enquanto que em “Relações Exteriores”, o Mato Grosso do Sul aparece com a maior fatia dedicada, de 5%.

Foi realizada também uma correlação de Pearson para verificar como os domínios se influenciam entre si, se há alguma correlação na interação entre os domínios. O resultado, que

pode ser conferido na tabela 12, na página seguinte, demonstra que entre as correlações significativas as mais fortes são entre os domínios “Sistema Político” e “Grupos Sociais”, e também entre os domínios “Economia” e “Estado de Bem-Estar Social”. Nos dois casos o sinal é negativo, indicando que programas que enfatizam mais de um dos domínios em cada par, enfatiza menos o outro.

*Tabela 10 - Resultado da Correlação de Pearson entre os Domínios.*

		<b>Economia</b>	<b>Bem-Estar</b>	<b>Estrutura da Sociedade</b>	<b>Grupos Sociais</b>	<b>Liberdade e Democracia</b>	<b>Não-Classificáveis</b>	<b>Relações Exteriores</b>	<b>Sistema Político</b>
<b>Economia</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	1	-,390** ,005	-,306* ,031	-,145 ,314	-,364** ,009	-,292* ,040	,073 ,615	-,356* ,011
<b>Bem-Estar</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	-,390** ,005	1	,015 ,919	,059 ,686	-,106 ,464	-,512** ,000	-,083 ,569	-,201 ,161
<b>Estrutura da Sociedade</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	-,306* ,031	,015 ,919	1	-,076 ,601	-,011 ,938	,053 ,715	,104 ,470	-,159 ,269
<b>Grupos Sociais</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	-,145 ,314	,059 ,686	-,076 ,601	1	-,042 ,773	-,086 ,550	,162 ,260	-,437** ,002
<b>Liberdade e Democracia</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	-,364** ,009	-,106 ,464	-,011 ,938	-,042 ,773	1	,214 ,135	-,161 ,264	-,041 ,780
<b>Não-Classificáveis</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	-,292* ,040	-,512** ,000	,053 ,715	-,086 ,550	,214 ,135	1	-,033 ,819	,296* ,037
<b>Relações Exteriores</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	,073 ,615	-,083 ,589	,104 ,470	,162 ,260	-,161 ,264	-,033 ,819	1	-,363** ,010
<b>Sistema Político</b>	Cor.de Pearson Sig. (2-tailed)	-,356* ,011	-,201 ,161	-,159 ,269	-,437** ,002	,041 ,780	,296* ,037	-,363* ,010	1

N=50

\*. Correlação é significativa no nível 0,01 (2-tailed)

\*\*. Correlação é significativa no nível 0,05 (2-tailed)

Além dos testes realizados até agora, foi feito um teste considerando a competição entre os dois partidos e nas eleições. A competição é uma variável categórica binária, considerando se há alguma diferença nas ênfases programáticas dos partidos levando em conta o fato deles estarem competindo na mesma eleição ou não. Os testes realizados não encontraram nenhuma significância estatística no sentido de mudança das ênfases programáticas, como é possível verificar na tabela 11.

*Tabela 11 Teste para competição entre PT e PSDB*

Domínio	Competição	comp. Médias			
		Proporção média nos textos	Desvio padrão	Z	Sig.
<b>Economia</b>	SIM	0,27	0,07931	0,743	0,393
	NÃO	0,28	0,10013		
<b>Bem-Estar</b>	SIM	0,29	0,05744	1,224	0,274
	NÃO	0,31	0,07763		
<b>Estrutura da Sociedade</b>	SIM	0,09	0,03694	0,378	0,542
	NÃO	0,06	0,03144		
<b>Grupos Sociais</b>	SIM	0,10	0,04091	0,134	0,716
	NÃO	0,11	0,04325		
<b>Liberdade e Democracia</b>	SIM	0,03	0,02702	0,051	0,822
	NÃO	0,03	0,03977		
<b>Relações Exteriores</b>	SIM	0,02	0,0255	0,342	0,562
	NÃO	0,02	0,0221		
<b>Sistema Político</b>	SIM	0,13	0,07542	0,854	0,360
	NÃO	0,13	0,05287		
<b>Não-Classificáveis</b>	SIM	0,05	0,03408	0,237	0,628
	NÃO	0,05	0,04542		

## 6 CONCLUSÃO

Nosso trabalho é referente às ênfases programáticas do PT e PSDB em suas candidaturas aos governos estaduais, nas eleições de 2010 e 2014. Para isso, utilizamos o programa NVIVO para codificarmos automaticamente um total de mais de 1.200 páginas de programas. Em um segundo momento, testamos estatisticamente as duas hipóteses apresentadas, sobre a possibilidade de agendas locais e sobre a possibilidade de agendas nacionais dos partidos. Para realizar os testes estatísticos foi utilizado o programa de análise estatística SPSS.

Pois bem, os resultados não corroboraram nenhuma das duas hipóteses, dado que não apresentaram resultados significantes em um nível de confiança estatística de 95%. Isso ocorreu porque, independentemente de se analisados sob a perspectiva das médias nacionais para os partidos, ou pela perspectiva das médias dos estados, os programas são todos muito parecidos. Apesar de haver alguns casos que destoam dos demais, seja por um contexto específico da própria candidatura ou do estado do qual faz parte, na média, os programas são sim muito parecidos. Os candidatos enfatizam sobretudo os domínios “Estado de Bem-Estar Social” e “Economia”, enquanto os outros contam com parcelas menores de texto, sendo os domínios “Liberdade e Democracia” e “Relações Exteriores” os menos recorrentes. Em relação a “Relações Exteriores”, identificamos uma relação que valoriza os dados de modo geral, que é o fato de os partidos que estão inseridos na faixa de fronteira enfatizarem mais esse domínio do que os que não estão inseridos na faixa de fronteira.

Diante desse resultado, talvez seja possível falarmos em uma grande agenda nacional, dado que os programas não se diferenciam nem entre os estados, nem entre os partidos. Embora essa não fosse uma hipótese contemplada no trabalho, fica nítido a existência de padrões na ênfase dos temas, sendo uns sempre mais recorrentes que os outros, como os já citados "Estado de Bem-Estar Social" e "Economia", algo que também ocorre nos programas dos dois partidos nas disputas presidenciais. No entanto, o objetivo do trabalho era verificar a existência de uma nacionalização do discurso programático de cada um dos partidos. No caso de programas muito parecidos, há, certamente, a indicação de agendas nacionais, mas seria necessário um trabalho mais amplo, incluindo todos os partidos, por exemplo.

De todo modo, o recolhimento dos dados foi passo importante para abrir algumas possibilidades nesse ramo de estudos no Brasil. A análise dos conteúdos programáticos, embora ainda incipiente, pode ganhar fôlego com a lei que determina, desde 2009, a obrigatoriedade do registro de um programa com as propostas dos candidatos a cargos executivos. São, portanto, a

cada eleição geral, dezenas de programas de governo registrados, de todos os partidos relevantes, que lançam candidaturas aos governos estaduais ou à Presidência da República, e, a cada eleição municipal, serão milhares e milhares de programas de governo de candidatos ao executivo municipal. Naturalmente, como pudemos constatar mesmo no âmbito dos governos estaduais, ainda não podemos esperar que os candidatos realmente “levem a sério” a elaboração dos programas. Vários eram mal formulados, ou diagramados e editados de forma amadora e incipiente, ou ainda curtíssimos, com somente duas páginas. Nas eleições municipais, essa realidade deve ser ainda mais amarga. No entanto, com o tempo, há de se depurar esse instituto dos programas de governo, e talvez os documentos se tornem espaço de melhor desenvolvimento de ideias e propostas políticas.

Assim, como agenda futura, temos como possibilidade tanto a expansão das análises dos programas partidários, alcançando todas as candidaturas nas eleições estaduais – para, por exemplo, verificar a existência de uma agenda programática nacionalizada -, ou mesmo adentrando nesse longo e fundo mundo inexplorado dos (já) mais de 10 mil programas das candidaturas municipais. Outra vertente de agenda, já mais adstrita a este trabalho, é a de investigar mais a fundo cada um dos domínios estudados aqui. Para isso, podem ser utilizadas regressões que busquem explicar porque e como esses domínios são enfatizados.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro, in Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-34.
- ABRUCIO, F. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.
- ALMEIDA, M. H. T.; CARNEIRO, L. P. “Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira”. Dados, vol. 51, nº 2, p. 403-432, 2008.
- AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. (2016). TANAKA, Marcela. Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estaduais no Brasil em 2014. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016.
- AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001
- AMORIM Neto Octávio & SANTOS, Fabiano. “A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil”. Dados, 2001, v. 44, n. 2, p. 291-321.
- BOHN, S. “Institutional, societal and economic determinants of party system size: evidence from Brazil”. International Political Science Review, vol. 37, nº 1, p. 3-17, 2016.
- BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. Dados, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, 2015.
- \_\_\_\_\_. 2010; Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev.
- \_\_\_\_\_. 2010. Federalismo, eleições estaduais e competição vertical no Brasil: Revisitando velhas hipóteses sobre o poder dos governadores. Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.10, p. 21-26, out.
- BRAGA, Cláudio Mendonça. O caráter nacional dos partidos políticos na Federação Brasileira. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2009.
- BUDGE, Ian. ROBERTSON, David. HEARL, Derek. Ideology, Strategy and party change. Cambridge University Press, 1987.
- CARAMANI, Daniele. ”The End of Silent Elections: The Birth of electoral Competition, 1832–1915”. In: Party Politics. 2003, V.9, n.4, pp.411-443.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. Opinião Pública, Campinas, vol 21, n. 2, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CONCEIÇÃO, Bruno da Silva. Regionalismo partidário e populismo no Brasil: análise da nacionalização dos partidos da democracia de 1945-1964. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 89-117, abr. 2017.

CORTEZ, Rafael.. Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2009.

COX, Gary. Electoral rules and electoral coordination. *Annual Review of Political Science*, 1999, v. 2, p. 145-61.

D'ARAÚJO, Maria Celina. PSDB e PT e o Poder Executivo. *Desigualdade e Diversidade*, Rio de Janeiro, Dossiê Especial, p. 65-100, 2011.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA filho, Manoel Gonçalves. Os partidos políticos nas constituições democráticas. Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1966.

GUARNIERI, Fernando. “A força dos partidos ‘fracos’”. *Dados*, 2011, v. 54, n. 1, p. 235-258.

HAGOPIAN, F. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994

INÁCIO, M.; AMARAL, E. “Government or opposition? The determinants of legislative support for governors in Brazil”. *Sage Open*, vol. 3, nº 3, p. 1-11, 2013.

JONES, Mark. MAINWARING, S. The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas. *Party Politics*, 2003, vol. 9, no2, pp. 139-166.

KINZO, Maria D’Alva. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1993.

\_\_\_\_\_. 2004. *Partidos, eleições e democracia no Brasil pós1985*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 19 n. 54. São Paulo, 2004

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). *Political Parties and Political Development*. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

KLINGEMANN, H-D., VOLKENS, A. et al. Mapping Policy Preferences: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford, Oxford University Press, 2006.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.), Partidos e coligações eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da Unesp, 2005

LAMOUNIER, Bolívar (1989). Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. “Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras”. In: Anais do X Encontro da ABCP, Belo Horizonte, 2016.

LIMONGI, Fernando. CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. Revista Novos Estudos. Vol. 88. São Paulo: novembro 2010.

\_\_\_\_\_. (1999). FIGUEIREDO, Argelina. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

LIPSET, S. and S. Rokkan (1967). Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives. New York: The Free Press, p.1-64.

MADEIRA, Rafael M. VIEIRA, Soraia M., TAROUÇO, Gabriela da S; Agendas, Preferências e Competição: PT e PSDB nas disputas presidenciais brasileiras. Caderno C R H, Salvador, v. 30, n. 80, p. 257-273, Maio/Ago. 2017.

MAINWARING, Scott (1991). “Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada”. Novos Estudos CEBRAP, 29:34-58.

\_\_\_\_\_. (2001) Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. “A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina”. Dados, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 1, p. 43-79, 1994.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELO, Carlos Ranulfo e CÂMARA, Rafael. 2012. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, 55(1): 71-117

MELO, Carlos Ranulfo. Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. Em Debate, 2010, 2(6): 6-11.

MELO, M.; PEREIRA, C.; WERNECK, H. C. “Delegation dilemmas: coalition size, electoral risk, and regulatory governance in new democracies”. Legislative Studies Quarterly, vol. 35, p. 31-56, 2010.

- MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELSONS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982
- MORGENSTERN ET AL. Seven imperatives for improving the measurement of party nationalization with Evidence from Chile. *Electoral Studies* 33 (2014) 186–199.
- NEEDEL, Jeffrey. Brazilian Party Formation from the Regency to the Conciliation, 1831-1857. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº10, p. 23-39, nov. 2009
- NICOLAU, Jairo. “Partidos Políticos na República de 1946: velhas teses, novos dados”. *Dados*, Rio de Janeiro, 2004, v. 47, n. 1.
- PANEBIANCO, A. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PEREIRA, Carlos. MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral, Partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, vol. 46 no 4, Rio de Janeiro, 2003.
- REBELLO, M. A disputa nos governos estaduais (1994-2014): a batalha entre incumbents e oposição. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 23, nº 1, jan. - abr., 2017
- RIBEIRO, José Floriano. “Acordos Partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais.” Comunicação apresentada na 1ª Sessão do GT nº 7 - Estudos Legislativos, XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.
- RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 225-265.
- ROBERTSON, David. *A Theory of party Competition*. London and New York: Wiley, 1976.
- SAMUELS, David; SHUGART, Matthew. *Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior*. Cambridge: CUP, 2010.
- SANDES-FREITAS, Eduardo Veras. Nacionalização da competição eleitoral no novo contexto democrático brasileiro: uma análise à luz das categorias analíticas do neoinstitucionalismo. *Teoria & Pesquisa*, vol. 21, n. 2, p. 48-60, jul./dez. 2012
- SARTORI, Giovanni. *A Política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011
- SHUGART, Matthew. CAREY, John M. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1992.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SPECK, Bruno and CAMPOS, Mauro. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do

horário eleitoral gratuito no Brasil. *Revista Teoria e Pesquisa* 01, 2014; 23(2), pp.12-40.

STROM, Kaare. A behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*, Houston, v. 34, n. 2, p. 565-598, 1990.

TAROUCO, Gabriela da S; MADEIRA, Rafael M. Esquerda e Direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós-Ciências Sociais*. V. 8 n. 15 São Luís/MA, 2011.

\_\_\_\_\_. (2010). Dimensões da competição partidária: notas de pesquisa, VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Recife, agosto/2010.

MADEIRA, Rafael e TAROUCO, Gabriela. (2012). Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários. *Anais da ABCP* 2012.

\_\_\_\_\_. (2013). Partidos, Programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*. V. 21 n. 45

TAROUCO, Gabriela da S. (2007). Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.

TORRES, João Camillo de Oliveira. A formação do federalismo no Brasil. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1961.

VASSELAI, Fabrício. Nationalization and localism in electoral systems and party systems. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2015.

VISCARDI, Cláudia. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012

ZUCCO JR., C. 2009. *Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings*. *The Journal of Politics*. V. 71, n. 3 Statesboro, 2009